

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ALICE NAYARA DOS SANTOS

FOME, ALIMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO

Proposta educativa na obra de Josué de Castro

**FORTALEZA - CEARÁ
2012**

ALICE NAYARA DOS SANTOS

FOME, ALIMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO

Proposta educativa na obra de Josué de Castro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Arimatéa Barros Bezerra.

Linha de Pesquisa: Educação, Currículo e Ensino
Eixo Temático: Currículo

FORTALEZA - CEARÁ
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S233f Santos, Alice Nayara dos.
Fome, alimentação e educação : proposta educativa na obra de Josué de Castro / Alice Nayara dos Santos. – 2012.
115 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Educação brasileira.
Orientação: Prof. Dr. José Arimatéa Barros Bezerra.
1. Castro, Josué de, 1908-1973 – Crítica e interpretação. 2. Fome – Brasil - Séc. XX. 3. Nutrição – Brasil – Séc. XX. 4. Política alimentar – Brasil – Séc. XX. I. Título.

CDD 363.8209810904

FOME, ALIMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO *Proposta educativa na obra de Josué de Castro*

Alice Nayara dos Santos

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra – UFC
Orientador

Prof. Dr. Luis Botelho- UFC
Membro

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio- UFC
Membro

Prof. Dr. Tânia Elias Magno da Silva-UFS
Membro externo

Dedico este trabalho a Deus, pela força e pelo amor verdadeiro concedido a mim.

À minha mãe, Francisca Lúcia dos Santos pelo verdadeiro amor e pelo exemplo único de vida.

À Armstrong Miranda Evangelista, mestre amigo, que me iniciou na caminhada da ciência.

À M. L.P. Brandão pela força para a elaboração desse trabalho.

A fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjuturas econômicas defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem.

Josué de Castro

AGRADECIMENTOS

Há três coisas imprescindíveis para se constituir um trabalho científico durante dois anos ininterruptos. Impõem-se força, determinação e apoio. Toda a minha força veio de Deus, pois Ele é o único que tem a capacidade de amar seus filhos acima de todas as coisas, pois a Ele agradeço, profundamente, a oportunidade de estar aqui hoje escrevendo essas linhas.

Essa vitória e honra esboçados neste trabalho não são minhas - são de Deus, pois a glória e a vitória são todas dele.

Ainda no campo das forças, determinações e apoio, agradeço imensamente a minha “princesinha”, minha mãe guerreira, que sofreu e abdicou de muita coisa para que eu conseguisse realizar mais um sonho da minha vida. “Obrigada, minha linda, fiz, faço e vou fazer tudo por você. Afinal de contas você é o meu ar”.

Agradeço a minha irmã, Alinne pelo apoio incondicional, carinho, admiração e amor a nossa família. Ao meu irmão, Antonio, minha cunhada, Juliana e meus sobrinhos, Raul e Julie, pela confiança, apoio e carinho.

Agradeço a Armstrong Miranda Evangelista, grande mestre que me iniciou no caminho da ciência e que foi “culpado” por estar eu aqui hoje escrevendo essas palavras.

Meus agradecimentos a todos os meus amigos, pela confiança, admiração e amor dedicados a mim mesmo, quando eu não mereço! Em especial, Jussandra, Karen, Ingrid e Debora, pelo exemplo a ser seguido e pela admiração constante; Nataly, pelas orações e lições de vida; Leo, Maria e Lourdes, pelas batalhas divididas; Gabrielle e Ana Paula, pelo carinho nas horas mais difíceis; e a todos os amigos com quem compartilhei vitória, carinho e amor no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC, lugar onde fui e sou imensamente feliz.

Agradeço em especial á Professora doutora Maria de Lourdes Peixoto Brandão pelo apoio incondicional, e a Beatriz Helena Peixoto Brandão, pela disponibilidade e carinho, jamais vou esquecer o que fizeram no momento tão delicado a em que me encontrava. Obrigada, do fundo do meu coração e a Waldo Hosternes Peixoto Brandão, pelo apoio e carinho tão importantes nesse momento.

Agradeço ao meu querido orientador, Professor doutor José de Arimatéa Barros Bezerra, pela amizade, disponibilidade, pelo exemplo a ser seguido e pelas devidas críticas construtivas que só me fizeram crescer. Tenho por ele um sentimento de gratidão imenso, visto que sem ele nada disso teria acontecido, não teria havido sequer a chance de ser metade do que sou hoje. Meu muito obrigado.

Agradeço à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, ao Núcleo de Educação, Currículo e Ensino, bem como ao Grupo de Estudos *Agostos*, por me terem proporcionado a realização deste curso de Mestrado; em especial, destaco os amigos Claudinha, Leo, Tadeu, Fausto, Marlene, Karolzinha e Bruno meus queridos do grupo de Cascavel.

Agradeço aos amigos da Pedagogia Lucas Melgaço e Luana Monteiro pelo carinho e empenho para que esta dissertação acontecesse. Obrigada pela torcida de vocês!

A todos os mestres e amigos da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí, pela torcida e pelo conhecimento compartilhado.

Ao Professor doutor Luiz Botelho, pelo exemplo a ser seguido e pelo apoio sempre constante aos piauienses que estamos nesse programa. Eis o nosso “embaixador”, sempre pronto para apoiar, ajudar e compartilhar seus saberes.

Ao Professor doutor Jose Levi Furtado Sampaio por haver aceito o convite para constituir esta banca.

Agradeço, imensamente, a Professora doutora Tânia Elias Magno da Silva, pela disponibilidade, cordialidade e gentileza de ter aceitado o convite para ser participe da banca.

À todos os funcionários da FACED, que tantas vezes foram meus companheiros, pois lá é minha casa em Fortaleza, e por sempre zelarem pelo meu bem-estar.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo as obras de Josué de Castro acerca de fome e alimentação. O objetivo geral é analisar a obra de Josué de Castro sobre fome e alimentação, enfocando seus aspectos pedagógicos e educacionais. Tem por objetivos específicos: identificar e problematizar aspectos da obra de Josué de Castro, que delineiam uma proposta educativa de enfrentamento da problemática da fome (dimensão socioeconômica e cultural) e caracterizar ideias que denotem uma proposta educativa inscrita à época de Josué de Castro, relacionando-as a temáticas que demarcam, nos cenários internacional e nacional, diálogos e espaços geográficos da fome e da alimentação (dimensão pedagógica e política). Para alcançar este escopo, foi escolhido como procedimento metodológico o emprego da Hermenêutica em Profundidade ancorada nos pressupostos de Thompson (1995), em que divide a análise em três etapas – social-histórica; formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Com isso, elegeram-se as obras: *Documentos do Nordeste*, publicada em 1937, *Geografia da fome* (1946); *O livro negro da fome* (1957); e *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1967); além da coletânea, MELO, M.M; NEVES, T.C. *Josué de Castro: série perfis parlamentares*. Org- Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007, para análise. No último documento encontram-se os discursos políticos de Josué de Castro na qualidade de deputado federal. Alguns destes discursos foram escolhidos como fontes para a pesquisa e esboçados no texto no quinto capítulo. A dissertação é composta por seis capítulos. No segundo está esboçado o estado da arte sobre as obras e as ideias de Josué de Castro, tratadas sob diferentes enfoques e pesquisadores, que configuram no o referencial teórico de análise explicativo das discussões sobre Josué de Castro destacadas na dissertação. No terceiro segmento destacam-se as citações e as reflexões da obra *Geografia da Fome* importante livro brasileiro sobre a fome e alimentação. Nesse módulo esboça-se o pensamento do autor, com destaque para indícios de uma proposta educativa que se configure como pedra angular de transformações sociais para o enfrentamento do drama da fome. Com o mesmo objetivo, no quarto capítulo analisam-se as obras: *Documentário do Nordeste*, de 1959, *O livro negro da fome*, de 1957 e *Sete Palmos de Terra e um caixão*, de 1967. No quinto capítulo, trata-se dos discursos políticos do autor como deputado federal ou proferidos ao assumir alguma cátedra de ensino na qualidade de presidente da FAO. Destacamos, nesta secção, trechos que aludem a discussões educacionais. Com este estudo, conclui-se que os indícios encontrados na obra do autor apontam uma proposta educativa aliada aos interesses da coletividade inter-relacionados com a temática fome e alimentação. Para Josué de Castro, a educação é o caminho para a emancipação dos povos famintos e subdesenvolvidos.

Palavras- chave: Proposta Pedagógica. Fome/Alimentação. Josué de Castro.

ABSTRACT

This research has as its overall goal to analyze the work of Josué de Castro on hunger and nutrition, focusing on its pedagogical and educational motivations. As specific objectives, it intends to identify and discuss some aspects of the work of Josué de Castro in order to point out outlines of an educative proposal to confront the hunger problematic (on its socioeconomic and cultural aspects). It also intends to characterize ideas that denote an educational proposal cohesed with the era of Josué de Castro, relating these concerns to themes that mark, in international and national scenarios, dialogues about the issue as much as geographic areas of hunger and food (pedagogical and political dimensions). To achieve this main goal, this paper has adopted the Thompson's Depth Hermeneutics as methodological approach, which divides the analysis in three phases: social-historical, formal or discursive and interpretation/reinterpretation. With this in mind, the following works were selected: *Documentos do Nordeste* (1937), *Geografia da fome* (1946), *O livro negro da fome* (1957) and *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1967), besides the collection *Josué de Castro: the parliament profile series* (2007). In the latter document we can find the political speeches of Josué de Castro as a congressman. Some of these speeches were chosen as sources for this research and were analyzed in the fifth chapter. The present dissertation consists of six chapters. The second one makes an overlook on the state of art in an effort to understand the reach of general works and ideas of Josué de Castro, treated under different approaches and under view of different researchers. This preliminary study sets the theoretical references presented in the highlighted discussions in this dissertation. In the third segment, the dissertation emphasizes the quotes and reflections of the work *Geografia da Fome*, an important Brazilian book about hunger and nutrition. In this module, the analysis outlines the author's thought, especially in face of the indications of an educational proposal set as the cornerstone of social change to face the tragedy of hunger. Likewise, the fourth chapter analyzes the works *Documentário do Nordeste* (1959), *O livro negro da fome* (1957) and *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1967). The fifth and last chapter sets studies about the Josué de Castro political speeches as a congressman, as an university professor and as president of Food and Agriculture Organization - FAO. In this section, this research emphasizes the passages that mention educational discussions. This present study concludes that the evidence found in his works shows an educational approach allied with the interests of the collectivity, which are inter-related with the thematic of hunger and alimentation. According to Josué de Castro, education is the way to achieve emancipation for hungry and underdeveloped people.

Keywords: Pedagogical Proposal. Hunger/Nutrition. Josué de Castro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS PESQUISADORES E A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO	22
3 GEOGRAFIA DA FOME: obra de sucesso e denúncia	35
4 ENTRE DOCUMENTOS, TERRA, GEOGRAFIA, FOME, CARANGUEJO, CAIXÃO E EMANCIPAÇÃO: O que dizem esses escritos de Castro	55
4.1 Documentário do Nordeste - contos e descrições da cidade-infância	55
4.2 O livro negro da fome - a criação da ASCOFAM	71
4.3 Sete Palmos de Terra e um Caixão: uma obra sob encomenda	81
5 UM HOMEM DE PRINCÍPIOS E NÃO DE PARTIDOS: os discursos políticos de Josué de Castro	93
5.1 Josué de Castro como deputado federal	95
5.2 Alimentação, fome e educação: uma defesa da coletividade	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Capa do livro Geografia da Fome.

Figura 2 Capa do livro Documentário do Nordeste

Figura 3. Capa do livro Negro da fome

Figura 4. Imagens que estão na obra, O livro negro da fome, não possuem nomes específicos.

Figura 5 Imagens que estão na obra, O livro negro da fome, não possuem nomes específicos.

Figura 6. Imagens que estão na obra, O livro negro da fome, não possuem nomes específicos.

Figura 7 Imagens que estão na obra, O livro negro da fome, não possuem nomes específicos.

Figura 8 Capa do Livro sete palmos de terra e um caixão

LISTA DE SIGLAS

FAO - Organização das Nações Unidas para Fome e Alimentação

SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

ASCOFAM - Associação Mundial de Luta contra a Fome

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, cerca de um bilhão de pessoas passa fome no mundo, consoante o último relatório da Organização das Nações Unidas para Fome e Alimentação – FAO, publicado em 2010. O dado é deveras preocupante, ainda ante uma realidade global em que se observam um impressionante avanço tecnológico e a proliferação de políticas públicas para fins de alimentação.

Nesse contexto, é que se realizou o estudo das obras de Josué de Castro, um dos primeiros autores pátrios a denunciar a condição de fome do povo brasileiro e a revelar as concepções ideológicas de determinismo geográfico.

A pesquisa visa examinar a obra de Josué de Castro, suas indiscutíveis contribuições sobre fome e a alimentação, dando ênfase aos aspectos pedagógicos e educacionais, vertente analítica que permite pensar a educação como veículo para ultrapassar as questões decorrentes da aprendizagem e da didática, assumidas numa perspectiva de superação e transformação da realidade, no quadro de crise regido por discussões econômicas e sociais. Compreende-se, com efeito, que o exercício humano para aprender, pensar e criar depende da satisfação das necessidades primárias, dentre as quais de estar bem alimentado. Evidencia-se, pois, que não há como dissociar de educação as ideias fome e alimentação três variantes interligadas para o pleno desenvolvimento do ser humano.

Na perspectiva em foco, reafirma-se, Josué de Castro é um dos primeiros intelectuais a ver a fome sob um prisma social. Nasceu no Recife, em 1908, e faleceu em Paris, em 1973, durante o exílio imposto pela ditadura militar brasileira. Formou-se em Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, mas foi no Recife que começou a trabalhar como médico, tendo o seu primeiro contato com a questão da fome. Nas palavras de Castro (2003.p.32-33),

Foi com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo de minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada á angustia de encontrar o que comer. Vi os caranguejos espumando de fome á beira da água, á espera que a correnteza lhes trouxesse um pouco de comida, um peixe morto, uma casca de fruta, um pedaço de bosta que eles arrastariam para o seco matando a sua fome. E vi, também, os homens sentados na balaustrada do velho cais a murmurarem monossílabos, com um talo de capim enfiado na boca, chupando o suco verde de capim e deixando escorrer pelo

canto da boca uma saliva esverdeada que me parecia ter a mesma origem da espuma dos caranguejos: era a baba da fome.

Com origem nessa visão humana, sensível e social, Josué de Castro desenvolveu toda sua obra, mostrando as nuances da fome, tornando-a pauta principal no projeto de um país com proposta de desenvolvimento, na verdadeira acepção da palavra, não apenas no fato de crescer desenfreadamente. Foi com esses ideais que participou da vida política do País. Foi deputado federal por duas vezes, sempre pelo PTB e representando o Estado de Pernambuco. O Nordeste e, em particular, Pernambuco, foram eleitos como espaço privilegiado da obra desse autor. Assim, revela lembranças da sua infância junto ao rio e aos mangues, fontes de inspiração para a denúncia do flagelo da fome.

Na sua obra, fome e alimentação estão umbilicalmente relacionadas, de sorte que, assim, Josué de Castro escreve acerca de alimentação em uma perspectiva de educação alimentar ou alimentação racionalizada, visando a que, mesmo as populações mais carentes, quando forem se alimentar, deem preferência a alimentos nutritivos que ajudam no desenvolvimento do corpo e fornecem energia para o trabalhador efetivar a contento o seu trabalho.

Surpreende, por conseguinte, o fato de um intelectual formado em Medicina, nutrólogo e especializado em Fisiologia, nascido no início do século XX, com os primeiros trabalhos datados da década de 1930(época de plena ascensão da Era Vargas e do populismo e da proliferação de políticas socialistas), tenha adorado a fome como questão central de sua obra.

Rompeu ele com a simples descrição, e indicou caminhos, inferindo, de forma crítica, a realidade vivenciada no País daquela época. Ressalta uma discussão sobre a fome, distinta daquela que estava atrelada apenas às questões geográficas e naturais. A fome era um tema que até então era tido como proibido, como aponta o autor:

Quais são as causas ocultas desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Será simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores dos nossos tempos? Não cremos. O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo

menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente. (CASTRO, 2008.p.12).

O autor comenta, ainda, que foram necessárias duas grandes guerras para que a fome fosse colocada em pauta nas discussões políticas e de desenvolvimento humano:

[...] uma tremenda revolução social - a revolução russa - nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo. (CASTRO, 2008. p.13).

Mesmo com esse alerta de Castro, a fome foi vista por um viés estritamente econômico, pautado principalmente na teoria de Thomas Robert Malthus, ao argumentar este economista inglês que o problema não é a quantidade de alimentos, mas sim o número de pessoas que existe no mundo. Anulava-se, portanto, o foco em face das questões socioeconômicas decorrentes da dominação dos países capitalistas. Migrava-se para uma questão simplista e resumida a totais e quantidades, dando fôlego às teorias economicistas a respeito de fome e alimentação. Nessa direção, argumenta Linhares (1994, p. 45):

A sociedade industrial, característica de grande parte do planeta em que vivemos, tem suas idéias sobre moeda, lucro, renda, preços e salários, produção de alimentos e populações elaborados no pensamento de economistas ingleses que nasceram e viveram entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX. Malthus e Ricardo são os grandes teóricos dessa época. Depois deles, o contraponto do chamado socialismo científico, de Marx e Engels. No século atual, a partir da análise de soluções mundiais para a questão da fome e da superpopulação, coube a Josué de Castro, no Brasil, a um grupo francês de economistas alinhados politicamente aos países subdesenvolvidos e, no plano acadêmico, á economista e antropóloga dinamarquesa Ester Boserup, questionar essas antigas teorias e lutar contra o neomalthusianismo.

Josué de Castro propôs uma luta contra teorias de números, sistemas que delegavam às próprias populações a responsabilidade pela sua fome. Com isso, percebe-se a importância da educação, não apenas com vistas a informar a população, mas principalmente visando a revelar as teorias reprodutivistas da sociedade, as quais isentam a responsabilidade dos governos, das sociedades, do modelo econômico sobre as mazelas sociais, deslocando essa culpa para a natureza e para toda sorte a que estão sujeitas as populações mais pobres. Lima (2009, p 185) corrobora essa ideia, ao exprimir a noção de que:

[...] para apaziguar esses “vírus anti-sociais”, recomendava um antídoto – o conhecimento -, do qual brotariam a liberdade e a sabedoria. Apostava na educação como a bússola libertadora que humanizaria a economia e venceria o espectro da fome, libertando os grupos humanos do estigma do medo que os oprimiam. “Somos, pois, otimistas, quando será finalmente alcançada a difícil vitória sobre a fome, vitória capital para a estabilidade social dos grupos humanos”.

Josué de Castro estabelece o diálogo entre fome, educação e alimentação. O vínculo estreito desses três fatores é importante, porquanto não se deve empreitar uma discussão sobre fome sem desconsiderar a educação, incluindo-se, na sua pauta debates curriculares. O que é Currículo, pois, senão a materialização das ações pedagógicas, das ideias educacionais, ações e intenções aplicáveis no mundo escolar e com efeito social? Nesta pesquisa, esboça-se uma visão mais contemporânea de Currículo, considerando-o como tela da sociedade que o produz, espelho desse contexto, transformando-se com procedência nas mudanças dessa estrutura.

A discussão no tocante a currículo é relevante, pois a pergunta de partida da pesquisa é: Há indícios de uma proposta educativa da obra de Castro? Entendendo-se o Currículo como um construto social, espacial e de poder, não se pode enveredar por uma busca da proposta do autor sem assimilar as concepções curriculares da época. Não se destaca no texto, entretanto uma discussão curricular explícita e exclusiva, mas suscita-se ou na introdução, visto que o trabalho de pesquisa se desenvolveu na linha de pesquisa Educação, Currículo e Ensino. Por entender que sempre que há um projeto de formação, emerge com ele um currículo, e, ao se apontar os indícios de uma proposta educativa na obra de Josué de Castro, não se sentiu a necessidade de decorrer de currículo exclusivamente como teoria. Isto porque não é o propósito desta pesquisa formatar e incluir o que diz Josué de Castro a respeito de educação em nenhuma escola educacional, ou teoria do currículo específica.

Manifesta-se, portanto, algumas questões de pesquisa, quais sejam: há indícios de uma proposta educativa de Josué de Castro quando em suas obras se reporta ao tema fome e alimentação? Quais caminhos aponta essa proposta educativa para o enfrentamento da fome? Se há propositiva educativa, qual o teor desta e como se articula à educação?

Essas perguntas surgiram no contato com as obras do autor, principalmente a *Geografia da Fome*. Uma vez procedida a essa leitura, nasceram inquietações e com suporte nelas, compreende-se que, para identificar a proposta educativa do autor, é necessário observar com acuidade a sua trajetória intelectual e social, bem como conhecer o contexto histórico em que seus escritos foram produzidos.

Ante, então, esse apoio contextual, encontra-se o tema desta investigação de mestrado. Com graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e de Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, sempre se divisou a questão social por uma lente diversa, jamais por um só prisma, visto que no currículo acadêmico cumprido durante o curso, a Geografia já havia mudado – sorte que se experimentou- pois seu caráter humanista já estava presente na materialização das aulas e nas teorias que os professores discutiam em sala de aula.

Articulando sempre a Geografia com a Pedagogia, recorreu-se à Universidade Federal do Ceará. A fim de realizar o mestrado em Educação por se entender que não haveria lugar melhor para manter a articulação entre a Ciência Geográfica e a Educação. Foi eleita, então, a linha de pesquisa Educação, Currículo e Ensino e, especificamente, o eixo de Currículo, pois se entendo que toda discussão educacional precisa, primeiramente, passar pelas reflexões curriculares. É no currículo que se materializa a prática pedagógica, as ações, intenções, e modos de ver a vida e o mundo.

Teve-se conhecimento da obra desse intelectual ainda na graduação, mas foi aqui, na Universidade Federal do Ceará, a partir da disciplina educação brasileira, na qual o livro *Geografia da fome* faz parte do currículo desta disciplina, que se entendeu em mão uma pesquisa de suma importância para os modestos intentos de melhorar a educação geográfica, e que poderia, além disso, mudar a maneira como professores, alunos, intelectuais e sociedade civil enxergam o fenômeno da fome no mundo, quiçá estimular uma ação coletiva que possa empreender um movimento de conscientização da quantidade de famintos no mundo e como se pode minimizar essa conjunção de problemas. Consoante o alerta de Castro (1960, p. 5),

Um dos traços mais negros da fisionomia autêntica do mundo, que, entretanto era sistematicamente escamoteado e dissimulado pelos grupos dominantes, é a existência das grandes machas demográficas das populações famintas que impregnam enormes extensões da carta geográfica do mundo. É a fome – a fome crônica e endêmica em escala universal- o traço mais típico da miséria reinante em nosso mundo.

Para identificar a relevância da problemática da investigação, fez-se um levantamento sobre os principais enfoques teóricos sob os quais as obras de Josué de Castro foram trabalhadas nos últimos anos. Uma questão chamou a atenção - o fato de os estudiosos de seus escritos e, conseqüentemente, os estudos sobre ele e sua produção, referirem-se ao escritor como antropólogo, médico, nutrólogo e sociólogo da fome, e assim por diante. Em nenhuma dessas pesquisas, entretanto, surgia o pedagogo da fome, tampouco ofereciam, referências a ideias pedagógicas ou ao caráter educativo de sua obra.

Foram feitas pesquisas no *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO, Google Acadêmico, nas bibliotecas digitais da Universidade Federal do Pernambuco - UFPE e da Universidade de São Paulo - USP, assim como nas últimas páginas no livro *Fome: um tema proibido*, em que os organizadores catalogaram os principais estudos nacionais e internacionais sobre o Autor. Em nenhuma dessas pesquisas se relevam referências a uma proposta educativa para a fome.

Sendo assim, como objetivo geral, propõe-se analisar a obra de Josué de Castro a respeito de fome e alimentação, enfocando seus aspectos pedagógicos e educacionais.

Como objetivos específicos, nesta pesquisa, pretende-se:

- identificar e problematizar aspectos da obra de Josué de Castro que delineiam uma proposta de enfrentamento do problema da fome (dimensão socioeconômica e cultural); e.
- caracterizar ideias que denotem uma proposta educativa inscrita à época do Autor, relacionando-as a temáticas que demarcam, no panorama internacional e nacional, diálogos e espaços geográficos da fome e da alimentação (dimensão pedagógica e política).

Para alcançar os objetivos do estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica. Consoante Oliveira (2010), na pesquisa bibliográfica, o principal enfoque é proporcionar aos pesquisadores em geral o contato direto com a obra. Assim, utilizar-se-á como referencial metodológico a hermenêutica, particularmente, a *Hermenêutica em Profundidade*, ancorada nos pressupostos de Thompson (1995, p.350). Esse autor ensina que “este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma

construção simbólica significativa, que exige uma interpretação”. (P.350). Thompson propõe, destarte, o estudo em três etapas: a) análise social-histórica; b) análise formal ou discursiva e; c) interpretação/reinterpretação.

Na análise sócio-histórica, utilizar-se-á a Ciência da História para entender a sociedade e os acontecimentos da época da produção da obra de Josué de Castro. Destacar-se-ão os principais fatos que tiveram impacto na sociedade brasileira nos anos de 1920, como também no mundo. Apesar de a primeira obra do autor ter sido publicada em 1932, recorta-se o tempo histórico para, assim, entender as influências que ele recebeu na formação do seu pensamento. Essa análise social estender-se-á até meados de 1965, ano de publicação da última obra do autor, pinçada para a pesquisa. Essa análise, todavia, estará diluída ao longo dos textos e não em uma secção especial.

De efeito, procurou-se entender a história que envolve o Josué de Castro e a sua produção científica e, assim, compreender os motivos e as opções teóricas e metodológicas do autor quando este disserta sobre fome e alimentação. Segue-se a lição de Thompson, para essa etapa:

A tarefa da primeira fase do enfoque da HP é reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtudes das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados. (1995, p. 369).

Durante a segunda fase, que é a análise formal ou discursiva, foram tomadas para a pesquisa as seguintes obras: a) de Josué de Castro - *Documentos do Nordeste* (1937), *Geografia da fome* (1946), *O livro negro da fome* (1957) e *Sete Palmas de Terra e um Caixão* (1967); b) sobre os discursos do autor, MELO, M.M; NEVES, T.C. em *Josué de Castro: série perfis parlamentares*, organizado pela Câmara dos Deputados (2007). Esses trabalhos foram analisados, primeiramente, identificando em seus aspectos gerais o tema, os objetivos, a finalidade e como está elaborado o texto. Depois da primeira leitura, fez-se a segunda, a fim de identificar indícios que apontassem uma proposta educativa nos livros do Escritor.

Para que haja um indicio temático, de acordo com os objetivos da pesquisa, os trechos precisariam privilegiar, pelo menos dois desses quatros aspectos:

- a) mencionar diretamente a palavra educação ou esclarecimento na estrutura textual; e
- b) apontar diretrizes para resolução de problemas ligados a fome, alimentação e sociedade;
- c) informações diretas ou indiretas que demonstrem a concepção do Autor no que toca à educação e áreas ligadas diretamente a ela, tais como pesquisa, ciência e universidade; e
- d) Conter ações planejadas de enfrentamento da fome, que denotem na sua essência intenções pedagógicas.

Depois desse exame, começou-se, então, a identificar traços de superação da fome por via da educação, explicitadas nas orientações para uma alimentação racional, elucidando as principais influências sócio-históricas presentes nos livros, bem como analisando seu discurso de modo contextualizado, articulando-se com a primeira fase do procedimento metodológico evidenciado no texto. A esse respeito, argumenta Thompson (1995, p. 371):

[...] embora as instâncias do discurso sejam sempre situadas em circunstâncias sócio-históricas particulares, elas também apresentam características e relações estruturais que podem ser analisadas formalmente, com a ajuda de vários métodos do que eu chamei de análise discursiva.

Na terceira e última fase, que é a de interpretação/reinterpretação, buscou-se evidenciar e traçar a proposta educativa do autor com relação à fome e à alimentação, interpretando os vestígios encontrados na sua obra, contextualizada socioculturalmente, de uma sociedade sem fome.

Assim como nas outras fases de aplicação da Hermenêutica da Profundidade, atentou-se para as lições de Thompson (1995, p. 276):

[...] as formas simbólicas que são o objeto de interpretação pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. Ao desenvolver uma interpretação que é mediada pelos métodos do enfoque da HP, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir dos significados construídos pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico.

A dissertação é composta por seis capítulos, iniciando-se com a Introdução-Capítulo 01, e rematado com as Considerações Finais – capítulo 06. No segundo capítulo, esboça-se o estado da arte sobre as obras e ideias tratadas sob diferentes enfoques e pesquisadores, que se configuram como o referencial teórico de análise, amparando as discussões sobre Josué de Castro destacadas neste relatório de pesquisa.

No terceiro segmento, analisam-se as citações e as reflexões de *Geografia da Fome*, importante obra brasileira sobre a fome e alimentação. Na secção, delinea-se o pensamento de Josué de Castro, evidenciando uma possível proposta educativa que se configure como pedra angular de transformações sociais para o enfrentamento do drama da fome.

Com o mesmo objetivo, no quarto módulo, examinam-se as obras: *Documentário do Nordeste*, de 1959; *O livro negro da fome*, de 1957; e *Sete Palmos de Terra e um caixão*, de 1967. Na parte em que se arremata a pesquisa estão os discursos políticos do Autor na qualidade de deputado federal, aqueles proferidos quando assumiu alguma cátedra de ensino ou como presidente da FAO. Destacam-se na secção trechos que aludem a discussões educacionais.

Segue-se a conclusão do texto- Capítulo seis, considerações finais, acompanhada da relação de obras e autores que estearam, sob o ponto de vista teórico e o prisma empírico, as discussões e achados da pesquisa.

2 OS PESQUISADORES E A PRODUÇÃO SOBRE A OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO

Aproveita-se o esforço despendido em buscar pesquisas sobre Josué de Castro para, então, reapresentá-las. Enseja-se, pois, examinar sobre o teor dessas pesquisas – o que elas têm a exprimir- e como Josué de Castro é pesquisado no Brasil nas últimas décadas.

Inicialmente, utiliza-se o recorte sobre as obras do Autor, elaborado por Nascimento (2009). Este dividiu os estudos das obras de Josué de Castro em quatro momentos. Nascimento assinala que o primeiro deles:

[...] se dá no Recife com uma série de eventos, o principal deles foi a fundação do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro em 1979, por um grupo de exilados que voltava ao Brasil. Incomodados com o acirramento da desigualdade social na capital pernambucana resolveram criar uma organização não-governamental para intervir nessa realidade, tão comentada por Josué. (NASCIMENTO, 2009, P.44).

Em relação ao primeiro momento, é promovido um ciclo de estudos sobre Josué, em 1983, pela Academia Pernambucana de Medicina, em conjunto com a Universidade Federal de Pernambuco. Nesse período, o Brasil estava saindo da ditadura militar e migrando para um processo democrático, marcado pela Presidência de João Batista de Oliveira Figueiredo.

É relevante destacar o fato de que, nos tempos da ditadura militar, Josué de Castro não só foi privado de seus direitos de cidadão, como também foi expulso do País, apesar de nunca ter sido considerado um comunista ou marxista. Teve, da mesma forma, sua obra extirpada dos centros acadêmicos e do ensino médio (NASCIMENTO, 2009). Nessa época, Ana Maria de Castro - filha do autor e socióloga – lança, no Rio de Janeiro, o livro *Fome: um tema proibido*. Trata-se de uma coletânea de artigos de Josué de Castro publicados no Exterior, contendo entrevistas e ensaios produzidos por ele. À época, promove-se, ainda, um ciclo de debates sobre a obra de Josué pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (NASCIMENTO, 2009).

O segundo momento, por sua vez, é marcado pela comoção e solidariedade. Juntando-se a pesquisa sobre a fome e a quantidade de famintos no País, atrela-se o

movimento à memória de Josué de Castro, resgatando o Autor para embasar os discursos tanto políticos como sociais. Nesse sentido, Nascimento (2009, p. 45) menciona que:

O segundo momento ocorre no início dos anos 90, como o lançamento e divulgação do Mapa da fome no Brasil pelo IPEA em 1993. Segundo o estudo, um pouco mais de 32 milhões de brasileiros passavam fome e quase 70% da população não se alimentava suficientemente bem para ter saúde e uma vida digna. Era época também da eleição do Fernando Collor sobre o então candidato do PT Lula. Criou-se uma comoção nacional a questão da fome e a criação da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e Pela vida pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho. Betinho considerava Josué de Castro um mestre, era leitura do sociólogo mineiro que no Rio de Janeiro mobilizou a sociedade civil e a não organizada a lutar contra o fenômeno da fome.

Nessa ocasião, consoante Nascimento, com a instauração do processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello e a posterior renúncia ao cargo, o governo assumido pelo presidente Itamar Franco e a sociedade civil se aproximam das discussões sobre fome e alimentação, favorecendo a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA como órgão deliberativo no governo, que tem Josué de Castro como patrono. Em 1993, também houve a tradução da obra de Giuseppe de Taranto, *Sociedade e Subdesenvolvimento na Obra de Josué de Castro*, pelas edições CEJUP, de Belém. Esta obra é uma importante referência ao se estudar Josué de Castro, sendo sempre citada pelos pesquisadores em teses e dissertações quando têm o pensamento de Josué como objeto de estudo. Ainda nesse período, Nascimento (2009, p. 46) expressa que,

Ainda enquadrando-se nesse segundo momento, penso eu, ocorreu o cinquentenário, em 1996, da mais importante obra do autor *Geografia da Fome*. Uma ocasião em que surgiram diversos artigos publicados nos principais jornais do Brasil e o lançamento, no mesmo ano, pelo então presidente Fernando Henrique do selo comemorativo do cinquentenário. Era o início do namoro do autor com o governo, ultrapassando as cidades de Recife e Rio de Janeiro, chegando a Brasília, Belém, São Paulo.

É importante mencionar que os anos de 1990 foram marcados pelo cenário da música com o movimento *MangueBeat*, do Recife, que tratava de questões como a fome e a pobreza, tendo como referência Josué de Castro. Esse movimento conseguiu disseminar informações sobre o Intelectual no meio do grupo jovem e universitário. (NOGUEIRA, 2009).

É importante destacar, ainda nesse período, o fato de que foi defendida a primeira dissertação de mestrado no País que trabalhava diretamente com o pensamento do Autor. O trabalho de Rosana Magalhães, de 1992, intitulado *Fome: uma (Re) Leitura de Josué de Castro*¹, transformou-se em uma referência nacional tanto na Sociologia como em outras áreas científicas com estudos sobre fome e alimentação no Brasil, estritamente relacionados ao pensamento de Josué de Castro.

Minayo leciona que “uma das qualidades do livro da professora Rosana Magalhães é a de ter relacionado à emergência da fome na agenda pública dos anos 40 a militância de um notável intelectual brasileiro: Josué de Castro” (1996, p. 03). Menciona então, que

A abordagem da autora é, nesse sentido, bastante inovadora. Aceita o desafio de tornar a obra de Josué de Castro, o debate com o saber e a conjuntura política, reconstruindo a fome como objeto de investigação e enquanto tema prioritário da agenda política. Ou seja, demonstra com rigor que a fome, quer como objeto de pesquisa, quer como tema de debate da cidadania brasileira, é inseparável da obra, do pensamento e da militância de Josué de Castro. (MINAYO apud MAGALHÃES, 1996, p. 03)

O estudo da Professora Magalhães concentra-se na análise de como Josué de Castro constrói, ao longo da sua trajetória política e científica, o conceito de fome. A pesquisa demarca, dentro do contexto histórico, a maneira como a investigação da fome - conceito e objeto de estudo do autor - refina-se ao longo dos anos. Nas palavras da autora (MAGALHÃES, 1996, p. 10):

Ao demarcar a fome como objeto de análise, o escritor confronta-se com uma das questões centrais da produção científica no campo: a articulação entre o biológico e o social. É transcendendo a dimensão individual e alcançando o movimento mais amplo da sociedade que Josué de Castro constrói, nos seus textos, o significado do conceito de fome.

E continua nessa reflexão:

Uma face importante dos primeiros textos de Josué de Castro – a sugestão para a formulação de dietas básicas para a população brasileira - demonstra a influência de Escudero. A concepção de uma ração para o trabalhador, a partir de suas necessidades, utilizando para isso todo arsenal técnico fornecido pela ciência e nutrição, representa uma forte característica da trajetória do autor: levantar e propor medidas para atingir a transformação do quadro de fome no país. (ibidem, p.34)

¹ Posteriormente foi lançando o livro pela mesma instituição em 1997 da dissertação da autora.

A relação entre Josué Castro e o médico argentino Pedro Escudero (1934) é relatada e descrita por diversos pesquisadores que estudaram sua obra, destacando-se: Vasconcelos (2001), Nascimento (2002), Silva (2009), Carvalho (2007, 2009), Arruda (2007), Bizzo (2009), Melo Filho (2008).

Nessa perspectiva, além do consenso dos pesquisadores que estudam a obra de Josué acerca da influência de Pedro Escudero no desenvolvimento de seus estudos, há também três tendências que se tornam preponderantes. A primeira delas é a habilidade de Josué de Castro de abordar a fome sob um prisma multidisciplinar, o que se evidencia na sua trajetória política e intelectual, como também se percebe pela sua interação com diversas áreas do conhecimento de forma fluida e articulada. Tal interação verifica-se, principalmente, com os estudos sociais, averiguando como a fome é e como esta interfere nas sociedades, seja de forma econômica, psicológica, educacional, ambiental, dentre outras. Para Castro, dentre outras definições, a fome é um recurso político. Nessa perspectiva, Arruda assinala:

Convém frisar que recorreu sempre ao aporte que oferecem outras áreas de estudo da realidade social, demonstrando uma amplitude de horizonte intelectual que não se deixava enquadrar nos estreitos limites de uma disciplina acadêmica. E notabilizou-se porque, apreciando regionalmente o problema na fome no Brasil, o seu grande laboratório de investigações e de pesquisa social, contribuiu para dimensionar o chamado “mapa mundial de demografia qualitativa” como um novo elemento de reflexão espacial. (1997, p. 546).

Silva (2009), na mesma perspectiva, corrobora o mencionado há pouco, quando diz que Josué de Castro, na

Sua extensa obra denuncia as injustiças sócias, a herança do sistema colonialista e do imperialismo, assim como a ganância dos países ricos e de um modelo econômico perverso que necessita da formação de imensos continentes de miséria para que se possa criar suas ilhas de abundância. Seus escritos são um grito contra a exploração de seres humanos frente á indiferença do mundo diante da imensa procissão de miseráveis e famintos que perambulam pelos quatros cantos do planeta e clamam por justiça e pelo direito de viver condignamente. (SILVA, 2009, p.58-59)

A segunda tendência é a inegável contribuição da obra *Geografia da fome* para os estudos da fome e como, nessa obra, se constata o ápice do Autor. Nessa produção, ele refina o conceito de fome. A obra – que foi traduzida para mais de 25 idiomas e é o trabalho mais conhecido do autor – representa, ainda, o seu amadurecimento em relação ao uso do método de análise geográfica. Sobre esse trabalho, Magalhães (1996, p. 45) argumenta que

Geografia da fome representa, concretamente, um momento importante na obra do autor. Percebe-se a preocupação em refinar o conceito de fome, o que marca uma mudança em relação à produção anterior. Se, em seus primeiros escritos, a fome, a subnutrição e o problema alimentar aparecem, freqüentemente, como sinônimos, neste último trabalho, Josué de Castro explora, exatamente, o eixo principal de suas formulações. Ao contrário dos enfoques fragmentados e pouco articulados entre si, ele propõe uma categoria que exprime a amplitude e a multidisciplinaridade da questão. O livro demonstra, ainda, algumas reorientações em seu pensamento que para maior compreensão, necessita de uma aproximação não só com a trajetória pessoal do autor, como também com as mudanças na conjuntura histórica e social do país nos primeiros anos da década de 40.

Na mesma esteira do assunto Bizzo (2009) assinala que *Geografia da fome*:

[...] mostra o estado como inepto e a sobreposição de interesses privados aos públicos são ideias mostradas de forma conjugada. Castro situa o desajustamento econômico e social como fruto da incapacidade do Estado para servir de poder equilibrante entre interesses privados e públicos, desde a colonização, prejudicando por esse meio a organização social da nacionalidade. Denuncia o mau uso da força política por parte do Estado, seja em sua fraqueza diante dos senhores de terras, que não se curvam a regulamentos oficiais, seja por outro lado, em excessos do poder central na retirada abusiva de receitas e direitos de unidades regionais, sem contrapartidas. (BIZZO,2009,p. 246-247)

A terceira perspectiva mais pesquisada em Josué é a sua relevância crucial nos estudos e na emergência do saber nutricional e alimentar no Brasil, bem como este foi importante para a implantação de políticas públicas nessa área. (LIMA, 2009).

Vasconcelos (2001), por sua vez, reafirma a questão sobre a importância do Autor para a criação de órgãos e de instituições internacionais sobre a questão da fome, bem como para traçar estratégias, no campo social como no terreno nutricional, para diminuir a problema. Assim, Bizzo (2009, p. 405) discorre sobre os principais estudos sobre Josué de Castro:

A tônica principal desses estudos tem residido no caráter reformista das ideias e da atuação de Castro, as quais, em sintonia com correntes de pensamento que se sucedem no cenário científico-político, vão tecendo intercessões com as

repercussões do movimento sanitaria brasileiro, com uma racionalidade nacionalista e com o desenvolvimentismo, pregando a transformação econômico-social a partir de uma interpretação biológico-social que fundamenta e dá visibilidade á politização da fome como meio de superação de permanências colonialistas e desigualdades que vitimizam o brasileiro.

Na perspectiva de Nascimento (2009), ainda no segundo momento de recuperação da obra de Josué de Castro, destaca-se a tese de doutorado da Professora Tânia Elias Magno da Silva como a primeira no Brasil sobre o Autor. O trabalho, intitulado *Josué de Castro: por uma poética da fome*, fora defendido em 1998, na Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo e é referência obrigatória a todos os que se enveredam por esses estudos. Haja vista o mapeamento das pesquisas para este recorte, em 90% dos achados sobre Josué de Castro se encontram referências à autora e a este seu trabalho.

Um ano depois da primeira defesa de doutorado, é defendida a tese do Professor da Universidade Federal do Ceará, José Levi Furtado Sampaio (1999), intitulada *A fome e as duas faces no Estado do Ceará*. A pesquisa concede destaque à obra de Josué de Castro, confrontando seu pensamento e a sua proposta de enfrentamento da fome com as políticas assistencialistas do Nordeste.

Assim, Nascimento (2009) aponta que o terceiro momento de resgate da obra de Josué de Castro está pautado na criação do programa do Governo Lula *Fome zero*. Nesse mesmo período, foram reeditadas algumas das obras de Castro: *Geografia da fome* (2008) e *Homens e Caranguejos* (1967). É importante salientar que o Ex-Presidente Lula, ao tomar posse no Congresso Nacional, mencionou a obra e a importância de Castro. Para o Ex-Presidente brasileiro, um dos objetivos do programa *Fome zero* era o de que, até o final do seu mandato, todos os brasileiros realizassem pelo menos três refeições diárias: “Era lançado o Fome Zero, com um ministério exclusivo para se combater a fome, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e combate á fome - MESA.” (NASCIMENTO, 2009, p. 47).

Naquela ocasião, surgiram várias pesquisas em campos diferenciados do saber sobre Josué de Castro. Da Geografia à Sociologia, destacam-se as dissertações de: Carvalho (2001), em Geografia, na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Nascimento (2002), pela Universidade de Brasília - UNB; Nunes (2003), em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; e, finalmente, em educação, a

dissertação de Marchi (2003). No doutorado, destacam-se os trabalhos de Campos (2004), em Geografia, pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP; Carvalho (2007), em Geografia, pela Universidade de São Paulo – USP; e Schappo em Sociologia pela Universidade de Campinas- UNICAMP

Muitas pesquisas do Autor acontecem no âmbito da Geografia, o que era de se esperar, em referência aos títulos de suas obras (*Geografia da fome; Geopolítica da fome; Alimentação brasileira a luz da Geografia Humana*). Embora a maioria das pesquisas aborde a influência de Josué de Castro para a história do pensamento geográfico brasileiro, algumas teses e dissertações – hoje bibliografias fundantes sobre a história do pensamento geográfico brasileiro – retratam Josué de Castro e como sua Geografia, próxima a Paul Vidal de la Blache, inauguraram outro momento da Geografia praticada no País à época. Foi com origem em Josué de Castro que se introduziu uma geografia da fome nos estudos geográficos brasileiros. (CARVALHO, 2007; VIEITES, 2008)

Segue Nascimento (2009, p. 47-48) apontando que, em 2008, ano de centenário do nascimento de Josué de Castro, marca-se o quarto momento de recuperação da obra de Josué de Castro, ainda vivenciado nos dias de hoje. Surge, então, mais um trabalho: a tese de Silândia Schappo (2008), em Sociologia, pela Universidade de Campinas – UNICAMP. É reforçada, ainda, a divulgação das ideias do Autor, nomeadamente no campo da Nutrição e da Alimentação. O autor ainda acentua que

Bastante significativa foi a plenária do CONSEA realizada em Recife no dia 05 de setembro, dia em que Josué de Castro completaria justamente os seus 100 anos. O presidente Lula disse na ocasião que a coragem e a determinação de Josué de Castro serviram de inspiração para a criação do conselho e do próprio Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á fome, e que naquele momento a sociedade brasileira estava recuperando Josué de Castro, recolocando-o no lugar que merece. A socióloga e doutora Ana Maria de Castro, filha de Josué, também fez um discurso enaltecendo a volta do Pai á sua terra natal na forma de um “gigante”, na presidência de outro ilustre pernambucano, o próprio presidente Lula, fechando com isso um ciclo. Foi o marco do reconhecimento definitivo do Estado brasileiro frente a esse personagem da história do País. Não só o governo Federal, mas também o Estadual e o municipal. (2009, p. 47-48).

Ainda nesse período, é importante mencionar o fato de que _ apesar de já ter sido apontado, uma dissertação defendida em um programa de pós- graduação em Educação – o estudo de Dorival Donizete Marchi (2003) – cujo título é *O pensamento*

geográfico de Josué de Castro, está centrado principalmente nas seguintes vertentes: o pensamento de Josué de Castro no tocante a fome, abordando, com isso, a relação de Castro como intelectual e sua relação com os demais intelectuais brasileiros da época.

O trabalho em foco insere Josué de Castro nas correntes ideológicas de seu período, relacionando o projeto do Autor, a vertente sanitária e o avanço dessa solução, visando ao impedimento da fome coletiva. Além de debater as bases metodológicas do Pensador, relacionando-o à Geografia, traz ainda um perfil biográfico acompanhado da sua trajetória política e do político nacional. Conclui o trabalho, mencionando que Josué foi um possibilista à Paul Vidal de la Blache e que permeou entre a busca de uma neutralidade científica e a crítica revelada, mantendo sua crença nas boas intenções humanas e sua fé na ciência como redentora dos males que afligiam a humanidade até os seus últimos escritos. Procurou, em todos os discursos voltados à educação, apontar que, se houvesse vontade política e coragem para ultrapassar barreiras, a solução para o combate de certas doenças e da mortalidade precoce estaria no combate à fome, pois esta sempre foi a maior causa do homem no contexto mundial.(MARCHI, 2004).

É importante investigar esse trabalho mencionado, haja vista esta proposta de se estudar Josué de Castro nesta dissertação, em uma vertente educativa. O trabalho de Dorival Donizete Marchi, entretanto não enveredou pela perspectiva educacional na acepção dessas palavras. Sem dúvida, é um trabalho importante, mas, ciente dos fins desta pesquisa, demonstra-se que, mesmo em um currículo de pós-graduação na área da Educação, o estudo do pesquisador se conecta mais com o caráter sociológico de Josué de Castro, mostrando a atualidade do seu pensamento.

Silva (2009) indica ainda, que Josué de Castro, em toda a sua trajetória de vida, era comprometido com o desenvolvimento social do seu povo e do mundo. Para ela, Josué de Castro, dedicava sua vida para entender e criar maneiras de se enfrentar o drama da fome. Argumentou, ainda:

No combate a este flagelo que assola o mundo, ceifando vidas em todo o planeta, o médico sociólogo, geógrafo, escritor e político pernambucano Josué Apolônio de Castro, ou simplesmente Josué de Castro como gostava de ser chamado, dedicou sua vida. Seus inúmeros estudos sobre os problemas relativos às carências alimentares contribuíram para desvelar as mazelas de um processo colonizador perverso e espoliador do homem e da natureza que marca o nosso processo histórico de formação social. Ousou sonhar com um mundo sem fome, sem miseráveis e, por esta causa, travou o “bom combate de sua vida”, pois sabia que esta não era uma luta em vão, não era um sonho utópico; era uma questão possível de ser resolvida se houvesse de fato interesse dos

países solucionar o problema, em especial das nações mais ricas do mundo. Entendia a fome crônica como decorrente de um modelo econômico e político perverso, que espolia uns para beneficiar poucos, e não como um flagelo natural ou praga divina. A causa da fome era política. (P. 58).

Ao se pesquisar as obras de Josué de Castro, com foco na proposta educativa em suas obras, a respeito de fome e alimentação, proporcionar-se-á uma releitura e uma reflexão crítica voltada para a sociedade e, em particular, para a academia, apontando caminhos para uma nova gestão da escola e da educação, considerando o desenvolvimento humano.

Com suporte nas propostas políticas desse autor, dar-se-ão mais subsídios para refletir sobre a condição de fome do povo brasileiro e como a escola pode ajudar no esclarecimento crítico para que as futuras gerações, como também as de hoje, entendam a temática da fome e, quem sabe, possam amenizar o problema. Como Josué de Castro diz em seus escritos, o problema da fome não é uma questão natural, mas social, uma vez em que a quantidade de famintos no mundo de hoje depende de decisões políticas e não de manifestações naturais.

Já se observam então, alguns avanços na seara das políticas públicas. A última lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE insere a educação alimentar e nutricional como disciplina obrigatória no ensino fundamental. A aludida lei dispõe em seu Art. 2º que:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I- O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II- A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2009, p.01)

O artigo 4º, por sua vez, prescreve o objetivo crucial do PNAE:

Art4º - O programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009, p.01)

Destarte, a escola é um palco privilegiado para construir junto à sua comunidade ações afirmativas sobre educação alimentar e nutricional, levando em consideração as particularidades de seus pares e o contexto socioeconômico no qual estão incluídos.

As temáticas da fome e da alimentação, assim como a obra de Josué de Castro, são as fontes primárias para esta pesquisa. Para entender o discurso desse intelectual, entretanto, tornam-se necessários outros aportes teóricos, dando azo à compreensão do contexto social e as influências da época sobre Josué de Castro.

Primeiramente, evidenciaremos aqui A Nova História que, a partir de um movimento de renovação das fontes historiográficas, até o momento atrelada à metodologias ancoradas no positivismo, abriu-se ao mundo em uma renovação que rompe com o caráter tradicional das fontes históricas para a pesquisa. Nesse pensamento, Le Goff (2005, p. 36-37) argumenta:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; (...), fundada essencialmente nos textos, no documento estrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurado, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.

O autor evidencia, pois o rompimento da neutralidade das fontes, reportando-se especificamente ao documento, o qual, durante algum tempo, foi visto na história como forma simbólica incontestável em via única de interpretação, constituindo-se fato absoluto. Com a visibilidade e proeminência da Nova História, o documento passou a ser compreendido desde uma perspectiva crítica, pois,

O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio é parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade” (LE GOFF, 2005, p.76)

São consideradas essas posições teóricas e metodológicas quando da análise dos fatos históricos com arrimo em documentos variados, sejam eles livros, revistas, jornais, depoimentos escritos, vídeos, fotos etc. A propósito, fale-se, então, um pouco do que acontecia no Brasil no período de 1930 a 1965.

Até 1930, a economia brasileira baseava-se prioritariamente em produtos agroexportadores, principalmente café. Deste modo, todas as forças do País estavam concentradas em produzir para vender, impedindo assim uma produção interna para abastecimento da população local. Com isso, compravam-se muitos produtos industrializados da Europa, dos Estados Unidos da América e da Inglaterra. Com a grande crise de 1929, o mundo (e, conseqüentemente, o Brasil) passou por graves problemas financeiros, obrigando os países a repensar seus modelos econômicos.

No Brasil, iniciou-se um modelo de substituir importação, fomentando a industrialização do País, até então incipiente, o que impulsionou o incremento da lavoura, o melhoramento da malha urbana, o investimento na industrialização, tudo isso em uma perspectiva da modernização.

Foi neste período que o Estado, para enfrentar a crise no liberalismo, articulam ações estatais. A mais notável desse tempo foi o estabelecimento dos primeiros direitos trabalhistas no País. Assim discorre Cidrack (2010, p. 35):

Foi promulgada durante a década de 1930 uma série de leis voltadas para o trabalhador, culminando com a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT. Entre essas leis, posso citar a criação do salário mínimo, regulação do trabalho de mulheres e menores, concessão de férias remuneradas, limite de jornada de trabalho em oito horas e a estabilidade no emprego, que durou até ser extinto pelo ministro Roberto Campos, no Governo Castello Branco, sendo substituída pelo fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Com a nova relação trabalhista no Brasil – o assalariado e a busca incansável do lucro – os trabalhadores eram obrigados, mesmo sem condições alimentares satisfatórias, a trabalhar exaustivamente em longas jornadas. Quando não aguentavam mais e apresentavam sinais de exaustão, os donos das fábricas acreditavam que esse baixo rendimento dos operários era a tradução das proposições europeias, as quais propagavam que o clima, aliado à estrutura genética dos trabalhadores, eram os responsáveis pelo fenômeno do baixo desempenho.

Contra essa corrente, vai surgindo, no Brasil, o trabalho de vários intelectuais, dentre eles Josué de Castro e Gilberto Freyre. Esses dois autores vão desmistificar a ideia da genética como fator preponderante, para, então, discutir a ideia social. Os intelectuais acreditam que a má alimentação do povo brasileiro é que está intimamente relacionada ao seu baixo rendimento no trabalho. Apesar de colidente a relação entre Castro e Freire, segundo Vasconcelos (2001), esses cientistas pernambucanos, ao deflagrarem a situação

nutricional no País, abordando-a sobre um prisma social, estiveram ligados na consolidação da nacionalidade brasileira.

À época em que surgem os intelectuais nessa perspectiva, sejam médicos, como é o caso de Josué de Castro, ou sociólogos brasileiros, o cerne da questão esta nas vozes do povo, pois, fossem elas oficiais ou não, almejavam o desenvolvimento do Brasil de forma urgente.

Assim, desenvolveram-se políticas ligeiras que obrigavam uma parte considerável da população a pagar o preço com sua fome e suas mazelas para a concretização de um modelo econômico desenvolvimentista voltado para indústrias estrangeiras sujas, já obsoletas nos seus países de origem, ensejando altos custos ao Brasil, tornando os produtos fabricados aqui nada atraentes para a exportação; são indústrias destoantes das condições econômicas e sociais vivenciadas no País nessa época.

Com isso, essas mudanças também foram sentidas na Educação. Saviani (2010, p. 197) aponta que

As primeiras décadas do século XX caracterizam-se pelo debate das idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado grande instrumento de participação política. E, pois a ideia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação” a qual atinge seu ponto culminante na década de 1920.

É nessa efervescência política e econômica que são sentidos impactos na educação. Nessa época, viveu-se o clima das reformas educacionais, uma vez que, por haver um novo modelo econômico, precisava-se, pois, de uma educação consoante com as novas exigências do mercado.

Já no setor da educação ocorreram duas reformas- Reforma Francisco Campos (1934) e Reforma Capanema ou Leis Orgânicas de Ensino (1942-1946). Enquanto a primeira tinha como meta a escolarização em massa (necessária ao modelo industrial), a segunda regulamentava o ensino primário e o ensino normal, instituindo a formação geral e propedêutica para as classes superiores e o ensino profissionalizante para as classes populares. (CIDRACK 2009, p.36).

As breves considerações dispensadas nesse recorte histórico são necessárias para mostrar ao leitor que a pesquisa se articulará o tempo inteiro com a História, de forma diluída no texto, para contextualizar a obra de Josué de Castro.

3 - GEOGRAFIA DA FOME: obra de sucesso e denúncia

Ora, este nosso documentário geográfico da fome, deve servir como instrumento de informação para todos aqueles que desejem formular uma política econômica para o Nordeste, capaz de libertá-lo dessas taras ancestrais – de sua fome e de sua miséria. Para isto cumpre-nos correlacionar agora os dois nordestes em suas características complementares e suas mútuas influências condicionadoras da sua resultante econômica: da sua realidade estrutural.

Josué de Castro. Geografia da fome.



Figura 01: Capa do livro Geografia da fome. Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_livros.htm

Este capítulo tem como objetivo destacar os trechos (caracterizados com indícios) que contribuíram para os intentos de identificar uma proposta educativa na obra de Josué de Castro. Os excertos foram analisados de acordo com os critérios vencidos² na

² Como mencionado, para ser considerado um indicio, o trecho deveria cobrir pelo menos dois dos quatro critérios a seguir:

- a) Mencionar diretamente a palavra educação ou esclarecimento na estrutura textual;
- b) Apontar diretrizes para resolução de problemas ligados a fome, alimentação e sociedade;
- c) Informações diretas ou indiretas que demonstrem a concepção do autor sobre educação e áreas ligadas diretamente a ela, tais como pesquisa, ciência e universidade e
- d) Ações planejadas de enfrentamento da fome, que denotem na sua essência intenções pedagógicas.

introdução deste texto. As citações e os autores a que se recorreu, e que referencia a análise, demonstram ainda a importância da *Geografia da fome*, no Brasil, e articulação de Josué de Castro com outros temas, visto que nessa obra está mais evidente o caráter interdisciplinar do Autor. O livro foi dedicado a Rachel de Queiroz e a José Américo de Almeida, que, segundo Castro são célebres autores “romancistas da fome no Brasil”. Dedicada ainda à memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, os “sociólogos da fome”.

Lançada ao público em 1946³, *Geografia da fome* traduz o esforço do autor em demonstrar a maneira como a fome afetava o Brasil em pleno período de desenvolvimento econômico. Considerada por alguns como *opus magnum* do autor, esta obra foi traduzida para cerca de 25 idiomas e, conseqüentemente, deixou Josué de Castro mundialmente conhecido.

Reconhecida pelo seu mérito nas Ciências Humanas e Sociais, a obra rompeu fronteiras ao analisar a fome pelo método da Geografia⁴, que buscava a fundo a explicação dos problemas sociais. Foi pioneira quando propôs desenhar um mapa da fome brasileira e, ainda, ao discutir esta fome nas suas formas quantitativa falta total de alimentos – bem como qualitativa – ausência de nutrientes e vitaminas importantes para o pleno desenvolvimento da pessoa.

De tal sorte, a *Geografia da Fome*, acompanhada de sua vasta repercussão mundo afora, estava diretamente relacionada com o início dos esforços de criação de uma política nacional de alimentação e acompanhada de maior desenvolvimento dos estudos no campo da nutrição no País. Isto porque:

O início da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no Brasil data de 1940. No entanto, o marco introdutório da ação social do Estado surgiu a partir de 1930, quando a Nutrição passou a ser instituída como objeto de estudos sistemáticos, e somente após uma década teve marcada presença na implementação de política. Segundo L'Abbate (1988), nesse período fizeram-se os primeiros inquéritos sobre alimentação, os quais forneceram indicadores da forte correlação entre renda (salários) e acesso à alimentação. (FROZI, D.S.; GALEAZZI, M.A.A. 2004, p.63)

³ utilizam-se, porém, no texto ora apresentado os trechos da edição do livro de 2008, publicados pela editora Civilização Brasileira.

⁴ Para Castro “(...) orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície terrestre. É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome”. (2008,p.16).

Nesse contexto, destaca-se o inquérito sobre as condições de vida dos operários do Recife, publicado por Josué de Castro em 1932. Nota-se com isso a atuação de Josué de Castro na busca de legitimação do campo da nutrição e das políticas públicas de alimentação no Brasil. Ainda sobre a atuação de Castro, Hochman (2010) argumenta:

Na primeira metade da década de 1940 o campo da nutrição começou a se institucionalizar com a criação de cursos universitários, de institutos de pesquisa e periódicos científicos como os Arquivos Brasileiros de Nutrição⁵. Emerge, fora do ambiente institucional da saúde pública, a preocupação com a alimentação do “povo brasileiro”, com a desnutrição endêmica e com a fome, que incluía as doenças carenciais como o bócio. A emergência da nutrição e da nutrologia se fez sob liderança de médicos como Josué de Castro (1908-1973), diretor e professor da primeira Escola de Nutrição na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), autor dos influentes *Geografia da Fome* (1946) e de *Geopolítica da fome* (1951) e se tornara já nos anos 1940 uma autoridade mundial na área da nutrição. (P.169).

Era um período, portanto, que favorecia esses estudos, pois, enquanto alguns agentes projetavam e sonhavam com um novo Brasil, importando ideias estrangeiras e forjando no interior do País uma noção de desenvolvimento intrinsecamente ligada ao sacrifício do povo, Castro mostrava que, para o País se desenvolver, era preciso, antes de tudo, alimentar bem o seu povo. Era uma época de novos conhecimentos científicos, experimentações na política e de inserção e de mobilização popular no sufrágio; o povo, então, votava e determinava o futuro político nacional⁶. De tal modo, um discurso sensível com suporte na temática da fome tinha inegável eco na política e na sociedade. Por isso,

[...] sua obra se mostra expressiva do ponto de vista qualitativa e sofisticada em termos de teorização, e ganha visibilidade tanto no cenário nacional como no mundial- conforme atesta, por exemplo, a tradução de “Geografia da fome” para mais de 25 idiomas. Cabe também refletir sobre a carga psicológica carregada pela fome como tema político. Naquela época, houve condições de possibilidade para se falar em “drama” da fome. A especificidade científica e intelectual daquela conjuntura compartilhou, em todos os sentidos, a autoria da configuração política alçada pela fome na obra de Castro. (BIZZO, 2009, p.418).

Consolida-se, com efeito, um panorama de debate sobre a constituição de um homem brasileiro, do nacionalismo, de um projeto de desenvolvimento que rompesse com os preconceitos de raça e clima, de uma nação independente com potencial para buscar o desenvolvimento pleno da população.

⁵ Revista que foi idealizada por Josué de Castro e da qual editor durante alguns anos.

⁶ Período de 1950 quando implementavam políticas de desenvolvimento e industrialização. Plano de metas de JK. Ver: FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

Em 1930, começaram a instalar-se no Brasil o modelo socioeconômico de substituição da importação e o modelo político nacional-desenvolvimentista. O primeiro, com o propósito principal de alavancar a industrialização do país, procura estabelecer as bases e a infraestrutura necessária a esse fim. O segundo, marcado pela ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista, caracterizou as formas de intervenção do Estado no plano social e econômico, haja vista a constituição da nacionalidade brasileira e a demanda de mão de obra escolarizada, produtiva e sadia. (BEZERRA, 2009, p.05)

Dessa maneira, esse desenvolvimento junto à população era pautado, principalmente, nas vertentes médica e nutricional, o que aconteceria com o melhoramento das condições de vida da população por meio da alimentação. Sendo assim, Vasconcelos (2001, p. 316) argumenta que,

No Brasil, a emergência do campo da nutrição, seja como disciplina, política social e/ou profissão, tem sido contextualizada no bojo das transformações econômicas- político- sociais e culturais que os países vivenciaram no decorrer dos anos de 1930 e 1940. Ou seja, a nutrição teria emergido como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo chamado Estado Nacional Populista, contexto histórico que delimitou a implantação das bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial.

Com o terreno político e social propício para receber tais questionamentos sobre a condição alimentar da população – haja vista os prévios esforços de Josué de Castro e de outros intelectuais brasileiros, com a bandeira do desenvolvimento nacional – a *Geografia da fome* surge como materialização do diagnóstico da situação de fome do País, assim como a prescrição de instrumentos para superar tal problema. Magalhães assinala que

A radicalização da linguagem, observada em *Geografia da Fome*, significa uma alteração substancial na perspectiva de Josué de Castro. O autor passa a demonstrar uma postura crítica em relação aos rumos da economia e da política, em contraste com os seus primeiros escritos. Como se assinalou, em sua produção inicial, há uma preocupação clara com os efeitos da fome sobre a evolução social, o que obscurece a discussão das próprias causas mais profundas do problema alimentar. (MAGALHÃES, 1996, 49-50)

A referida autora acrescenta:

O enfoque na primeira fase de sua obra, é o da descrição do quadro da fome e de sua articulação com o debate sobre a construção do homem brasileiro. A ciência é enfatizada como o principal instrumento para o diagnóstico do estado nutricional- leia-se do real potencial da nação- e para a proposição de medidas de intervenção. Trata-se de um instrumento neutro, acima de tendências ideológicas, capaz de oferecer caminhos para a solução do problema alimentar.

Posteriormente, Josué de Castro incorpora a necessidade de comprometimento com a questão social no processo de produção científica. (IBID)

Foi nessa conjuntura que Josué de Castro elevou a questão da escassez de documentos acerca do *status* fome no País, fato este que impossibilitava uma real apreensão do tamanho do problema no Brasil. No prefácio de *Geografia da fome*, o autor revela:

È realmente estranho, chocante, mesmo a observação, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações. Consultando a bibliografia mundial sobre o assunto, verifica-se a sua extrema exigüidade. Extrema quando a vemos em contraste com a minuciosa abundância de trabalhos sobre temas outros de muito menor significação. Tal pobreza bibliográfica se apresenta ainda mais estranha e mais chocante quando meditamos acerca do conteúdo do tema da fome - de sua transcendental importância e de sua categórica finalidade orgânica. (2008, p. 11).

Para ele, a explicação de tal fato encontra esse argumento:

O fundamento moral que deu origem a esta espécie de interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimentos, como a fome sexual, é um instinto primário e por isso um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o domínio da razão sobre o dos instintos na conduta humana. (2008, p. 12).

Posto nesse âmbito de desenvolvimento e imbuído de apontar diretrizes para se resolver o problema alimentar do País, Josué de Castro destaca a falta de esclarecimento da população no que respeita à realidade socioeconômica brasileira. Mesmo acreditando que a educação, *per si* não pode engendrar mudanças sozinhas – pois não confiava em ações isoladas – ele aponta que é por meio do esclarecimento da situação econômica nacional em sentido amplo, bem como da elucidação do seu impacto no cotidiano da população, que esta poderia, finalmente, inferir sobre as dicotomias presentes dessa realidade, entendendo as bases fáticas que justificam a fome de uns e a abundância de outros. Sendo assim,

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. (CASTRO, 2008, p. 16).

Com origem na base teórica de que é preciso correlacionar os conhecimentos para uma melhor apreensão da realidade – fato este que denota o caráter multidisciplinar do Autor – Castro dialoga com os limites das teorias raciais, sempre à luz do conhecimento científico. Assim, ele propõe que,

[...] primeiro, que não existe superioridades ou inferioridades raciais, à luz dos modernos conhecimentos antropológicos e genéticos. O que existe são diferenciações biológicas, condicionadas por diferenças do meio. O que é superioridade nas regiões polares pode constituir uma inferioridade nos trópicos e vice-versa. Segundo, que no caso em apreço não se trata nem mesmo de diferenciações, mas de simples processos técnicos de aclimação, de diferentes hábitos de vida destes grupos humanos. (2008, p.69).

Considerando esses pressupostos, Josué de Castro dividiu o país em cinco regiões alimentares, elegendo como principal critério para essa definição regional a quantidade de pessoas atingidas pelo flagelo da fome, seja sob a óptica de seus aspectos qualitativos – falta de proteínas específicas – ou de seus aspectos quantitativos, falta total dos nutrientes ou, como assevera Castro (2008, p.35), “nas suas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome)”.

Denota-se, na sua escrita, a preocupação com a análise da alimentação de regiões alimentares diferentes do País, demarcadas por ele. Destacou-se esse momento da obra, uma vez em que demonstra claramente seu intuito de delimitar a alimentação que melhor se adequaria ao clima da população e que teria o potencial de suprir as necessidades nutricionais desta. Sobre a área amazônica, Castro assinala:

Para melhorar as condições alimentares da área amazônica faz-se necessário todo um programa de transformações econômico-sociais na região. As soluções dos aspectos parciais do problema estão todas ligadas à solução geral de um método de colonização adequada à região. Sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um deserto demográfico. Se um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra nunca poderá melhorar os recursos da alimentação regional. (2008, p.82).

Então, com o mesmo compromisso científico, embora com diferentes designações, Josué de Castro demonstra o valor nutritivo dos alimentos de outra região, qual seja, a do Nordeste açucareiro. Destarte, para ele,

È esta nossa convicção do alto valor nutritivo de certos pratos da cozinha baiana que nos leva a desenvolver intensa atividade por sua industrialização. Pelo preparo em formas de conservas do vatapá, do caruru e de outras iguarias que consumidas em outras áreas do país iriam contribuir para elevar os padrões

de nutrição regionais. Mas isso só pode ser feito com um mais vivo e ativo interesse por parte dos governos, infelizmente ocupados quase que exclusivamente com os seus problemas políticos. (2008, p. 147-148).

Percebe-se, pois, que a alimentação é sempre o fundamento utilizado por ele para explicar o desenvolvimento da região Nordeste e, por extensão, o desenvolvimento do Brasil, esta análise é acompanhada da constante preocupação de caracterizar e precisar o *status* da alimentação em diferentes setores do Brasil e de revelar hábitos alimentares particulares da população como fatores de justificação socioeconômica regional. De tal maneira,

Se estes fatores ajudaram na formação da sociedade agrária do Nordeste, o fator alimentar, descuidado e mal utilizado, contribuiu muito para sua desintegração, para a decadência precoce dessa sociedade, com seus senhores amolecidos por um regime com excessos de açucarados, mas deficiente em seus princípios essenciais, e com a massa de escravos e depois de camponeses e de operários definhando a olhos vistos, morrendo de fome quantitativa e qualitativa. (CASTRO, 2008, p. 110).

Nessa mesma linha de raciocínio, enfatiza:

A verdade é que a moleza do *cabra de engenho*, a sua fatigada lentidão, não é um mal de raça, é um mal de fome. É a falta de combustível suficiente e adequado à sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo ronco e pouco produtivo. (IBID, p. 129)

Comparando os que comem mais e os que ingerem menos, considerando as discrepâncias no que diz respeito à disposição física e mental da população, Josué de Castro enfatiza o porquê dessa situação: tanto a fartura alimentar e as refeições açucaradas na casa dos senhores de engenho – enriquecidos com a monocultura – quanto a precariedade da alimentação no cotidiano camponês – empobrecidos pelo restrito acesso à terra – estão articulados, com as exigências do plantio da cana-de-açúcar, a qual demanda dedicação exclusiva do solo, suprimindo o potencial deste para o desenvolvimento de outras culturas agrícolas de suporte. O autor argumenta, então:

Todo o capital humano da região que se povoou de início tão depressa, alcançando uma concentração social bem favorável ao desenvolvimento de um bom horizonte de trabalho, estagnou logo a seguir quando a monocultura da cana-de-açúcar iniciou o seu crescimento canceroso, envenenando toda a riqueza da terra, gangrenando toda a sua economia com as toxinas do exagerado mercantilismo. (CASTRO, 2008, p.151).

Ao investigar de perto o estado do sertão do Nordeste, Josué de Castro enfatiza a situação de fome vivenciada pela Região como reflexo das condições socioeconômicas.

Não há de se falar em deficiência na dieta pela supressão de alguns nutrientes. Trata-se, de fato, de uma dieta desproporcional pela ingestão exclusiva de um só tipo de alimento. Dessa maneira, configura-se a nutrição precária pela quase total ausência de nutrientes, como bem elucidada Josué de Casto:

São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo da seca. (2008, p. 157).

Conquanto haja uma descrição densa da seca como fator que altera as condições locais de sobrevivência da população, resta claro o fato de que, para Josué de Castro, a seca é um fator agravante da situação de penúria a que estão submetidas essas populações, em decorrência de um sistema econômico deficiente, não comprometido com os interesses coletivos.

Na obra, há um caráter multidisciplinar e de correlação expressiva, como mesmo argumentou o Intelectual, em consequência da escolha do método geográfico para empreitar a sua análise. Sendo assim, evidencia algumas regiões do Planeta com experiências exitosas em períodos de grandes estiagens ou de secas, em decorrência da definição de planejamentos estratégicos para este tipo de situação. Essa ideia sistêmica e estratégica é o que falta, conforme Castro, por completo na política brasileira, demonstrando, assim, que é possível conviver de forma satisfatória nos períodos de estiagem, reforçando a sua crítica ao sistema político e socioeconômico brasileiro.

No excerto seguinte, percebe-se claramente a capacidade de correlacionar do Autor, imprimindo análise comparada da situação brasileira com o estado de outras regiões do Globo:

O aproveitamento pelo sertanejo destas manchas de terra de melhores condições édaficas, com maiores reservas de umidade e melhor riqueza humosa, para o seu roçado de subsistência, fez-se de maneira muito semelhante ao aproveitamento do oásis e dos *ueds* secos, dos vales e das estepes do Atlas e das bordas do Saara, por parte das populações sarracenas que aí se estabeleceram quando da expansão do império árabe por todo o Norte da África. Tanto nos oásis africanos como nas vazantes nordestinas, vamos encontrar a mesma textura de culturas variadas num aproveitamento intensivo dessas limitadas zonas onde a água excepcionalmente se apresenta. A mesma técnica de horta e pomar, a mesma finalidade de policultura de sustentação. (CASTRO, 2008, p. 174).

Na sequência, ele acentua:

À base da criação de gado e da agricultura de sustentação e de certos recursos um tanto escassos do meio ambiente– da caça e da pesca–, o sertanejo, usando métodos de preparo e de cozinha apreendidos de outro continente, adaptando, até certo ponto, muitos deles aos novos ingredientes da terra, criou um tipo de alimentação característico. Alimentação sólida, porém bem equilibrada, a qual constitui um bom exemplo de como pode um grupo humano retirar de um meio pobre recursos adequados às necessidades básicas de sua vida. (ibidem, p. 175)

Assim, ele relaciona essa ideia de “boa alimentação” com uma descrição do tipo físico do sertanejo. Para Josué de Castro, resta a indagação sobre até que ponto é benéfica uma alimentação racionalizada, embora nutritiva, quando as populações-alvo não estão sob a influência nefasta da seca. E comenta:

É esta mesma parcimônia calórica, sem margens a luxo, que faz do sertanejo um tipo magro e anguloso, de carnes enxutas, sem arredondamentos de tecidos adiposos e sem nenhuma predisposição ao artritismo, á obesidade e ao diabete, doenças essas provocadas, muitas vezes, por excesso alimentar. Não o atleta de capa de revista, nem de herói de fita de cinema, atraindo os olhares femininos com suas formas apolíneas, mas o do atleta fisiológico, com o seu sistema neuromuscular equilibrado, como bastante força e agilidade e com excepcional resistência, nos momentos oportunos. (2008, p. 188).

Acerca dos momentos oportunos aos quais se refere um deles é quando se anuncia época de estiagem – trazendo consigo a seca – a qual o sertanejo, com suas insuficientes providências, não tem condições de prever. É a implacável ação da seca sobre os corpos, mentes e espíritos sertanejos que Josué de Castro traduz na mais realista transcrição, elucidando o sofrimento na região sertaneja:

As culturas desaparecem dos roçados com as sementes enterradas na poeira esturricada ou com as plantas tenras dessecadas pela soalheira. O pasto seco se esfarinha e é arrastado pelos ventos de fogo, ficando o gado á míngua de água e de alimento. Recorre o vaqueiro ao recurso das ramas e dos cactos, queimando os espinhos dos mandacarus e dos facheiros e picando os seus gomos a facão para evitar a extinção imediata do rebanho. (2008, p. 201).

Revela, assim, na descrição o modo, como a população se submete, por ocasião da falta total de alimentos, ao que Castro já denominara de “iguarias bárbaras”. Esta definição, uma das bandeiras científicas do Autor, já levou uma gama de espécies à análise laboratorial com o objetivo de se comprovar ou descartar a sua toxicidade. Descreve, com acuidade e precisão, o momento em que o sertanejo lança mão desses “alimentos”:

Golpeado a fundo pelo cataclismo, com suas fontes de produção estagnadas, o sertanejo quase sempre desprovido de reservas cai imediatamente num regime

de subalimentação. Começa por limitar a quantidade de sua ração e a variedade de seus componentes. A sua dieta nesta fase se reduz logo a um pouco de milho, de feijão, de farinha. Mas se a seca persiste, estes poucos gêneros desaparecem do mercado, ficando o sertanejo reduzido aos recursos das “iguarias bárbaras”, das “comidas brabas” – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes á dessecação do meio ambiente. (CASTRO, 2008, p. 202).

Complementa o cenário precário, ao asseverar que:

Quando o sertanejo lança mão destes alimentos exóticos é que o martírio da seca já vai longe e que sua miséria já atingiu os limites de sua resistência orgânica. É a última etapa de sua permanência na terra desolada, antes de se fazer retirante e descer aos magores, em busca de outras terras menos castigadas pela inclemência do clima. (IBID, p. 203).

Quando faltam até essas “iguarias”, não há como escapar: foge-se para outras regiões, juntando o pouco que se tem, carregando a esperança de encontrar água e comida. Os sertanejos, nesse ensejo, se lançam na empreitada de seguir estrada afora com suas parcas energias vitais, sempre à procura desesperadora de alento. Na descrição do estudioso,

São sombrias caravanas de espectros caminhando centenas de léguas em busca das serras e dos brejos, das terras da promessa. Com os seus alforjes quase vazios, contendo quando muito um punhado de farinha, um pedaço de rapadura; a rede e a filharada miúda grudada às costas, o sertanejo dispara através da vastidão dos tabuleiros e chapadões descampados, disposto a todos os martírios. Sem recursos de nenhuma espécie, atravessando zonas de penúria absoluta, gastando na áspera caminhada o resto de suas energias comburidas, os retirantes acentuam no seu êxodo as conseqüências funestas desta fome. Vê-los é ver, em todas as suas pungentes manifestações, o drama fisiológico da inanição. (2008, p. 210).

Com amparo neste contexto de penúria, aliado a um incontestável sentimento de esperança, Castro procede a um exame psicológico da ação da fome dessas populações, utilizando uma interpretação de comportamento social para avaliar as condições delas quando se esgotam suas forças vitais e, conseqüentemente, suas convicções. Assim argumenta:

A sensação de fome não é uma sensação contínua, mas um fenômeno intermitente com exacerbações e remissões periódicas. De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo das atividades que conduzam á obtenção de alimentos e, portanto, á satisfação do instinto mortificador da fome. Esses sentidos há um que se exalta ao extremo, alcançando uma acuidade sensorial incrível: é o sentido da visão. No faminto, enquanto tudo parece ir perecendo aos poucos em seu organismo, a visão cada vez mais vai se acendendo, vivificando-se espasmodicamente. (CASTRO, 2008, p.229).

Com efeito, ele retoma a ideia de debate da formação do homem brasileiro. Tomando como base o caso nordestino, há no imaginário coletivo uma representação cristalizada do banditismo e/ou do messianismo ligados à fome na região, levando, conseqüentemente, a uma representação negativa do Nordeste em uma época de intenso discurso da importância de se imprimir, no Brasil, um caráter nacionalista na população. Nessa conjectura, Castro explica:

Contribuem, desta forma, as secas e as fomes periódicas que delas decorrem para a cristalização desses tipos característicos da vida social do sertão: o cangaceiro e o beato fanático. Tipos tão significativamente inseridos, por suas raízes culturais, na vida sertaneja, a tal ponto associados em sua atuação social que constituem muitas vezes como uma só personalidade - o beato-cangaceiro [...] (CASTRO, 2008, p.233)

Josué de Castro acrescenta:

O cangaceiro que irrompe como uma cascavel doida deste monturo social significa, muitas vezes, a vitória do instinto da fome – fome de alimento e fome de liberdade– sobre as barreiras materiais e morais que o meio levanta. O beato fanático traduz a vitória da exaltação moral, apelando para as forças metafísicas a fim de conjurar o instinto solto e desadorado. Em ambos, o que se vê é o uso desproporcionado e inadequado da força– da força física ou da força mental– para lutar contra a calamidade e seus trágicos efeitos. Contra o cerco que a fome estabelece em torno destas populações, levando–as a toda sorte de desesperos. (IBIDEM, p. 233).

Alerta, ainda, sobre os limites da sua análise e da precaução de não induzir explicações deterministas que possam inviabilizar sua principal preocupação, qual seja, a de demonstrar com precisão e riqueza de detalhes a situação dos flagelados da seca, imprimindo na população a importância da discussão alimentar e do esclarecimento, para que se possa caminhar rumo ao desenvolvimento pleno do País. Nessa perspectiva, o autor assinala que

Não se pense que, num impulso de biologismo que seria um tanto ingênuo, vamos chegar ao extremo de atribuir às fomes periódicas uma ação determinante e exclusiva na formação destes tipos sociais. Claro que não. Inúmeros outros fatores hoje bem conhecidos e estudados interferem em sua elaboração, traçando mesmo as direções gerais do fenômeno, esboçando em linhas um tanto imprecisas as suas tendências básicas, mas não há dúvida que o cataclismo social precipita seu aparecimento, provocando a sua cristalização definitiva. (CASTRO, 2008, p.234).

É notória na obra de Josué de Castro, a complexidade com a qual analisa a situação do sertanejo, traduzindo o caráter transdisciplinar do escritor na defesa recorrente do Nordeste. Ao tratar dessas questões, objetiva esboçar que não é culpa da região, tampouco uma espécie de caráter latente da população expressor de, tais

manifestações comportamentais. Seria, antes de tudo, um reflexo da economia excludente que assola a região. Para ele,

Foge de nossos propósitos estudar a fundo todos os fenômenos sociais que decorrem deste estado de ensinamento da vida do sertão. O nosso intento foi apenas mostrar como, a nosso ver, age, por um mecanismo biológico especial, o fenômeno econômico-social das fomes periódicas. Pondo em equação a influência deste fator, ao lado de muitas outras que trabalham em conexão nesta área, é possível obter-se uma interpretação mais justa do mistério da barbaria sertaneja, da intolerância e da valentia do homem do Nordeste, da sua sobranceira e do seu misticismo medieval. (CASTRO, 2008, p. 240)

Destarte, o Autor traz uma análise da vertente atual e moderna para aquela época, na qual elegeu na Ciência Geográfica e, conseqüentemente, o método da Geografia Humana, as bases do seu estudo e norteamento de sua visão. Além disso, demonstra o profundo conhecimento multidisciplinar do autor da Ciência, elementos importantes haja vista o intento de se mapear nas suas obras os indícios que uma possível proposta educativa suscita. Sendo assim o trecho a seguir reproduzido anuncia:

O estudo do regionalismo veio trazer uma nova e fecunda vitalidade á velha ciência geográfica que permaneceu até o começo do nosso século numa atitude de estéril academicismo. Atitude de desvinculação, quase que completa, com a realidade e a singularidade das diferentes paisagens vivas do mundo. Apenas ligada ao real pelo frágil fio das enumerações de uma superficial coreografia, mas descritiva do que interpretativa, mais erudita do que explicativa. Numa palavra, mais morta do que viva. Foi a localização mais profunda, a análise mais dinâmica dos traços que compõem a fisionomia singular das unidades regionais, que veio dar a geografia o seu grande sentido prático, a sua inserção ativa dentro dos valores de criação da ciência, posta a servido da coletividade. (CASTRO, 2008, p.241).

Argumenta, ainda, sobre a importância do conhecimento geográfico, tanto no seu sentido físico de extensões e descrições do espaço, como no senso político de viabilização desse conhecimento para a autonomia do País. É na discussão de uma nação desenvolvida que todos os argumentos de Josué de Castro se encontram. Assim, conduz a reflexão do Autor:

E pagamos bem caro por esta despreocupação da ciência geográfica em face da realidade dinâmica. Daí a validez daquela frase pronunciada por um geógrafo e estadista britânico de que “o custo da ignorância geográfica tem sido incomensurável”. Grande parte das dilapidações das riquezas naturais, da violentação e do desequilíbrio provocado pelo homem nos quadros ecológicos regionais e mesmo das violentações dos grupos culturais, se deve ao pouco conhecimento das realidades geográficas em sua expressão dinâmica, exercida através do jogo de suas intenções e implicações do natural sobre o cultural e vice-versa. (CASTRO, 2008, p. 241).

Nesse mesmo sentido, é clara a atitude dele em fixar a Ciência como amparo básico dos estudos e dos argumentos tecidos, na qualidade de político e escritor:

Quando nos nossos dias todos os países procuram se equipar a técnica e culturalmente para levar a efeito o desenvolvimento econômico e social dentro de planos previamente concebidos, a fim de evitar as distorções e violentações a que o empirismo econômico arrastou o mundo, os estudos de geografia regional crescem de importância e passam a constituir a indispensável base de trabalho para os políticos, os planejadores, os administradores, os estadistas. Sem um bom conhecimento geográfico, que transcenda do geral para o regional e penetre além do mundo das aparências até as raízes dos fatos ocultos, nenhum plano nem ação política ou administrativa poderá alcançar qualquer sucesso duradouro. (CASTRO, 2008, p.241-242).

Assim, esboça a ideia de que um dos principais objetivos da *Geografia da Fome* é formar um cabedal de conhecimentos que desconstitua a imagem de fome relacionada apenas à questão natural, sem levar em consideração as variantes econômica, social, cultural e política que, para o autor, interferem diariamente na dinâmica da região. Dessa forma, para ele,

[...] este nosso documentário geográfico da fome, deve servir como instrumento de informação para todos aqueles que desejem formular uma política econômica para o Nordeste, capaz de libertá-lo dessas taras ancestrais – de sua fome e de sua miséria. Para isto cumpre-nos correlacionar agora os dois nordestes em suas características complementares e suas mútuas influências condicionadoras da sua resultante econômica: da sua realidade estrutural. (CASTRO, 2008, p. 242).

Segue o Autor, ante essa concepção estrutural do problema, acentuando:

Pelo Brasil afora se tem a idéia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (CASTRO, 2008, p.242).

O Autor deixa claro, portanto, as causas que imprimem no Nordeste a situação de fome que assola a sua população e empobrece a região. Assim, para ele,

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez– os anos das vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas. Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome. (CASTRO, 2008, p. 242).

É evidente na sua argumentação a necessidade de se articular ações efetivas no tentame de supera a fome na região. A principal ação, dentre essas, é buscar o devido esclarecimento sobre as condições que provocam e aglutinam o subdesenvolvimento socioeconômico do Nordeste. Ante tal exigência, na visão de Josué de Castro,

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região. (CASTRO, 2008, p. 244).

Na sequência assinala:

Ao meu ver, todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região são oriundos da arcaica estrutura agrária aí reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária nacional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades. (CASTRO, 2008, p. 244).

Nessa abordagem correlacional, ao mencionar as áreas de subnutrição – na obra, as regiões Centro e Sul – Josué de Castro aponta a mudança da capital do Brasil como marco representativo de um avanço democrático, assim como uma ação real do progresso brasileiro:

A maior parte dos brasileiros se impressiona diante da construção da nova capital pelo que este ato significa como arrojo e como epopeia. Por seu impacto material que se exprime pelo ato de vontade criadora que está levantando no Planalto Central, descampado e deserto, uma grande e moderna metrópole: a mais moderna do mundo, por suas concepções arquitetônicas e urbanísticas. A meu ver este impacto, com toda a sua grandiosidade, significa menos para o Brasil do que o impacto político e social que esta mudança provocará sobre a estrutura viva da Nação. Não se muda uma capital pelo simples gosto de deslumbrar o mundo. (CASTRO, 2008, p.259).

Acerca da mudança da Capital, segue o autor, refletindo:

Muda-se uma capital quando as circunstâncias históricas determinam a necessidade de mudá-la. Com a transferência da capital para Brasília, o que se objetivou antes de tudo foi mudar a posição do Brasil. Foi tirar o país desta posição paradoxal em que se encontrava de, sendo uma espécie de império continental, viver de costas voltadas para sua própria realidade econômica e social. Viver debruçado sobre o Atlântico, em obediência a esta espécie de vocação oceânica, que fez com que o brasileiro ignorasse durante séculos a realidade do Brasil. (IBIDEM, p.259).

Revela-se, nessas passagens, a atitude progressista de suas análises, reforçando, mais uma vez, suas preocupações com o desenvolvimento do Brasil e com a constituição

do novo homem brasileiro; pronto para contribuir no projeto de formar uma nação independente, ante a articulação econômica a que tanto almejava a população brasileira.

È esta mudança de posição que o momento nacional está a impor em atendimento aos anseios populares de progresso e de desenvolvimento autêntico, numa palavra, de integração econômica de todo o corpo da nacionalidade. È esta a grande missão de Brasília: missão de integrar e unificar, cada vez mais, todas as regiões do país num só todo, procurando atenuar os desníveis e desequilíbrios econômicos e sociais que caracterizam por excelência a realidade brasileira. È como um instrumento de ação política, estrategicamente colocado, que Brasília vai influenciar de maneira decisiva nos destinos de cada uma das regiões brasileiras, mesmo as mais remotas, as mais distantes dos grandes centros de atividades do país. E nenhuma região será mais beneficiada do que o Brasil Central. (CASTRO, 2008, p. 259).

Quando passa a analisar, no final da obra, o “estudo do conjunto brasileiro”, Josué de Castro aponta diretrizes para a elaboração de um verdadeiro projeto de emancipação. É característica da sua escrita – ligada intrinsecamente à sua profissão de médico – a lógica de diagnosticar o problema para, posteriormente, prescrever a cura. É nessa seção da *Geografia da Fome* que Josué de Castro mais contribui para uma proposta educativa, apontando aquilo que precisa ser empreendido e esclarecido para empreitar uma verdadeira reforma na economia para um desenvolvimento social brasileiro. Assim, com a necessidade de formulação qualitativa do problema, assevera:

Não vamos para completar o quadro do conjunto brasileiro, enfileirar aqui dados estatísticos comprovantes dessa miséria alimentar. Embora esses números enchessem a vista de certos tipos de leitores, resolvendo as suas dúvidas com uma simples comparação de cifras, e satisfazendo a sua curiosidade estatística, não nos tenta o método. Este ensaio não visa propriamente uma análise do problema em seus aspectos quantitativos, mas, principalmente, em seus aspectos qualitativos. (CASTRO, 2008, p. 265).

Nesse mesmo sentido, na reflexão:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente, o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. (CASTRO, 2008, p. 266).

Josué de Castro destaca que a ação do Estado nesses anos de efervescência econômica dos anos de 1940 é responsável pelos desníveis econômicos encontrados no interior do País. É preciso, no entanto, que se leve em consideração o caráter reformista do Autor. Em sua análise, Josué de Castro, está constantemente diagnosticando e prescrevendo ações, sempre propostas com base na sua articulação científica e no âmbito da discussão interdisciplinar da Geografia. Nesta perspectiva, argumenta:

Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial. Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda a sua riqueza potencial – a riqueza de seu solo e de sua mão-de-obra – por preços irrisórios. E não sobrando para o seu povo e equipamentos para o seu progresso. (CASTRO, 2008, p. 267).

Josué de Castro alega que é nessa dicotomia entre o público e o privado – o individual e o coletivo – que está ancorado um dos nós do desenvolvimento social do Brasil. A passagem seguinte faz alusão ao subtítulo da obra, o “dilema do pão e do aço”:

Ao promover o desenvolvimento econômico do país fica o Governo um tanto perplexo diante do dilema do pão ou do aço, ou seja, de investir suas escassas disponibilidades na obtenção de bens de consumo ou de concentrá-las na industrialização intensiva, sacrificando durante um certo tempo as aspirações da melhoria social da coletividade. A tendência predominante entre os economistas é de que se deve concentrar de início todo o esforço no aço, ou seja, na industrialização, obrigando-se a coletividade a participar com seu sacrifício na obra de recuperação nacional. È o que se chama de pagar o custo do progresso indispensável á emancipação econômica. (CASTRO, 2008, p. 282).

Conclui, com isso, que

A solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes. Todas as tentativas de exigir de qualquer coletividade um custo de progresso acima do tolerável acarretam ressentimentos e tensões sociais ameaçadoras. (CASTRO, 2008, p. 282).

É forçoso frisar que, para o Josué de Castro, o povo tem desejo de progresso e espera ansiosamente por ele. Tanto para os intelectuais quanto para a população, o discurso pautado no progresso garante a perspectiva e a esperança de um país melhor,

ainda que esse mesmo progresso se estabeleça sobre uma parcela densa de sacrifícios, comprometendo certos setores da população. O que se espera desse novo limiar do Estado brasileiro, todavia, é que o peso desses sacrifícios seja compartilhado por toda a sociedade. Com tal noção, Josué de Castro assinala:

Tenho a impressão de que o povo brasileiro hoje imbuído da idéia do desenvolvimento e do progresso social está disposto a dar sua cota de sacrifício, a fim de que o país se desenvolva e se emancipe economicamente. Mas é preciso que este povo esteja convicto de que o sacrifício esteja distribuído por todos os grupos e classes sociais que compõem a nacionalidade. E não estou muito seguro de que isso esteja acontecendo. (CASTRO, 2008, p. 282).

É dessa maneira que o desenvolvimento necessário ao Brasil naquele período der condições de alimentar a população, bem como contribui para o melhor desenvolvimento do homem, tanto na perspectiva econômica como na cultural, educacional e social.

Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação. Por que a verdade é que nada existe de específico contra a fome, nenhuma panacéia que possa curar este mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão – a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo necessário que este condiciona. (CASTRO, 2008, p.291).

Ademais, ele conclui a obra com palavras de sensibilização, na esperança de ser ouvido sobre a situação de fome do povo brasileiro e acerca da possibilidade de solução dessa grave situação, desde que se façam as reformas necessárias na contextura da problemática. Nesse apelo, portanto, segue Josué de Castro afirmando:

O Brasil, que acaba de construir a capital do futuro, precisa arrancar o resto do país das brumas do passado, da sobrevivência da sua infra-estrutura econômica de tipo pré-capitalista, na qual vegeta até hoje mais da metade de sua população. (CASTRO, 2008, p. 292).

Finalmente, consolida suas considerações ao acentuar que “a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração– como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento (IBID, p. 292).

Em razão dos objetivos desta pesquisa, foi imprescindível dedicar espaço particular para discussão da obra central de Josué de Castro, a *Geografia da Fome*. No

esboço de suas ideias, assinalam-se inúmeros vestígios para a indicação central desta dissertação, qual seja, a de identificar uma proposta educativa na obra de Josué de Castro.

Sendo assim, as citações da *Geografia da Fome* revelam nas suas palavras-chave uma relação intrínseca entre economia, fome, alimentação, subdesenvolvimento, desenvolvimento e educação/esclarecimento. É na articulação desses fatores que o projeto de uma sociedade sem fome, na óptica de Josué de Castro, possa se materializar.

Nesta perspectiva, de acordo com as ideias do Autor infere-se que: com relação à economia, vislumbra-se que uma ordem econômica seja edificada de modo independente, baseada na diversificação da produção e, principalmente, que não esteja pendendo para a perspectiva do privado, mas que aja em prol dos interesses coletivos.

É imprescindível que a fome seja tratada como uma problemática a ser resolvida pelo incessante esforço dos homens – todavia, sem discursos naturalistas – com medidas profícuas e não paliativas, respeitando as particularidades das regiões e apoiando trabalhos com vistas a revitalizar e prover sua população de recursos materiais e educacionais para enfrentar a contento as épocas de desastres naturais.

Na medida em que os alimentos forem bem distribuídos, espera-se que possam também se disseminar os conhecimentos nutricionais, de forma que a população possa fazer boas escolhas alimentares em prol de uma dieta balanceada, respeitando as condições climáticas específicas para cada região e, principalmente, favorecendo as condições de acesso a esses nutrientes.

Ainda na perspectiva de Castro (2008), está claro que a fome é uma expressão do subdesenvolvimento e, assim, esse falso desenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas a expressão de um desenvolvimento explorador, obstruindo o caminho da independência e emancipação do País. Destarte, só haverá um desenvolvimento real quando forem construídas as bases de uma economia voltada para o bem-estar coletivo.

O substrato dessas ações está no esclarecimento da população por meio da educação. Malgrado o fato de que, para Castro, a educação sozinha não é capaz de ensinar o desenvolvimento, é ela que vai despertar na população o reconhecimento de seus direitos de viver ou de morrer, como ele aponta na obra *Sete palmos de terra e um caixão*.

É por via do esclarecimento do País, portanto, que se força a reforma do Brasil a, mudança para um desenvolvimento pleno, como também promove os conhecimentos

sobre os nutrientes necessários para uma dieta balanceada e de qualidade. Magalhães corrobora essa concepção, expressando a ideia de que,

Neste sentido a alimentação não requer soluções assistencialistas e, portanto estas medidas não têm destaque em sua obra, sobretudo quando representam ações isoladas. Para Josué de Castro, trata-se de encontrar formas de execução de uma política econômica com caráter redistributivo e que minimize as desigualdades sociais. O crescimento econômico, por si só, não garante a melhoria dos níveis de vida da população. Apesar de a manutenção de baixos índices de produtividade constituir um sério obstáculo à transformação do quadro de fome, é necessário, sobretudo, a permanência de mecanismos claros de intervenção na economia que se reflitam no acesso da população aos bens produzidos. Para ele, a força motriz deste processo de crescimento econômico com impacto positivo nas condições de vida é o compromisso com os valores humanos. (1997, p. 76).

Com isso, por mais que não haja uma referência direta na sua obra sobre educação em si, destaca-se o fato de que é no conhecimento proporcionado por uma educação de qualidade que Josué de Castro ancora seus princípios- guia de uma sociedade sem fome. A criação da Associação Mundial de Luta Contra a Fome – ASCOFAM – descrita na seção seguinte do texto – corrobora essa reflexão. Ao esboçar os princípios da Associação, Josué de Castro, confere destaque às ações pedagógicas de esclarecimento, de educação para o enfrentamento e de sensibilização do mundo com a situação de fome das populações.

As palavras-chave – economia, fome, alimentação, subdesenvolvimento, desenvolvimento, educação/esclarecimento – se coadunam e se entrelaçam a todo instante na obra do autor. Estas são indícios de que, na sua obra, a educação é encontrada nas entrelinhas como base nas suas ideias centrais. Assim, Lima destaca:

A hipótese mais debatida é que ele visava encontrar uma razão que organizasse os diversos fatores envolvidos na produção da fome, realizando o diálogo interdisciplinar sob a orientação do método geográfico e retirando os obstáculos que o impediavam de iluminar a “questão da relação entre o biológico e o social”. No entanto, à medida que se avança na leitura das últimas publicações, nota-se que não se deve apenas aos méritos da interdisciplinaridade o que de mais valioso se pode extrair do conjunto da obra. A interdisciplinaridade se apresenta como o ensinamento maior do diálogo estabelecido pelo autor na construção do conhecimento de uma tríade de elementos indisciplinados– a fome, a alimentação e a sociedade– [...]. (2009, p.174).

De tal maneira, a *Geografia da fome*, além de marcar o quadro político, social e cultural do Brasil na década de 1940, transformou-se em importante matriz teórica para os estudos sobre a fome no Brasil, tornando o Escritor o principal interlocutor das

discussões alimentares no País. Constatava-se, ademais, com suporte em suas ideias, que, para se empreitar um projeto de uma sociedade sem fome, é preciso articular de forma eficiente todas as estruturas da sociedade e, assim, identificar os entraves para tal empreendimento na suas raízes históricas, culturais, econômicas e sociais.

Um projeto educativo, de acordo com os pressupostos de Josué de Castro, portanto, estaria intimamente relacionado com a prospecção de união de valores comprometidos com a humanidade, vislumbrando todos os fatores estruturais para a superação dos problemas sociais. Assim sendo, seria estabelecida uma educação universal, humanista, científica, comprometida com o social, com destaque para os estudos da alimentação e com o comprometimento de sua distribuição. Uma educação castrina voltada para o pleno desenvolvimento do homem, com arrimo nas questões alimentares.

4 ENTRE DOCUMENTOS, TERRA, GEOGRAFIA, FOME, CARANGUEJO, CAIXÃO E EMANCIPAÇÃO: *O que dizem esses escritos de Castro*

Neste capítulo serão analisadas as obras *Documentário do Nordeste*, de 1959; *O Livro Negro da Fome*, de 1957; e *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, de 1967. Agruparam-se as três neste segmento em razão da proximidade do período histórico e por estas se coadunarem às ideias e princípios do Autor no período que antecede a ditadura militar no Brasil. Nesses livros, estão ações planejadas de combate à fome e de crítica à estrutura socioeconômica brasileira.

Os trechos foram selecionados da mesma forma que os do capítulo anterior⁷. São excertos que, na sua essência, trazem algumas informações que possam ser caracterizar como indicio de uma proposta educativa nas suas obras acerca de fome e alimentação.

Sendo assim, o capítulo é composto por três seções, a saber: na primeira, analisa-se a obra *Documentário do Nordeste* na sua complexidade e nas suas diferentes narrativas, discutindo e analisando ideias, que corroborem os objetivos da pesquisa. Evidencia, dessa forma, possíveis indícios de uma proposta educativa de Josué de Castro. Com o mesmo objetivo são analisadas nas seções subsequentes as obras: *O Livro Negro da Fome* e encerrando-se o capítulo com o exame de *Sete Palmos de Terra e um Caixão*.

4.1 Documentário do Nordeste – contos, descrições e ciência da cidade–região–infância

No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos.

Josué de Castro. Documentário do Nordeste

⁷ Ver nota de rodapé 02; introdução sobre os critérios de seleção dos trechos como indicio de uma proposta educativa na obra de Josué de Castro.

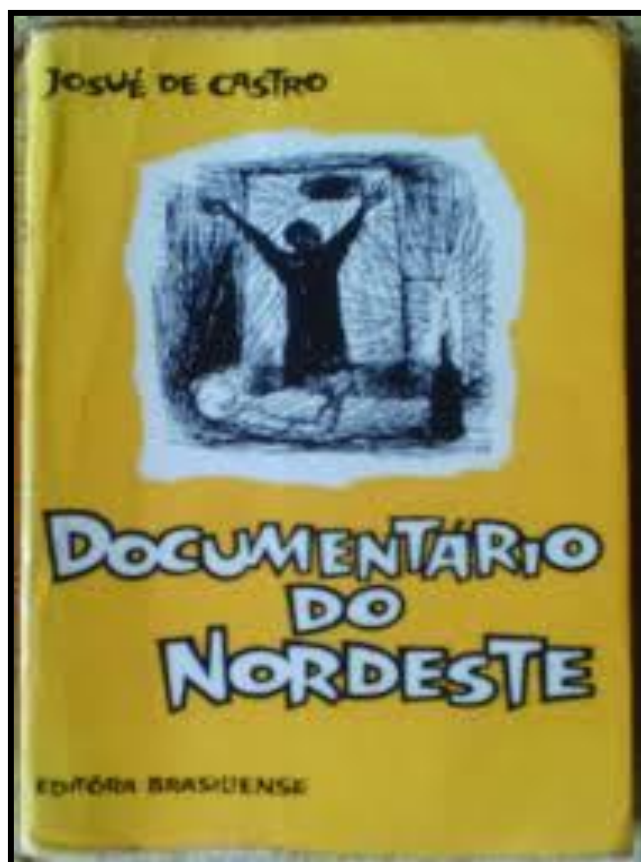


Figura 2– capa do livro Documentário do Nordeste.

Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_livros.htm

Com a obra intitulada *Documentário do Nordeste*, publicada em 1959, iniciam-se a discussão e a análise, neste capítulo, acerca dos escritos de Josué de Castro que trazem, por intermédio da literatura e de exames documentais, contos-recortes da sua trajetória intelectual e político-cultural vividas no Nordeste brasileiro. A obra tem 213 páginas divididas em três secções.

A primeira é intitulada *A paisagem viva do nordeste*, subdividida em oito contos: 1- *A cidade*; 2- *O despertar dos mocambos*; 3- *O ciclo do caranguejo*; 4- *João Paulo*; 5- *Ilha do Leite*; 6- *Assistência Social*; 7- *Solidariedade Humana* e 8- *A Seca*.

A segunda secção da obra, que se chama *Estudos Sociais* subdivide-se em oito estudos de “índole sociológica” (CASTRO, 1959, p.8), a saber: 1- *O Nordeste e o Romance Brasileiro*; 2- *O problema dos Mocambos*; 3- *As condições de vida das classes operárias do Nordeste*; 4- *O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas*; 5-

A influência negra na alimentação do brasileiro; 6- O regionalismo e a cultura brasileira; 7-Os preconceitos de raça e de clima e 8- A perspectiva ideal de uma cidade.

A terceira secção é intitulada: Estudos Biológicos, Agrupado-se em dois itens: 1- *Os alimentos bárbaros do sertão do nordeste* e 2- *Novas pesquisas sobre a Mucunã*. A obra possuem ainda ilustrações atribuídas a Darel Valença Lins (1924), gravurista, pintor, desenhista, ilustrados e professor pernambucano.

Delimitando recortes e anunciando textos e contextos mediados, a obra traz uma coletânea que reúne ensaios político-culturais, retratando tempos e histórias, achados, fontes, linhas e entrelinhas, representando espelhos cotidianos:

[...] desde os de ficção, procurando retratar em alguns tipos humanos a paisagem viva do Nordeste brasileiro, até os de categoria sociológica e mesmo os de experimentação biológica, de indagação acêrca de algumas fontes alimentares de uso exclusivo da região: as chamadas iguarias bárbaras do sertão. Mas, todos trabalhos consagrados á análise das singularidades deste pedaço de nosso território tão caracteristicamente brasileiro. (CASTRO, 1959, p. 7).

A obra em foco abriga narrativas escritas entre os anos de 1935 e 1937, revisitando lembranças e o encontro de Josué de Castro com temáticas que coincidem com sua história de vida, pondo em evidência sua atuação na trajetória política, intelectual e pessoal. Na referida obra, resta clara a fiel preocupação do autor com o Nordeste e, por sua vez, com o povo nordestino, haja vista ter sido neste espaço-tempo de lembranças emanadas no semiárido nordestino que se deram a inspiração e, conseqüentemente, a declaração de ideias literárias escritas e inscritas com o sentimento ora de angústia, ora de revolta diante do drama instalado pela fome.

Reescreve o espaço, dando significados às interpretações populares e estereotipadas da Região, significados redesenhados em seus escritos de cunho regional, passíveis de leitura na perspectiva multicultural: a fome extrapolando o local e sendo reinterpretada no âmbito internacional. Josué de Castro revela que “(...) descobrimos com angustia o drama da fome. E não só da fome do Nordeste, mas da fome universal” (1959, p. 8). Segue o autor na reflexão:

Êstes contos têm no pauperismo nordestino seu tema central e constante e são como que as primeiras tentativas de índole mais emocional do que racional de dar expressão aos nossos sentimentos diante destas sombrias paisagens de uma geografia da fome. (CASTRO, 1959, p.08).

Referidos textos agregam estudos biológicos e sociológicos. Na vertente biológica, os ensaios resultam de pesquisas de Josué de Castro, nos quais explica a resistência e o enfrentamento do sertanejo diante das dificuldades presentes no contexto geográfico, regido pela negação de meios próprios de subsistência. Na análise sociológica, explica e interpreta o drama da fome sentida e vivenciada pelos sertanejos em sua luta diária contra “a seca, contra as doenças, contra a subnutrição e principalmente contra a opressão da exploração do tipo colonial” (P, 08).

Na primeira parte de *Documentário do Nordeste*, destacam-se contos descritivos e analíticos sobre o Nordeste. O foco analítico se inicia com o primeiro conto, intitulado *A paisagem viva do Nordeste*, tendo como plano de fundo a cidade do Recife, articulando sua descrição com um aguçado senso crítico e político de tendência cultural. Castro conta e encanta a cidade do Recife pincelada com as cores de denúncia e da história dessa cidade, acentuando em cada página os detalhes de sua estrutura arquitetônica, com marcas e palavras carregadas de sentimentos – do amor e da imponência que a cidade nele impera.

Dessa maneira, o conto passa a ser instrumento de comunicação em que a beleza do Recife, representada nos detalhes da cidade-infância, é destacada, comparando-a a grandes capitais do mundo, que conheceu, revelando sentimentos de êxtase e admiração. Assim, ao contar e cantar sua cidade, descreve-a movido por imagens retidas na memória das suas viagens, fazendo associações entre os grandes palácios europeus com as edificações das ruas do Recife, que detêm o poder e a beleza arquitetônica inspirada nas grandes obras daquele continente.

A cada página, depara-se com uma riqueza de detalhes dos diferentes bairros do Recife da época, nas quais critica a economia e a organização do espaço urbano:

Já “São José” tem um aspecto quase suburbano, inteiramente diferente, com suas ruas atropeladas, enoveladas, com suas casas em promiscuidade, com seus pequenos funcionários públicos de vida apertada para parecer classe média, morando em casinha de porta e janela, e com seu comércio de artigos baratos, com preços apregoadas nas portas por árabes e turcos. (CASTRO, 1959, p.14–15).

Com isso, ao registrar com detalhes os bairros do mangue, a intensidade da crítica se acentua. Esses espaços, portanto, são representativos das questões temáticas defendidas e estudadas em toda a carreira e vida de Josué de Castro. A riqueza de sua escrita é assumida pelo discurso da denúncia da fome e da ausência de condições dignas de moradia que, segundo o autor, ilustram e descrevem a crise instalada naquela época.

“Afogados” “Pina”, “Santo Amaro”, zonas dos mangues, dos “mocambos”, dos operários, dos sem-profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade dos rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “Mocambos”. Cidade aquática, com casas de barro batido e sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos– verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana. (CASTRO, 1959, p. 15– 16).

A descrição sobre os mocambos é densa, articulada e cautelosa, buscando a cada frase dar conta dos detalhes e das cores da pobreza e da miséria, constituindo um texto de denúncia. Mostra a angústia ante a constatação da existência, na sua linda cidade, de um lugar⁸ regido pela extrema miséria. No olhar castrino, isso traduz tanto a riqueza de detalhes quanto a denúncia e a angústia, descritos a seguir em mais um trecho de seus contos:

Com o despertar do dia ficam vazios todos os mocambos, saindo os homens para trabalhar nas fábricas, carregar e descarregar os navios, as mulheres para cozinhar e lavar nas casas ricas, os meninos prá vagabundagem, tomar conta das ruas, entrar de lama a dentro para pegar caranguejo. Até os aleijados e os cegos que moram nos mocambos saem, para mendigar pela cidade. O bairro fica deserto; o sol brilhando, dando reflexos prateados, nas águas lamacentas dos mangues, os caranguejos imóveis escumando na beira d’água. (CASTRO, 1959, p. 23).

Sua narrativa é marcada pela história da população que ouviu, viu e viveu nas ruas do Recife, carregadas de estórias da infância, registradas como lembranças extraídas do tempo do ciclo do caranguejo. A descrição demonstra como o povo vai para o mangue e de que modo esse espaço se torna um verdadeiro paraíso para aqueles que nada possuem. Expõe:

No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. (CASTRO, 1959, p.26).

Demonstra, com propriedade, em mais um trecho da obra, a dura realidade da vida no mangue. Comenta ser nesse espaço que os moradores expulsos da cidade vão

⁸ Utilizamos o nome *lugar* aqui no uso de uma categoria da Geografia, pois o *lugar* considerado é aquele que dá apego é ponto, fixo do olhar.

encontrar seu alimento e, contraditoriamente, curam a fome ao consumir o caranguejo, animal de referência na obra de Josué de Castro e na vida daqueles recifenses:

Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez. (CASTRO, 1959, p. 27).

Ainda nessa narrativa, denúncia e ficção se misturam quando Josué de Castro definiu o ponto final da vida do pequeno João Paulo⁹. Com base nessa observação, o autor se revelou, simultaneamente, religioso e pessimista em suas palavras, ao relatar sobre a vida das crianças e dos adolescentes dos mangues. Note-se que, ao comentar que o pequeno João Paulo não “nasceu com vocação para brincar”, ele mostra a preocupação sobre o fato de esses “pequenos dos mangues” já possuírem, antes mesmo de nascer, uma carga social, à qual incorporam cotidianamente uma carga de fome e de trabalho forçado para ajudar no sustento da família:

Embebado com o desadoro, empolgado pela tempestade, João Paulo resolveu ficar brincando ali mesmo no meio daqueles homens. Éle que nunca tinha brincado na vida, resolveu brincar naquele dia. Logo naquele dia, e brincar com quê! Com a tempestade dos homens. Ficou ali ajudando inconscientemente a botar a munição nas metralhadoras para fazer tempestade. Quando tudo passou, João Paulo foi encontrado morto, varado de bala. A brincadeira custou-lhe a vida. Vida sem valor, é verdade. Anônima, áspera, pesada vida de menino de rua, morador de mocambo, pegador de goiamum. Mas, afinal, vida, liberdade de respirar, de mover-se livremente, de sentir dentro do peito o coraçãozinho batendo. Castigo bem êsse seu, João Paulo: morrer no primeiro dia em que você quis brincar em lugar de ir para o trabalho. Para que brincar, quando a vida é tão curta e tão difícil, e, logo você, João Paulo, que não tinha nascido com vocação para brincar. (CASTRO, 1959, p.32).

Na narrativa *Assistência Social* (1959), o texto revela-se autobiográfico, falando das aflições de um médico, lembrando-se da época em que era estudante de Medicina, dos sacrifícios dos estudos e, posteriormente, as de um médico formado e esperançoso ante a realidade vivida. O trecho que se segue expressa uma reflexão do médico Josué de Castro sobre as questões sociais:

⁹ É o personagem principal do conto que leva o nome do personagem João Paulo. Esse conto se encontra na primeira parte do livro nas páginas 29-31.

[...] Para distrair a impaciência e levado pela impaciência, o Dr. Félix¹⁰ começou a pensar nas coisas tristes da vida, na sua vida inteira de coisas tristes: seis anos de estudos, de sacrifícios, de “media e pão com manteiga”, para se formar em medicina, para ser doutor. Para quê? Para levar chuva quase todo o dia, esperando os bondes hipotéticos da cidade do Recife, para ir ver nos subúrbios, pobres morrendo sem dinheiro para comprar comida, quanto mais remédio. (CASTRO, 1959, p.41)

Silva, em seu texto *Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil*, assim se refere sobre o conto *Assistência Social*:

No conto *Assistência Social* publicado em *Documentário do Nordeste*, é possível reconhecer no personagem Dr. Félix a sua própria figura e a sua frustrante experiência como médico em uma fábrica. O conto é o desabafo do poeta diante da dura realidade enfrentada pelo cientista. É ele o médico incapaz com toda a sua ciência e boa vontade de curar a fome, doença que mata sem piedade e com uma crueldade atroz. A fome de alimentos que mata os pobres, e a fome de encontrar uma solução para flagelo criado pelos homens, passa a devorá-lo pouco a pouco, inspirando-o em textos literários nos quais retrata parte de sua própria história de vida. (2009, p.58).

Castro, na linha de pensamento acima, realiza uma descrição sobre a vida de seus pais na luta para formar o filho. O pai financiava seus estudos e a mãe, professora, o ajudava, dando apoio maternal. O fato é que Josué de Castro não nascera em uma família rica, mas seus pais se esforçaram ao máximo para o filho conseguir a profissão médica, pois ser médico, além de ofício havido como nobre, era o desejo da mãe de Josué de Castro segundo ele: “não fui médico por vocação, mas porque mamãe sonhava com isso” (CASTRO apud SILVA, 2009, p.53). O autor critica amargamente o cotidiano da época da formação-médica, período que provavelmente marcou e fortaleceu seus sentimentos em relação ao sofrimento das populações menos favorecidas.

Médico, profissão liberal. Lorota. Liberal para quem tem pai fazendeiro, capitalista, para pagar um consultório de luxo, para pagar anúncios nos jornais, para pagar os elogios dos amigos, para pagar as boas relações. Pai ou sogro, mas para quem começa no duro, sem encosto, qual profissão liberal... assalariado, classe proletária é o que é... (CASTRO, 1959, p.42).

Nesse trecho fica evidente a insatisfação de Josué de Castro, com a formulação de um imaginário coletivo sobre a classe médica da época, a hipocrisia das elites e a invenção da nobreza em torno de ser médico, o *status* social a qual se atrela a profissão.

¹⁰ Dr. Felix é o personagem principal do conto *Assistência Social*. na qual se acredita ser uma imagem autobiográfica.

Ainda diante com relação a essas reminiscências, Josué de Castro relata na personagem do Dr. Félix sua trajetória em 1932, quando trabalhava em uma fábrica no Recife, narrando como acompanhava clínica e socialmente o desempenho dos operários. Nesse ínterim, detectou o fato de que o baixo rendimento dos trabalhadores era provocado pela deficiência alimentar a que estavam submetidos, em decorrência dos ínfimos salários e da inescrupulosa ação do capitalismo que formata o seu lucro à custa do sacrifício da vida humana. Relata, ainda, sobre sua demissão, decorrente do fato de não ter obedecido à ordem de seu chefe de prescrever purgantes para os operários em vez do tratamento adequado que sempre dispensava aos seus pacientes.

— “... o senhor imagine que o mês passado foram 400\$000 de medicamentos. 400\$000! Senhor doutor.... O que o Senhor tem que fazer é receitar purgativo para esta cambada de vagabundos...”.

O médico não respondeu nada. Saiu do escritório do gerente, entrou na salinha de consulta tirou o paletó molhado e em mangas de camisa começou a trabalhar. Atendeu a onze operários: cinco tuberculoso, três velhos cardíacos, uma mulher hidrópica e duas crianças anemiadas, subnutridas da seção de embalagem. Receitou-os como lhe pareceu mais acertado. Mesmo atendendo á sugestão do gerente de que tuberculose em operário não é doença, não lhe pareceu indicado receitar purgativos... (CASTRO, 1959, p.44).

No conto *Solidadriedade humana*, é possível apreender recortes da infância de Josué de Castro vividos nas proximidades dos mocambos. Sentia-se solitário por ser filho único; dessa forma, os seus amigos lhes proporcionaram lições de vida, fatos que instigaram sua imaginação de menino, homem e intelectual. A descrição dessa realidade espacial, portanto, traduz a sua sensibilidade ante a vida dos pobres do lugarejo.

Essas percepções serviram de apoio na memória social do Autor, formando um olhar que persistiu por toda a sua vida e obra. Esse aspecto está expresso nas entrelinhas do conto que narra a história de dois negros doentes, mas que, a despeito das dificuldades, viviam a felicidade das pequenas coisas, como, por exemplo, ouvir as histórias de um menino criativo. O autor mostra ao leitor atento o quanto a experiência junto aos pobres fortalece práticas solidárias e aptas a institucionalizar denúncias por toda sua vida, dando-lhe força para realizar atos de enfrentamento de combate à fome e à pobreza, redimensionando atos públicos de Josué, médico, intelectual, deputado e cidadão.

Na narrativa *Seca* – último conto, encerrando a primeira parte do livro – é descrita a paisagem viva do Nordeste em um texto denso e triste, revelando a vida de um sertanejo

em ambiente de seca e a dura realidade da busca pelos recursos básicos para sobrevivência familiar. Destaque-se o recorte em que ele descreve a luta para salvar a vida do filho que clama por água e por comida em uma humilde casa, cravada em um cenário desolador. Descreve, assim, a luta e o desespero desse homem à procura incansável por alimento no meio do sertão seco, ciente de que o filho está em casa, adoecido e com muita febre. Assim, é demonstrado o poder de descrição de Josué de Castro e um profundo conhecimento da questão. A narrativa é minuciosamente articulada para que o leitor sinta o desespero da empreitada de um pai em busca de alimentos para o seu filho; as alucinações, a perseguição pela água em paisagens ásperas, onde só se vê o chão de terra vermelha seco e rachado do sol:

[...] entra em casa como um alucinado e grita num ímpeto incontido de violência: _ “Maria, junta os trens, embrulha bem o menino, que vamos-nos embora já desta terra amaldiçoada. Vamos descer para o brejo onde haverá sempre água para dar de beber ao Joãozinho...” E a mulher, que estava sentada á mesa de jantar, com os olhos fitos nas varas de xiquexique e o queixo magro afundado na mão crispada, respondeu-lhe com uma voz pausada e distante como se falasse de outro mundo: “já não adianta mais água... o pobrezinho já morreu...” (CASTRO, 1959,p. 55).

Ao encerrar a primeira parte do livro com um conto de desespero por comida e água, Josué de Castro introduz a segunda parte do livro, intitulada *Estudos sociais*. Inicia a análise com uma defesa daqueles que chamou “literatos da fome” (p.59), defendendo sua visão clara e profícua sobre uma possível ação social da arte.

Com base na argumentação, extraem-se alguns indícios sobre um projeto de formação humana, sobre como a arte pode se integrar, de forma positiva, na vida das pessoas. Castro defende aqueles autores que vivem da arte e que, por vezes, alertam a sociedade sobre alguns aspectos sociais. Afirma, em contrapartida, que a sensibilidade tem potencial de falar por si, sem ter que fixar, obrigatoriamente, a questão social como único propósito da literatura.

A impressão que eu tenho de que êsse furor¹¹ não tem nenhum fundamento decorre de que não acredito em literatura neutra, literatura sem tendências, enquistada no absoluto dos cânones da arte. Sem contactos estranhos, sem raízes, sem ligações com os outros aspectos sociais que definem uma cultura. E, no entanto, o que é curioso, eu sou daqueles que crêm na arte pela arte, enquanto criação consciente, individual do artista. Não vejo necessidade para o poeta, de andar metrificando sua ideologia, nem para o romancista, de jogar nas suas histórias os argumentos filosóficos de suas atitudes políticas. Sou

¹¹ O “furo” que o autor destaca é sobre os “certos críticos contra a literatura que chamam de intencional” (CASTRO, 1959, p.59).

contra os romances de tese. O artista verdadeiro não é obrigado a ser conscientemente um libelista, porta-voz dos sentimentos recalcados de angústia e de revolta dos oprimidos de uma determinada situação histórico-social. Exigir isto dele seria acabar com a arte como expressão de espontaneidade. Seria tirar exatamente o caráter de originalidade que o indivíduo revela em suas criações. (CASTRO, 1959, p. 59-60)

Ao defender a sensibilidade, o Autor critica aqueles que fazem comparações culturais, pois, segundo ele, há estágios diferentes de culturas. Assim, ao tomar comparações entre realidades substancialmente diferentes, ocorrerão incongruências e, conseqüentemente, uma falta de legitimidade, uma vez em que não se levam em consideração as diferentes fases em que as sociedades se encontram. Para ele, essas comparações fomentam discursos racistas.

Os aspectos radicalmente diversos, nos quais se apresentaram aos historiadores do século passado, os vários ambientes culturais, dando-lhes o falso conceito de diferentes psicologias raciais, foram simplesmente o resultado de comparação absurda entre culturas que estavam em diferentes estágios do seu ciclo. (CASTRO, 1959, p. 61)

Neste mesmo contexto, Josué de Castro reporta-se às várias formas para a qual a sociedade se apresenta. Na opinião dele, a sociedade e, conseqüentemente, os homens, precisam de teorias passíveis de organicidade; ou seja, ele discute sobre o que fazer e as bases para explicar suas ações, as tendências que mostram como os homens agem e vão agir. Quando aquelas não dão mais conta de suas necessidades, essas culturalmente invocam novas tendências, outras teorias que justifiquem suas ações:

Não pode haver vida social sem tendência. O estilo político moral e estático é o resultado do esforço do humano num determinado sentido a que o impulso cultural o levou. No momento em que este estilo se gasta e perde sua significação, está morto e logo recomeça a criação de um outro, porque a humanidade só pode viver dentro de algum estilo que lhe dê forma orgânica. Assim nascem e morrem os vários ciclos culturais. (CASTRO, 1959, p 63)

Ele menciona, pois, algumas dessas tendências, de uma sociedade brasileira que, segundo Josué de Castro, era marcada pela busca de uma arte europeia, a qual o Autor classifica como a arte de rebuscamento, de pura imitação dos artistas e das obras do “Velho Mundo”. Ainda nessa mesma perspectiva, reage ao intelectualismo, ao conhecimento sem ação e sem praticidade. Provavelmente, isso se constitui como indício de que Castro tenha dado destaque em sua obra à ação daqueles que considerou artistas

sociais, uma vez em que explicitaram, em suas produções, o fenômeno angustiante da fome e do sofrimento da população em geral ante as injustiças sociais de um país subdesenvolvido.

Destaca-se que, por mais que Josué de Castro estivesse envolvido em um projeto nacionalista de desenvolvimento do Brasil, ele não fecharia os olhos aos problemas sociais. É nesse sentido que saudou Manuel Antônio de Almeida, o autor de *Memórias de um sargento de milícias*, que, segundo Castro (1959), foi o primeiro romance proletário do Brasil. Ao elogiar a referida obra nacional, reafirma a existência de “poucos autores comprometidos” com uma literatura verdadeiramente brasileira. Chama a atenção, ainda, em relação às demais obras literárias que seriam resultantes de um simples processo literário. Elogia os autores nordestinos, considerando que foi no Nordeste que nasceu a verdadeira literatura brasileira, as verdadeiras obras que refletem a cultura e o povo nordestino:

Foi no meio da planície parada do Nordeste contemplativo que reboou a explosão. Do meio daquela gente de cordatos e conformados que sempre esteve de acordo com o resto do Brasil em política, idéias e vestuário e principalmente em filosofia e estética, saltou um grupo de rebelados. Grupo que cantou alto, noutro tom, que desafinou do côro, que desconcertou a banda. Foi esta, a explosão vulcânica no meio da planície silenciosa. Saiu do Nordeste resignado, a primeira fornada de verdadeiros romancistas brasileiros. Romancistas chamados de proletários, porque se meteram por lugares escusos onde só os pobres penetram e de lá vieram com um cheiro travoso de vida. (CASTRO, 1959, p. 65).

Sendo assim, ao fazer uma comparação entre os protagonistas dos romances inspirados na Europa e na arte dita “clássica” – cujos heróis são consagrados como “universais” – com os novos heróis – feitos de carne e osso, frutos da vida simples – o Autor destaca o povo nordestino como inspiração desses novos heróis. Sua escrita revela a admiração e a contemplação por gente simples – abordagem que persistiu por toda a sua vida, nas suas obras e em seus diversos discursos públicos de caráter político. O Autor deixa claro o desempenho desses escritores:

Romancistas que substituíram as mulheres fatais, os heróis bem acabados e o amor impossível, pela vida simples, mas esgravatada a fundo, espremida, desmascarada, sem constrangimentos hipócritas. Gente sem-cerimônia e principalmente sem belas mentiras convencionais. Gente que cumpre com o compromisso da sinceridade a que me referi e cria naturalmente arte verdadeira. (CASTRO, 1959, p. 65).

Dessa forma, ao destacar os literatos do Nordeste Josué de Castro não se deixa levar por ideologias fechadas ao defender calorosamente as suas concepções. Afasta

concepções ideológicas vigentes àquela época, o que já fora traduzido pelo caráter universal de suas obras. O aceite provisório ou parcial do que os outros dizem, todavia, ultrapassando suas concepções ideológicas e religiosas, poderá ocorrer, desde que a manifestação seja verdadeira e honesta, principalmente quando se trata da cultura brasileira e nordestina. Para Castro, talento é uma característica relevante, devendo aquele ser reconhecido independentemente das tradições/concepções de ideologias.

Ninguém perguntou por isto, ninguém falou em ideologias. Não é preciso ser católico para reconhecer o talento poético dos Srs. Vinicius de Moraes e Murilo Mendes. Também no romance o talento criador dêesses homens veio dar á nossa literatura um caráter de sinceridade e de absoluta seriedade. E isto é essencial. Artisticamente, pouco importa que êles sejam socialistas ou democratas, comunistas ou católicos, desde que mostrem sinceramente a realidade brasileira. Com esta sinceridade que arrasta naturalmente o drama a uma expressão lírica impressionante. (CASTRO, 1959, p. 67).

Isso demonstra indícios/pistas de um caráter universal da obra e das concepções de Josué de Castro, dado de relevo ante o objetivo desta pesquisa, de detectar indícios de uma proposta educativa na obra do Autor. Constata-se, dessa forma, que os seus escritos, além de expressar os problemas nordestinos e as maneiras de serem resolvidos, introduzem ao leitor a apreensão de mensagens de cooperação, transcritas e lidas para compreender as diferentes concepções, independentemente de qualquer coisa, instituindo, a cada obra lançada, mensagens de uma educação ancorada na verdade. Neste sentido, Cardoso assevera que:

A reconstrução literária de Castro tem, portanto, sua lógica, linearidade e intencionalidade, procurando legitimar seu conhecimento como algo “concreto”, “vivo”, e não um conhecimento “abstrato”, distante, de salas de aulas de universidades renomadas, que ele mesmo frequentou. Tem o traço marcante da valorização do povo sertanejo e de denúncia das iniquidades sofridas pelo povo brasileiro em geral. Assim como Euclides da Cunha e os romancistas nordestinos, Castro utilizou-se da arte para pintar os quadros lúgubres da fome, para torná-los vivos e se posicionar diante deles. (2009, p.92).

Para Castro, apenas por meio do conhecimento profundo das coisas é que se pode engendrar soluções eficientes e deixar para trás o assistencialismo que não solucionava os problemas sociais. É nesse sentido que, ao escrever sobre os problemas dos Mocambos, em 1936, Josué de Castro expõe as frágeis e fracassadas ações políticas que buscavam resolver os seus problemas na Região.

Refere-se a uma pesquisa realizada no México sobre as “chocos” – moradias improvisadas equivalentes aos mocambos no Brasil – para mostrar a falta de estudos

sociológicos, delineando na perspectiva social – e não puramente na variante econômica – a raiz do problema no território brasileiro.

Porque não há dúvida de que o mocambo, habitação improvisada, onde vive uma grande massa da população do Estado, tem suas fundas raízes, difíceis de serem extirpadas. E, com estas raízes, fincadas no ambiente cultural do Nordeste, não há plano possível de solução do problema. Espécie de planta, braba que pega e reponta sempre que se deixa na terra uma pontinha de raiz, a vegetação de mocambos não se extermina com um simples decreto, nem com tentativas empíricas de urbanização. (CASTRO, 1959, p.69).

Sua discussão aponta para uma perspectiva educativa quando ele manifesta preocupações com a pesquisa, com o conhecimento integral das coisas. A defesa do conhecimento denso, portanto, registrado com arrimo em estudos aprofundados, estiveram presentes no conjunto de suas obras. Assim, anota:

É pena que entre nós não se tenha procedido a nenhuma investigação desta ordem, para determinar com segurança, quais as forças diretrizes que fizeram do Recife a capital dos mocambos. E sem êste conhecimento integral, que só através de pesquisas sociais se pode adquirir, é ingênuo falar em solucionar o problema. Enquanto não se processarem esas pesquisas, pode-se apenas, formular algumas hipóteses baseadas na análise e no conhecimento do clima social da região, que tenham talvez algum fundo de verdade. (CASTRO, 1959, p. 70).

Sobre o meio rural de Pernambuco, aponta que a sua decadência, desde os latifúndios, reflete diretamente na miséria das cidades. Critica a monocultura da cana-de-açúcar; menciona o pauperismo das populações e seus baixos salários. Expressa a difícil chegada dos sertanejos ao Recife, tentando fugir da exploração dos “donos da cana-de-açúcar”. Descreve ainda a divisão dos terrenos do mangue para a construção dos mocambos destinados aos que fugiam da exploração da cana, sediando suas moradias ao lado dos retirantes que fugiam da seca.

Sobre essa problemática, aponta, no mesmo conto, as condições higiênicas de tais habitações, que são habitáveis e que “têm uma boa dose de qualidades higiênicas”. Ao descrever como se constrói o mocambo, o autor revela intimidade com o tipo de moradia, imprime a “genialidade” destes moradores ao edificar suas habitações, sempre preocupados com a ventilação e com a otimização do espaço em relação à vida. Ele conclui a narrativa, mencionando:

O mocambo, como forma primitiva de habitação, constitui um recinto muito mais confortável do que a maioria das casas de nossas cidades, residências pobres, de tipo europeu, agarradas umas nas outras, forradas de madeira,

arrolhadas, sem luz. O que desgraça o mocambo, no Recife, é a zona onde ele é geralmente edificado. Zona baixa, úmida, dos mangues. (CASTRO, 1959, p, 73)

Em *As condições de vida das classes operárias do Nordeste*, exibe um discurso caracterizado como o pioneiro desse tipo de pesquisa alimentar no Brasil. Nesse inquérito, ele combate diretamente as teorias que afirmam ser a raça e as questões étnicas responsáveis por aquilo que denominaram deficiência e inferioridade dos povos. Argumenta que são as más condições de alimentação e de higiene que deixam o povo doente e não a inferioridade da raça:

Não é mal de raça, é mal de fome. É a alimentação insuficiente que lhe não permite um desenvolvimento completo e um funcionamento normal. Não é a máquina que seja de ruim qualidade; e se o seu trabalho rende pouco, ela estanca e pára a cada passo e se despedaça cedo é por falta de combustível suficiente e adequado. (CASTRO, 1959, p.76).

A elaboração do relatório do inquérito alimentar é dividida nas seguintes partes: objeto, classes operárias, método, interpretação dos dados estatísticos e conclusões. No objeto, o Autor reporta-se ao objetivo do estudo, que é averiguar a alimentação das classes assalariadas, justificando assim a prioridade desses extratos diante de uma assistência social urgente. Argumenta que o mérito do estudo está no fato de “revelar aos dirigentes do país e aos interessados em conhecer as nossas realidades sócias, como vive, ou melhor será dizer, como morrem de fome a maioria de nossa população”. (CASTRO, 1959, p. 77).

Já no trecho intitulado *Classes operárias*, expõe como articula os dados estatísticos e econômicos com os indicadores biológicos dentro do seu estudo. Com efeito, consoante seu pensamento, não basta tão somente “saber a quantidade de homens que produzem, mas também a sua qualidade”. (P.77). Nesta perspectiva, Castro assevera que a associação qualitativa desses dados poderá se concretizar em uma “interpretação histórica e econômica a luz da bio–sociologia”. (P.78). É neste sentido que o inquérito realizado por ele indaga as condições sociais do operário nas áreas urbanas.

Na descrição do método investigativo, Josué expõe e exemplifica o inquérito. Trata-se de um questionário aplicado entre as famílias operárias e apresenta como as informações foram preenchidas por visitantes dos centros de saúde do Recife. Descreve, ainda, os procedimentos de coleta dos dados, apoiado por uma carta estatística para ilustrar a real situação do operário recifense.

Com rigor científico e perspicácia, na parte que intitulou *Interpretação dos dados estatísticos*, Josué de Castro analisa a carta estatística elaborada com as informações coletadas pelos visitantes, chegando a conclusões de que o salário médio das famílias é insuficiente para sustentá-las, o que ensejava um déficit orçamentário mensal, impedindo o trabalhador de economizar e melhorar sua condição social. O salário dá mal para comprar a comida de cada dia— acentua.

Com relação à alimentação, o autor conclui que as famílias quase não consomem leite, verduras e frutas, e há o predomínio do consumo de feijão, de farinha, de charque, de açúcar e de café. Em seguida, analisa o valor nutritivo do regime alimentar dos trabalhadores, que não ultrapassa 1.646 calorias, quantidade totalmente insuficiente, argumenta Castro, para a manutenção de vida dos operários. Sobre essa questão, ele assinala:

Qualquer pessoa que possua noções gerais de dietética e diante de um regime desta ordem, só tem uma pergunta a formular: “Como se pode comer assim e não morrer de fome”? E só há uma resposta a dar, se bem que um tanto desconcertante: “Como? Morrendo de fome.” Realmente é esta alimentação insuficiente, carencial e desarmônica, usada pelas classes operárias, na área urbana, a causa principal do seu elevado índice de mortalidade. (CASTRO, 1959, p.86).

Josué de Castro conclui o inquérito, asseverando que o regime alimentar dos trabalhadores é impróprio em todos os sentidos e compara essa maneira de alimentação ao não comer nada: “é por isto que essa gente não fala em alimentar-se, mas em enganar a fome”.

(CASTRO, 1959, p.88). Encerra o texto com a indicação de um plano de combate à má alimentação, bem característico da sua escrita de médico; ou seja, descreve o problema, faz o diagnóstico e prescreve a receita. Sendo assim, para Josué de Castro, somente com o fortalecimento da economia, em benefício de uma integralização de todos e não apenas de uma minoria abastada, com um verdadeiro plano de assistência social, não meramente assistencialista (bem assim com um aumento de salário em proporções diferentes do aumento dos preços dos principais gêneros alimentícios, garantindo uma melhora na qualidade dos postos de trabalhos com as condições higiênicas e alimentação apropriada), é que podem melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

Na narrativa *Desequilíbrio econômico nacional*, enfatizando o problema das secas, defende com relevância um estudo profundo sobre a seca. Critica severamente os agentes sociais e políticos que ficam apenas restritos ao nível do discurso e exige objetividade para resolver o problema que assola o povo nordestino. Destaca o uso da

correlação, método geográfico¹², pois, segundo o Autor, somente quando se analisa correlacionalmente a realidade local ou regional com a estrutura e a conjuntura econômica nacional é que se tem ideia da profundidade do assunto.

Em escrita cuidadosa, Castro alerta a Casa (Câmara dos Deputados) sobre o grave problema que é culpar a seca pelas mazelas da população. Para ele, esse é um erro consciente, pois são as condições socioeconômicas que estão oprimindo o povo.

No texto, há inúmeros “apartes” que sempre o interrompem, enfatizando a retórica da culpa da seca, tentando argumentar que são as condições climáticas as culpadas pela fome e pela sede dos povos que sofrem com a seca. Na realidade, são homens querendo retirar-se da responsabilidade perante o problema.

Mesmo com os apartes, Josué de Castro aumenta a força dos argumentos, referindo o problema dos latifúndios, cuja estrutura agrária impede o acesso à terra do trabalhador sertanejo, impondo-lhe o êxodo rural como sua única saída para a sobrevivência. Assim, aponta o desequilíbrio entre o crescimento industrial e o empobrecimento da agricultura como um dos problemas do Nordeste. A agricultura sem investimentos, dessa feita, impede o crescimento nacional de forma equilibrada, como também a produção de alimentos, trabalho e benefícios sociais para quem precisa.

Ora, o problema precisa ser encarado, argumenta Castro, essencialmente na sua maneira mais humana, pois há uma produção de alimentos que é exportada para outras regiões, enquanto os habitantes das áreas produtivas poderão morrer de fome. A essência da questão, segundo o Autor, é ver o problema nas suas entranhas, tal como ele é. As decisões dos homens, dessa maneira, é que provocam a calamidade social – não a seca, apenas um agravante da situação.

Nessa obra, com diferentes enfoques – uma vez que contempla diferentes artigos de várias épocas – teve-se contato com as ideias, perspectivas e ações de Josué de Castro, ideias de um mundo melhor, tal qual aquela que defende sua terra, sua cidade. Para tal fim, ele engendra ações como a pesquisa científica, tanto em seu papel político ou mesmo em seu ofício de médico. Sua perspectiva assinala a inconveniente verdade por trás das ideologias vigentes à época, o que fica evidente ao mencionar que são as atitudes dos homens conscientes as reais responsáveis pelas mazelas sociais. Josué, assim, traz um limite para a análise histórica da exploração do povo nordestino, do povo brasileiro.

¹² Associar diferentes áreas dando uma perspectiva local e que se infere para o global. Ver: CARVALHO, Antônio Alfredo Teles. *O pão nosso de cada dia nos dá hoje...* Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) USP, São Paulo, 2007.

É nesse quadro que se encontra, além de indícios de uma proposta educativa no seu texto – uma dimensão educativa na sua obra como um todo– ideias de universalização, de conhecimento correlacionado, de pesquisa, de arte. Essas são perspectivas importantes que vão além de um discurso bem fundamentado e que dão sinais de uma formação humana, de um ideal de educação, ainda que o autor não se manifeste diretamente sobre isso na obra.

Essa concepção sobre os escritos de Josué de Castro permite uma leitura de fácil absorção. Sua obra é passível de uma interpretação com base em comparações, correlações e metáforas que sintetizam um caráter educativo latente, concedendo ao leitor não apenas a oportunidade de informação, mas também e principalmente, uma formação consciente em face das crises instaladas pelo panorama da fome.

As citações destacadas do Autor denotam também muitas particularidades da sua vida, seja por intermédio de um conto que alude à sua história de vida, seja mediante personagens, como, por exemplo, o caso do Dr Félix. As histórias de sua infância e de sua cidade, dentre outras reminiscências, justificam sua ação e luta constante em defesa do Nordeste.

4.2 O livro negro da fome, a criação da ASCOFAM

È nesta ordem de ideias, com a convicção que devemos todos trazer nossa cooperação disciplinar, no bem da humanidade, as tremendas forças sociais em choque que apresentamos aos homens de boa vontade do mundo – principalmente aos intelectuais e aos cientistas, este documento que resolvemos chamar de Livro denúncia a negra miséria reinante no nosso mundo: a existência das negras e demográficas da fome que impregnam enormes extensões da ca

Josué de Castro. O livro Negro da Fome



Figura 3- Capa da obra: O livro Negro da fome
 Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/index.html>

O livro negro da fome, cuja primeira edição ocorreu em 1957, configura-se como esforço de Josué de Castro para materializar os princípios-guias para um mundo sem fome. Desses princípios, resultaria a plataforma de ideias e ações para instituir a Associação Mundial de Luta contra a Fome – ASCOFAM.

Caracterizado pelo próprio Josué de Castro como obra de denúncia, foi escrita na Europa e aponta mais um esforço em demonstrar que “fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão a emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos”. (CASTRO, 1960, p.1). Para ele, os famintos equivaliam, naquele período, aproximadamente a dois terços da população mundial.

Movido pela transição democrática que o Brasil passava entre 1945 e 1964, período em que o povo brasileiro experimentava o poder do voto em um regime democrático; e ocasião assinalada pelo desenvolvimento do País, Castro alerta sobre a miséria e o subdesenvolvimento crescentes no mundo pós- Segunda Guerra. Assim, concebe práticas para amenizar a situação com origem em uma luta que fosse mundial.

Essa razão justifica a abrangência da ASCOFAM, criada conjuntamente com líderes de outros países.

Suas ideias, entretanto eram respostas ao deslumbramento da proposta nacional-desenvolvimentista do Brasil, em que se escondiam a miséria e a fome para plantar a representação do Estado brasileiro como o País da alegria e do futebol. A obra materializa esse esforço de alertar a sociedade para o fato de que não há desenvolvimento sem a superação da miséria. Sobre essa realidade, Campos (2011, p.17) anota:

[...] na segunda metade da década de 1950, a euforia provocada pelo nacional-desenvolvimentismo [...] criado para o novo Brasil, de sucesso em diversas áreas (futebol, basquete, boxe, concurso de miss, tênis, música), não só ofuscaram obras que realçavam nossas mazelas como deveriam ser ignoradas por darem uma imagem negativa de um país que alçava voos em direção a um belo futuro.

Ao publicar esse livro, Josué de Castro acreditava que a obra teria circulação maior e, assim, esperava que as ideias de uma sociedade sem fome pudessem alcançar o maior número de pessoas possível. Lima argumenta, com efeito, que

[...] como *expert* e ideólogo, o autor concentrou na plataforma doutrinária de criação da ASCOFAM, em 1957, toda a expectativa de concretização dos princípios-guias da sociedade sem fome. Indicou os meios e os recursos materiais e pedagógicos que privilegiavam a realização de duas ações essenciais substanciada numa ampla rede de projetos: primordialmente, a difusão dos conhecimentos da alimentação e da nutrição para a formação de agentes multiplicadores dessa causa em nível mundial e, concomitantemente, a implementação de projetos nacionais e locais que deveriam impulsionar as políticas produtivas e distributivas de alimentos, de modo a dar novo rumo à ordem econômica e social do mundo pós-guerra. (2009, p. 189).

Ao primar pela difusão dos conhecimentos da alimentação e da nutrição, Josué fala sobre o principal drama relacionado a esses conteúdos– a fome– com vistas a iniciar sua contextualização mundial sobre o assunto e, assim, evidenciar a importância de se entender os porquês da então atual situação mundial. Mesmo com todo o conhecimento científico, evita-se tratar a fome como assunto de interesse para investigação da realidade social, mesmo quando ela pairava sobre a humanidade como uma grande mancha “negra”. Dessa forma,

[...] O assunto deixou de ser escabroso e proibido, passando a fazer parte do repertório ortodoxo do mundo civilizado. É esta uma das maiores conquistas do proletariado universal: a revelação de sua autêntica realidade social. Conquista não só das classes proletárias, mas principalmente dos países proletários, dos países que eram tamponados pela conspiração do silêncio moral acerca de sua verdadeira realidade social. Daí a veracidade da afirmação de que a fome foi a

grande descoberta dos meados do século XX. Descoberta que dá uma nova perspectiva ao destino da humanidade. Que recobre de um colorido novo, de tons surpreendentes a carta geográfica do mundo. (CASTRO, 1960, p. 2).

Para Josué de Castro (1960), por conseguinte, o conhecimento é o primeira grande ação para o desnudamento das raízes da fome. Por isso, na obra ora analisada, antes de iniciar suas ideias acerca de uma sociedade sem fome, contextualiza a fome no mundo e debate sobre visões de uma alimentação adequada para a humanidade. Assim, imprime a importância e o dilema vivido pelos países subdesenvolvidos que têm de escolher, por pressões externas, se alimenta o seu povo ou se nutre sua indústria, como afirmara outrora o Autor no subtítulo da obra *Geografia da fome: o dilema do pão ou do aço*.

Para sua empreitada de sensibilização sobre o assunto, ao adentrar sua plataforma, que constitui o documento de criação da ASCOFAM, Castro (1960) lança mão de imagens, ao longo do livro, que remetem ao drama da fome, da desnutrição e da tristeza. São cenas marcantes que ajudam diretamente na proposta de sensibilizar o leitor.

Com isso, intenta internalizar, de forma proveitosa, as concepções de que há possibilidade de reverter a situação dos famintos no mundo. Para Josué de Castro, essas ilustrações: “[...] em seu mutismo suficiente dispensam títulos ou legendas explicativas, porque na verdade todas elas carregam, bem visível em sua aparência, um único título: fome” (CASTRO, 1960, p.8).

Acrescenta, ainda, que aceitou a oferta da pintora grega Anna Kindynis para ilustrar o livro do autor pelo fato de que as ilustrações “completam bem nossas limitadas descrições deste fenômeno” (CASTRO, 1960, p.09). Sendo assim, argumenta que,

Por sua surpreendente fidelidade e sua contudente carga de verdades, estas imagens vêm reforçar de muito a eficácia da denúncia que formulamos em nosso livro. São imagens que se apoderam do livro e dominam o assunto. É como se nosso trabalho fosse apenas um breve comentário científico, e portanto bem tosco, à sua extraordinária obra artística de profundo sentido social. (CASTRO, 1960, p.09)

Essas ilustrações têm, ainda, a finalidade de ampliar a dimensão da tragédia vivida por quem passa fome:

Nela o trágico, em sua pureza substancial, se impõe ao grotesco e ao satírico. É que a fome, como tragédia, se infiltrou na carne e no espírito desta artista grega. Sofreu ela fome e perdeu de fome uma sua irmã querida, durante a última guerra mundial. As imagens e sensações destes anos tenebrosos, durante os quais a Europa inteira parecia um campo de concentração, nunca mais se apagaram de sua memória, nunca mais deixaram límpida a sua alegria de viver.

O trágico espetáculo da fome se fez nela uma verdadeira obsessão que se apoderou definitivamente de toda a sua vontade criadora.

Seguem algumas das ilustrações do livro que elucidam as considerações de Castro, feitas há pouco.

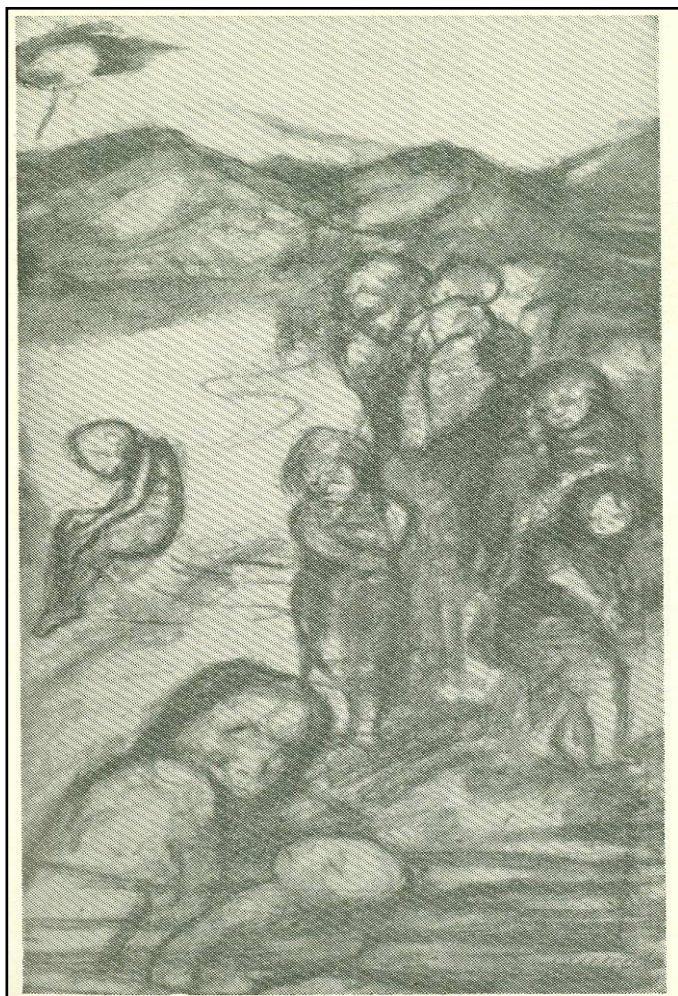


Figura 4: figuras que estão na obra em análise não possuem legendas. Fonte: CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

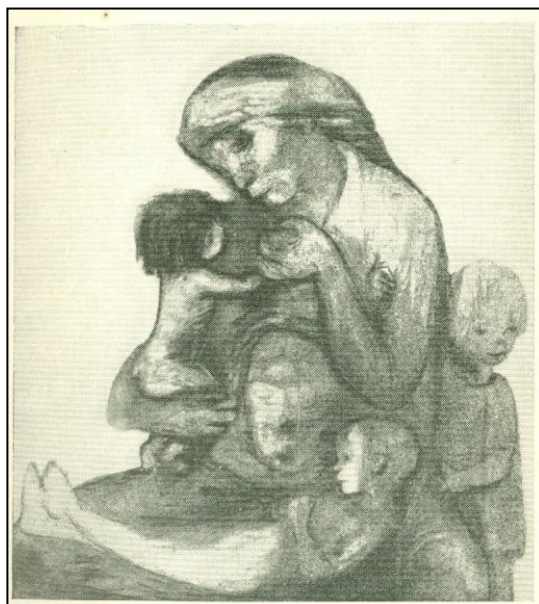


Figura 5: fonte: CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome** . São Paulo: Brasiliense, 1960.

Como no livro de Castro, as obras não trazem legenda, complementam os escritos do livro, dando oportunidade ao leitor de analisar as palavras, visualizar as imagens e, quiçá, sentir o drama da fome por meio da arte contextualizada.

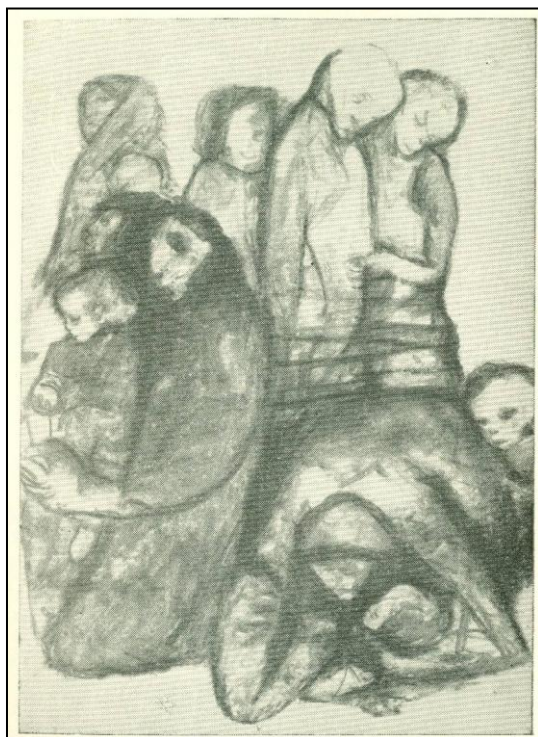


Figura 6: fonte: CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome** . São Paulo: Brasiliense, 1960.

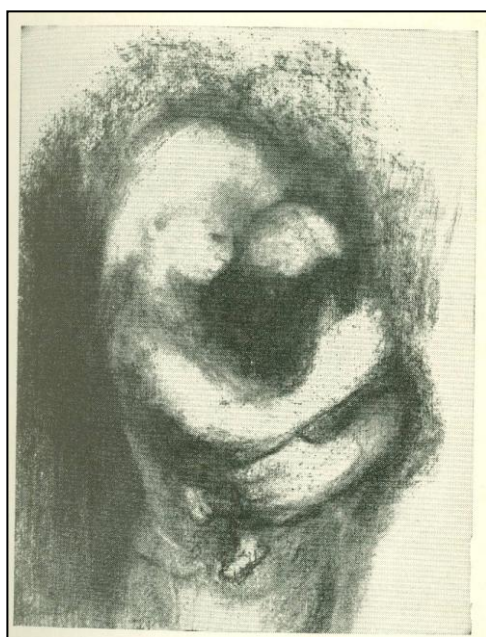


Figura 7: CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome** . São Paulo: Brasiliense, 1960.

Fazendo uso desse recurso visual, com efeito, Josué de Castro argumenta que, sem uma alimentação adequada, não há como conceber o desenvolvimento do homem. Para ele, a alimentação diz muito sobre a história de uma pessoa, um povo e uma civilização. Essa afirmação pressupõe, então, que não há como conceber um projeto educativo sem se levar em consideração as condições de alimentação do povo. Em contrapartida, o povo bem alimentado, sem as garras da miséria, é a condição necessária para uma educação emancipatória, visto que Castro sempre correlaciona emancipação com esclarecimento:

“Não é exagero afirma-se como o fêz Zinsser “que a história da humanidade pode talvez ser escrita em função das dietas alimentares” por que em verdade” a iniciativa, o progresso, o êxito e a felicidade do homem tendem a ser paralelos à sua disponibilidade de alimentos e ao seu tipo de dieta”. (CASTRO, 1960, p. 17).

A obra exhibe sinais que apontam como o Autor crê no conhecimento como possível instrumento de mudança na vida de gerações de pessoas. A consciência acerca da própria condição de vida é capaz de fazer revolução, de se fazer alcançar aquilo que antes detinha *status* de proibido, consoante Castro (1946; 1960). Em virtude dessa noção, perceber a fome como fator de conhecimento é ter a possibilidade de fixá-la como pauta de urgência nas sociedades que almejam ser verdadeiramente independentes. Por essa razão, Josué de Castro preocupa-se com o esclarecimento do proletariado, assim como de todos os setores da sociedade, como conquista do conhecimento humano:

Foi esta tomada de consciência que transformou o pobre em proletário, que fez do pobre resignado, o proletário revoltado contra a injustiça social que gerou o proletariado como força política. Com a disseminação dos conhecimentos através dos meios de difusão de que dispõe o mundo de hoje, estas massas humanas tomaram conhecimento de que a fome e a miséria não são indispensáveis ao equilíbrio do mundo. Que hoje, com os progressos da ciência e da técnica, surgiu, pela primeira vez na história, um tipo de sociedade na qual a miséria pode ser suprimida e com ela a fome. (CASTRO, 1960, p.24).

Nesta perspectiva, não é possível lutar contra o subdesenvolvimento sem considerar a educação. Para que isso aconteça, é necessário o despertar de consciência do povo faminto, favorecendo uma valorização do conhecimento em seu meio. O principal entrave nesse despertar, portanto, é a inculpação à natureza por todas as desgraças: chover ou não chover, a seca, o solo, o clima. Destarte, a natureza é diariamente fonte de culpas para uns e de desculpas conscientes para outros.

Toda filosofia de ação contra o flagelo da fome deve assentar nesta premissa de que fome e subdesenvolvimento são expressões paralelas de um mesmo fato econômico. Que a luta contra a fome se resume em realidade na luta contra o subdesenvolvimento econômico. (CASTRO, 1960, p. 71).

Assim, Josué de Castro argumenta que todas as ações de busca de desenvolvimento, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou educacionais, devem ter como principal foco o combate do flagelo da fome. Sendo assim, fica explícito o seu esforço em esboçar um projeto educativo. Castro, com toda a sua trajetória política e social, toda a sua base de argumentos, seu esforço de sensibilização a quem o lia e ouvia, pretendia conscientizar o público de que somente com base na superação da fome é que se podia pensar em progresso e desenvolvimento.

Na realidade, para o Autor, o primeiro sinal de progresso e desenvolvimento era que o povo não tivesse que se preocupar com suas necessidades básicas de alimentação e que obtivesse, pelo menos, o mínimo de acesso a um regime alimentar qualitativo e quantitativo. Nestes termos,

Constitui, pois, a luta contra a fome, concebida em termos objetivos, o único caminho para a sobrevivência de nossa civilização, ameaçada em sua substância vital por seus próprios excessos, pelos abusos do poder econômico, por sua orgulhosa cegueira— numa palavra, por seu egocentrismo político, sua superada visão ptolomaica do mundo. (CASTRO, 1960, p. 90)

Depois de contextualizar a fome no mundo, deixa claras suas ideias sobre quem são os responsáveis pela fome do povo, ao passo que dirime concepções econômicas, sociais, políticas e culturais. Josué de Castro esboça, dessa forma, as ações de criação da ASCOFAM, assim como delineia as ações diretas, as quais ele denominara de “organismo que foge as amarras dos países e vai além de uma idéia”. Essa estratégia perseguia a concretização de um conjunto de atos internacionais autônomos de luta contra a fome e o subdesenvolvimento:

É esta ação catalisadora que julgamos indicada para o organismo cuja criação preconizamos: agir como catalisador que acelere a transformação de um vasto conjunto ou complexo social no qual está indissolivelmente englobada o fenômeno da fome no mundo. Para esta ação catalisadora, precisamos como primeira condição que o nosso organismo possa agir com completa independência das injunções políticas de toda ordem, seja um organismo capaz de pautar a sua linha de conduta e a diretriz das suas atividades num plano acima dos interesses particulares de grupos, partidos, governo e bloco de países, no interesse exclusivo da humanidade. (CASTRO, 1960, p. 91.)

Complementa o pensamento, mencionando:

A forma indicada: Fundação Internacional, instituição que, sem visar a lucros ou proventos individuais, concentrasse e coordenasse os esforços de um certo número de indivíduos numa força coletiva, capaz de interferir de maneira construtiva na dinâmica social do mundo. Internacional pelo o seu campo de atuação, mas supranacional no seu comportamento. (ibidem, p.91)

É assim que o organismo tem o papel de fomentar e articular diretrizes que possam amenizar a fome no mundo de forma sustentável e baseado em atitudes de profundas transformações sociais. Delimita a ação da associação asseverando que

A Associação terá por fim promover, encorajar e organizar no mundo a luta contra a fome, notadamente despertando, desenvolvendo, apoiando, difundindo, preparando, supervisionando, realizando direta ou indiretamente, estudos, pesquisas, iniciativas, atividades e ações de natureza a fazer conhecer, diminuir ou eliminar, a fome no mundo, isto sem nenhuma limitação. A palavra fome é tomada aqui no seu sentido mais amplo, compreendendo tanto a fome aguda, como a fome crônica, mesmo oculta, a fome quantitativa como a fome energética e a fome epidêmica, como a fome endêmica. (CASTRO, 1960, p, 92.).

Para concretizar a ação da ASCOFAM, Josué de Castro apresenta os princípios-guia para que este organismo possa a funcionar a contento. A primeira referência, bem como um dos princípios centrais, é a educação/esclarecimento, aliados à pesquisa científica, evidenciando as ideias educativas e científicas, constantes na obra, como destaque ao perfil científico do Autor. Castro era um homem da ciência e, portanto, aliava suas intenções ancoradas em ações científicas – para ele, sempre o melhor caminho a seguir. As atividades da ASCOFAM seriam pautadas da seguinte forma:

- 1) Atividade visando a sensibilizar e a despertar a consciência universal acerca da significação e da expressão social do problema da fome:
- 2) Realização de pesquisas, investigações e inquéritos que permitam o conhecimento integral do problema da fome, de suas causas e efeitos, em diferentes quadros geográficos e dos meios mais eficazes de remover os fatores que entretêm esta calamidade social:
- 3) Formação de pessoal capacitado para as múltiplas tarefas que se impõem aos planos de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas do mundo, onde grassa a fome em massa;
- 4) Elaboração de projetos específicos de âmbito nacional ou regional, visando a incrementar o desenvolvimento econômico e a melhorar as condições de vida e de alimentação de grupos humanos mal alimentados. (CASTRO, 1960, p. 93).

Todas essas ações têm um único objetivo: a erradicação da fome. Nesses princípios, tiveram lugar especial a educação e a pesquisa, demonstrando aqui, novamente, que um projeto educativo de Castro aliaria educação diretamente à pesquisa, de forma que juntas esclarecessem a fome no mundo e servissem de terreno para ações de erradicação desse fenômeno. Segundo o Autor, a elucidação pública e a propagação do conhecimento são fatores primordiais no combate à fome:

[...] ser isto essencial para o êxito da campanha. A finalidade deste programa deve ser o e despertar na consciência pública a necessidade urgente de aumentar a produtividade e contribuir para que se compreendam os complexos problemas que êste objetivo engloba. (CASTRO, 1960, p. 131).

Lima (2009), nesse ínterim, argumenta que as ações da criação da Ascofam, vão de encontro aos projetos econômicos vigentes na sociedade. A autora festeja a iniciativa de Castro no sentido de explorar, ao longo do seu texto, a importância do esclarecimento e da conscientização da nação sobre a fome como produto dos homens:

Não basta querer integrar para emancipar. As relações sociais que regem os sistemas econômicos produtivos encontram ressonância na cultura, aqui entendida como amálgama das múltiplas determinações da vida social, o que pressupõe não apenas a existência de um comércio da fome, mas também de uma ordem simbólico- ideológico historicamente dinâmica, que dá suporte aos limites de tolerância a miséria. (P.191)

Assim, consoante Josué de Castro, a economia e a falta de esclarecimento da população eram os principais entraves para se concretizar um mundo sem fome. A economia vigente e de poucos – que deixava quase nenhum espaço para o pensamento crítico, tendo em vista que população carente só podia se preocupar e se dedicar na busca da satisfação da fome – é propositalmente organizada para a manutenção desse ciclo: rico que fica mais rico e pobre que se mantém pobre e faminto. Nesta perspectiva, “era preciso, antes de tudo, procurar extirpar do pensamento político contemporâneo esse conceito errado da economia como um jogo, na qual devem existir sempre uns que tudo percam para que outros tudo ganhem”. (CASTRO, 1968, p.385).

Os indícios apontados nessa obra de Josué de Castro, portanto, apontam uma articulação entre política, educação, pesquisa e ciência, como alicerces para a busca de uma sociedade sem fome; e essa erradicação, estão, intimamente relacionada a uma proposta educativa de emancipação da fome.

Para Josué de Castro, apenas quando a sociedade obtiver o esclarecimento das raízes da fome, por meio da educação, é que se terá um país independente e desenvolvido. Como anota Lima (2009, p.191),

Não basta querer integrar para emancipar. As relações sociais que regem os sistemas econômicos produtivos encontram ressonância na cultura, aqui entendida como amálgama das múltiplas determinações da vida social, o que pressupõe não apenas a existência de um comércio da fome, mas também de uma ordem simbólico- ideológico historicamente dinâmica, que dá suporte aos limites de tolerância a miséria.

4.3 Sete Palmos de Terra e um Caixão: uma obra sob encomenda

(...) Livro no qual tentaremos dar uma imagem mais nítida da realidade social dessa região onde vinte e três milhões de seres vivos lutam para abrir o caminho de sua emancipação, através do denso cipoal traçado pelas circunstâncias históricas adversas, produtos de erros e omissões, tanto da política nacional como da política internacional. É este o nosso principal objetivo, ao escrevermos este livro: o de fazer penetrar um pouco de luz neste cipoal escuro, embora esteja o autor, certo de que esta luz só chegará aos olhos daqueles que realmente querem exergá-la, porque os outros, aqueles que se negam a ver a evidência, diante de livros como este, ficarão ainda mais cegos- cegos de raiva ou cegos de medo.

Josué de Castro. Sete palmos de terra e um Caixão



Figura 8: capa do livro –Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_livros.htm

A obra em foco foi escrita no período de outubro de 1962 a fevereiro de 1964, quando Josué de Castro estava na Europa¹³. A obra faz uma análise sociológica do Nordeste, propondo uma espécie de segunda descoberta da região. Consoante Castro, a primeira revelação do Nordeste se deu quando Pedro Álvares Cabral aportou no País em 1500 e, a segunda, quando os Estados Unidos da América lançam seu olhar sobre a região, já em 1960.

Referida obra foi encomendada por uma editora estadunidense para o público “norte-americano” (p.14), justamente por existir um interesse daquela Nação americana sobre a região brasileira, haja vista o quadro de revoluções sociais que estava se propagando pelo mundo. O convite para a publicação do livro fez com que o Autor escrevesse com cautela os termos e suas observações, dada a complexidade embutida no teor de uma obra de caráter “explicativo”. Sendo assim, Josué explora todas as faces da região, nos seus aspectos culturais, políticos, sociais e religiosos, para evitar, principalmente, possíveis erros de interpretação sobre a região.

Evitaremos desta forma que aconteça com o Nordeste o que costuma acontecer em seguida às grandes descobertas: a tendência à disseminação pelos quatro cantos da Terra de um mundo de lendas, em lugar de fatos, servindo à formação de uma falsa imagem da terra e do povo descobertos. Isto é hoje tanto mais perigoso quando vivemos numa era de slogans. Dos slogans jornalístico, que tentam reduzir toda a terra esquematicamente a um tabuleiro de xadrez, com os seus quadrados exatos e com os exatos limites das suas diferentes colorações. (CASTRO, 1967, p.13).

Esses possíveis erros referidos por ele se encontram elucidados em um artigo publicado no Jornal *The New York Times* tratando sobre a realidade do Nordeste. Nesse artigo, publicado em duas edições, mais precisamente em 1º de novembro e 31 de dezembro de 1960, o jornalista Tad Szulc¹⁴ fala das potencialidades da região e, principalmente, dá opinião no sentido de a região representar um campo fértil ao comunismo, principal temor das nações capitalistas daquele período. Ao descrever as ligas camponesas, os fanatismos religiosos e o cangaço, o jornalista ianque, associa os movimentos às influências do comunismo na região, em decorrência da adoração dos

¹³ Estava em Genebra por ser embaixador do Brasil na ONU. Nesse período eclode no Brasil o golpe militar e Josué de Castro tem seus direitos políticos cassados.

¹⁴ Segundo Castro a importância do artigo é por ter tido: “(...) grande repercussão, sendo lido e comentado pelo próprio Presidente dos Estados Unidos da América, ganhou ele uma dimensão histórica idêntica à da carta de Pero Vaz de Caminha”. (1967, p. 150)

seus líderes, camponeses, trabalhadores e estudantes em relação ao líder comunista cubano, Fidel Castro, assim como ao então líder chinês, Mao Tse-Tung.

Josué de Castro discorda veemente dessa interpretação. Para ele, essa distorção se explica pelo fato de o jornalista não conhecer a fundo a região Nordeste. Acentua que são os processos formativos e históricos da região as causas e os porquês do povo nordestino estar mudando suas concepções e práticas, principalmente na sua relação com a política interna e externa do País. Sobre aquela interpretação de Nordeste, Castro assinala:

Sua análise da situação sócio-econômica é justa, mas sua interpretação se afasta do real, quando ele liga êste fenômeno social mais às influências ideológicas vindas de fora do que à marcha do próprio processo cultural brasileiro. Erra o jornalista em supor que a explosividade do Nordeste se alimentou, principalmente dos mitos de Mao Tse-tung e Fidel Castro e dos exemplos da Revolução chinesa e da Cubana. Ai é que não lhe ajudou a decifrar o enigma do Nordeste a falta de um conhecimento mais profundo da história da região, dos seus antecedentes remotos e das transformações mais recente processada na consciência do povo brasileiro a partir do começo deste século. (CASTRO, 1967, p.152-153).

Com a necessidade de se contrapor a essa interpretação deturpada, Josué de Castro analisa a estrutura econômica, política e social do Nordeste. Para ele, a região nordestina estava à beira de uma grande explosão revolucionária, ancorada na busca dos direitos do povo que foram secularmente suprimidos, seja como escravos ou como trabalhadores da terra e dos engenhos de cana-de-açúcar.

No momento em que a primeira versão do livro estava na mão do tradutor para a transcrição da obra para a língua inglesa, eclode no Brasil, em 1º de abril de 1964, o golpe militar. Josué de Castro, mesmo interessado em incluir no livro um capítulo específico sobre este episódio na história do Brasil, contém-se e evita a inclusão desse extrato por acreditar que a sua obra já conteria bases e elementos suficientes para a compreensão do referido fenômeno político. Assim, segundo o autor:

Acrescentar qualquer coisa depois que suas previsões já começam a se realizar seria tirar o possível valor do livro como diagnóstico e como prognóstico de uma situação histórico-cultural. Seria reduzi-lo a um simples inventário das calamidades que o Brasil atravessa. Preferimos, pois, publicar o diagnóstico, ou seja, uma interpretação e não um inventário. (CASTRO, 1967, p.11).

O autor considera a obra ora em comento como “uma explicação” (CASTRO, p.13), sendo, dessa forma, aliada à interpretação sociológica. Josué de Castro, assim, discorre sobre a sociologia que elegeu como base conceitual de análise do Nordeste. Critica, nesse quadro, a Sociologia clássica e acadêmica por cultivar no pesquisador uma

prática neutra. Essa tendência da neutralidade destoava das concepções de Castro sobre uma sociologia comprometida com a realidade. Seu estudo, destarte, tem como fundamento uma sociologia “participante”:

De uma sociologia que não teme interferir no processo da mudança social com os seus achados e, por isto mesmo, não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes. (CASTRO, 1967, p.15).

Esse esclarecimento sobre as bases da obra analisada são importantes para compreender a acepção de seus escritos e, ainda, para facilitar o reconhecimento de indícios conectados com uma proposta educativa.

No primeiro capítulo do livro em análise, intitulado *A reivindicação dos mortos*, evidencia-se nos escritos de Josué de Castro uma caracterização da luta dos camponeses do engenho Galileia sobre o direito de morrer, bem como das suas aspirações de serem tratados com dignidade sobre a única certeza que carregam em suas vidas sofridas: a morte.

Na descrição, os sertanejos, quando morriam, não tinham sequer um caixão. Suas condições econômicas não possibilitavam comprar esse repositório, que para eles era um precioso artefato. Pediam, então, ajuda às prefeituras, que emprestavam um caixão até a vala onde o indivíduo seria enterrado; ao chegar ao destino final, o corpo era despejado e o caixão devolvido para ser reutilizado. Esse mecanismo era, para o camponês, a pior humilhação, mais até do que a falta de comida que enfrentava cotidianamente.

O autor afirma que havia chegado o tempo em que não se podia mais permitir “essa tamanha humilhação”. A constante humilhação sofrida por essas populações, descrita pelo Autor, fez aflorar nos sertanejos a perspectiva do direito à morte e, possivelmente, novas práticas dentro das relações de trabalho com os donos da terra. É nesse âmbito que Josué de Castro demonstra os primeiros movimentos de associativismos no Nordeste. Foi lutando pelo direito a um caixão – direito de morrer – que se formaram as primeiras Ligas camponesas no Nordeste brasileiro.

O autor exalta a capacidade de luta do povo apegado a terra. Mesmo diante de sua fatídica vida, há um só elemento que pode fazer com que eles saiam do estado de conformação para enfrentar seus senhores. Esse elemento é o direito de uma cerimônia fúnebre digna. Assim, conformados na ideia da morte digna, eles já não acreditavam na

vida exatamente por verem se perpetuar nos seus filhos o triste fim dos seus ancestrais, que é trabalhar e ser explorado em uma terra que não é sua – mas deveria ser.

Para o camponês pobre, o cerimonial de sua morte o libertaria da opressão, do sofrimento e das angústias vividas na terra que tanto amava. É por intermédio da sua morte que eles tentariam encontrar a terra da provisão, a terra prometida dos seus sonhos. É por isso que,

[...] De fato, o enterro é um dos traços mais vivos e mais presentes na paisagem social do Nordeste, como ocorre na Sicília, como ocorre na China, enfim, em todos os povos muito ligados á terra, que fazem um grande alvoroço ao voltarem ao seio da terra. E verdade que a maior parte deles volta cedo, logo nos primeiros meses de vida, como se tivesse arrependido de ter nascido numa terra tão pobre, ou como se não tivessem vindo preparados para uma viagem mais longa. O fato é que as crianças nascem mais para morrer do que para viver. (CASTRO, 1967,41).

Pautado neste contexto, Castro confecciona o segundo capítulo, denominado *Seiscentas mil milhas quadradas de sofrimento*. O Autor retoma ideias sobre o sofrimento do Nordeste, analisando a estrutura econômica e social da Região, desde o seu descobrimento; foram detalhadas a fauna e a flora da região, explorando principalmente o período das secas, evidenciando os contrastes que provocam tanto na geografia do lugar como na sua população.

Evidencia, nessa conjuntura, o que chamou de “aventura mercantil”, traçando as minúcias do projeto português para o Brasil. O descobrimento do Brasil, pensava ele, decorreu de um acaso. Dessa forma, a falta de preparo e de plano econômico de desenvolvimento da Região trouxe um regime econômico que deteriorava o Nordeste daquele período. Assim, essa aventura tem raízes profundas na história portuguesa, pois estes aventureiros não eram empreendedores, mas coletadores imediatos de riqueza.

Sendo assim, o regime implantado no Brasil é fruto da mesma experiência portuguesa realizada em outras regiões do Planeta. Não houve uma preocupação de criar mecanismos que gerasse riquezas suficientes para a Região, pois sempre se explorava o recurso mais disponível, mais vistoso e acessível aos olhos do “descobridor”. Argumenta que esse modelo herdado de Portugal é o grande responsável pelas mazelas vividas na Região:

O que se verifica no Nordeste açucareiro é que a fome de que sofrem suas populações é produto exclusivo do seu tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial, estabelecido sob o signo do feudalismo agrário em torno da monocultura do açúcar. A fome aparecendo como uma espécie de subproduto da economia da cana, e os famintos como uma forma de

bagaço de sua estrutura social: o bagaço humano do latifúndio açucareiro. (CASTRO,1967,p.56).

Este regime atua de forma semelhante nos dois Nordeste. Essa bipartição, obra intelectual do Autor, dividiu a região em: Nordeste oriental, caracterizado pela cana de açúcar e seu solo de massapê, terreno de fertilidade; e o Nordeste ocidental, marcado pelo solo duro e seco, pela irregularidade das chuvas e pela precária fauna e flora. Os dois Nordeste sofrem de maneiras diferentes, embora sob o regime do mesmo senhor: o sistema econômico baseado no feudalismo (CASTRO, 1967).

Castro argumenta, com efeito, ser a monocultura da cana-de-açúcar o principal desagregador do regime alimentar na Região, seja no Nordeste oriental – pelo impedimento de se plantar, em decorrência da exclusividade da terra para a cultura do açúcar – seja no Nordeste ocidental – pela falta de recursos para a Região em virtude do monopólio de investimentos na área da monocultura.

Retoma ideias já abordadas em obras anteriores sob os tipos de fome: a endêmica, caracterizada pela fome qualitativa; a epidêmica, marcada na região ocidental e causada, dentre outras coisas, pela seca, impondo aos moradores da Região um regime de fome global, ou seja, um regime precário, qualitativa e quantitativamente.

Salienta novamente que a seca não é a causa preponderante da fome e da miséria do Nordeste, mas que ela é consequência de uma estrutura socioeconômica que não oferece meios para a população enfrentar esse evento climático.

Josué de Castro defendeu essa concepção por toda sua trajetória. Mostrou exemplos, argumentos, pesquisas científicas que confirmam sua teoria de que não é a seca que causa a fome. Para ele, todavia, apenas uma educação que esclareça o sistema político, social, econômico do País é que poderia impulsionar o empreendimento de desmistificar, junto à população local, a seca como fonte de todas as mazelas:

Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza e da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social, do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (CASTRO, 1967, p.93).

Esta menção revela o caráter educativo para uma educação política, visto que suas ideias, de anos de pesquisa, de discursos, seja no Brasil ou no Exterior, de uma carreira política dedicada, para incutir no imaginário coletivo o fato de não ser a seca, o clima, o

solo ou o ar – a natureza – os responsáveis pelo atraso econômico, social e cultural da Região nordestina.

É assim que Josué de Castro propõe a ideia de que uma educação pautada no conhecimento econômico, histórico e social serviria de base para ampliar as concepções da população, manipulada pelos grupos sociais beneficiários de discurso de cunho determinista para conceber novas práticas sociais que levassem à elevação econômica e cultura da Região. Não está escrito nos seus textos o uso da palavra educação nesse sentido, mas aduziu-se essa percepção com suporte na definição de esclarecimento como meio de transformação social. É no conhecimento das estruturas que se encontram a explicação e parte das soluções das questões sociais:

Também na estrutura agrária feudal se encontra a explicação para a alienação social e o inconscientismo crítico total das elites dirigentes do Nordeste, praticamente até os nossos dias. Tendo ascendido ao controle absoluto do poder sem qualquer mobilidade ou trânsito nas estruturas sociais, estas elites dominantes perderam a capacidade criadora, desvinculando-se da História em seu sentido mais profundo. A sua representação, mais ornamental do que funcional da vida, lhes proporcionou um tipo de cultura e de comportamento social de um egoísmo cego e mesquinho e de uma total incompreensão da alma e dos sentimentos populares. (CASTRO, 1967, p. 146-147)

Considerando que a obra em análise se trata de uma encomenda para o público estadunidense, é importante exemplificar o esforço do autor em explicitar minuciosamente as condições históricas, sociais, culturais e políticas, principalmente para esclarecer que a mudança de atitude do povo nordestino não decorre de influências de ideias comunistas externas, mas das condições de vida da própria população que estava sendo deteriorada, em virtude do beneficiamento de uma classe social.

É neste sentido que Josué de Castro articula uma ideia de educação ao sistema político, econômico, social e cultural daquele período. São as engrenagens da máquina estatal, assim como as estruturas sociais e agrárias, que emperram a ascensão cultural do povo – como já mencionado – pensada e articulada para a manutenção do *status quo*. Desta forma, antes mesmo de se pensar uma estratégia educativa, é preciso esclarecer o povo e aclarar acerca dos desníveis em curso no território brasileiro, cientes dos investimentos concentrados em apenas uma região – desníveis no acesso à educação, à cultura e, principalmente, à alimentação. O Escritor,

A verdade é que estes abismo cavado entre os dois Brasis a que já fizemos alusão, o Brasil pobre e o Brasil rico, o Brasil do Norte e o Brasil do Sul, o

Brasil feudal e o Brasil industrial – em nenhum setor é mais profundo do que na vala que separa o Brasil letrado do outro imensamente mais vasto, o Brasil analfabeto. Essa é uma das expressões mais terrivelmente marcantes do complexo do subdesenvolvimento do país. E ninguém pode negar que o analfabetismo e a ignorância foram em grande parte mantidos como um cimento para conservar de pé o desconjuntado edifício da estrutura feudal, cujas pedras ameaçavam desabar ao menor choque, já não digo das forças políticas em jogo, mas ao menor choque das ideias (CASTRO, 1967, p.157).

Este fragmento, além de explicitar a correlação de educação e sistema econômico, elementos presentes em algumas narrativas do autor, destaca também algumas palavras-chave, como letramento, analfabetismo, subdesenvolvimento e ignorância. São vocábulos que demonstram, no discurso do Autor a ideia de, que a educação é um caminho preponderante no combate ao feudalismo nordestino; não só ao feudalismo, mas também se propõe como um meio de superação ao subdesenvolvimento da Região.

Daí a suspensão com que sempre olhavam os estudiosos mais ousados, que lutavam por uma tomada de consciência educacional, por uma educação que não fosse apenas um privilégio, com o qual se dominam os espíritos de toda a coletividade, como se domina a sua massa, com o privilégio ou o monopólio da terra. Para que o latifúndio pudesse sobreviver não bastava que a terra permanecesse em sua maior parte inculta, era também necessário que os homens continuassem em sua maioria incultos. (CASTRO, 1967, p.157).

A defesa de que a estrutura feudal seria responsável pelos problemas que tinha a região Nordeste sempre foi um dos objetivos de Josué de Castro, assim como um dos seus caminhos explicativos¹⁵ para os problemas relacionados ao campo social, cultural e educacional do Nordeste e de algumas regiões do Brasil.

Quando o Autor falou claramente de educação, atrelou diretamente à falta de esclarecimento o problema do analfabetismo e da ignorância como uma consequência da estrutura feudal instalada na Região nordestina. É clara no seu discurso também a defesa de que somente a educação por meio do esclarecimento conjuntural, ou seja, das raízes dos problemas sem faces escusas, seria o antídoto dos males da Região.

É forçoso mencionar aqui, como já dito, que o Autor não prega a revolução de fato, como escreve neste livro ora analisado. O que o ele faz é um prognóstico, baseado nessa realidade denunciada: se não forem feitas reformas na estrutura, a fim de superar o sistema econômico vigente, para alcançar uma estrutura que redistribua tanto as riquezas

¹⁵ Outro caminho já tratado aqui no texto é uma conjunto de explicações por meio da fome e alimentação; para ele, a falta de um regime alimentar adequado para a população explicava os problemas de produção, educação e cultura do Brasil.

como os sacrifícios de forma equivalente, inevitável seria uma revolução popular que teria a violência como uma de suas ferramentas de luta e de defesa.

Com isso, *Sete palmos de terra e um caixão* não se afasta do caráter reformista das ideias do Autor, caráter exposto em outros livros. Nota-se, na obra analisada, um aguçado senso crítico acerca da situação nordestina, fazendo paralelos, inclusive, com a realidade da América Latina. Avalia a situação dos países latino-americanos, correlacionando-a com os problemas da Região nordestina, comparando limites, semelhanças e divergências.

Ante essa análise, critica o modelo de formação educativa da América Latina e, conseqüentemente, do Nordeste brasileiro. Josué de Castro acredita que uma formação academicista, ancorada em uma arte rebuscada de cultura, não tem efeitos positivos para o povo e para a real emancipação deles dos países centrais, como é o caso dos Estados Unidos da América. É preciso uma educação mais efetiva, ligada diretamente à resolução dos problemas dessas regiões. Assim, propõe-se uma educação prática, resistente à reprodução de modelos culturais e artísticos, cujas ações dominantes agravam a pobreza das populações desses países. Para Castro, isso reflete diretamente na dominação social, cultural, econômica e intelectual do povo latino, uma vez que se espera, também, além da emancipação dos oprimidos, a emancipação dos opressores. Sendo assim,

A América Latina sofre de falta de capitais e de uma armadura técnica, pois o seu ensino acadêmico dá as costas ao mundo moderno. À epopeia dos Morgan, dos Ford, ela prefere a *Ilíada* de Homero. Recusa-se a ler os balanços dos lucros das empresas em favor da leitura dos poemas parnasianos. Faltando-lhe o espírito empresarial, a América Latina tudo espera das democracias ocidentais e nas suas mãos depõe os seus interesses e o seu futuro. (CASTRO, 1967, p. 178).

Esses enunciados são reafirmados em outro discurso de Josué de Castro, proferido ao assumir a cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1948. Ao mencionar a função social da universidade, defende a noção de que:

Compete às universidades acompanhar de perto a marcha da cultura, com o mesmo cuidado que dedica um jardineiro ao cultivo de suas plantas. É que a evolução cultural se processa pelo germinar contínuo de elaborações e de convicções criadas pelo suceder das gerações. (CASTRO, citado por CARVALHO, 2007, p.132).

Houve, assim, uma evolução com arrimo nas ligas camponesas, no esclarecimento sobre a manipulação do sistema econômico da Região. Assim, consoante o autor, no que diz respeito à realidade de exploração dentro desse regime econômico feudal, o qual

conduziria ao subdesenvolvimento da Região, é importante que se proponha uma mudança na educação, de forma a ancorar técnica e socialmente as novas práticas dessas populações. Com outras palavras, é necessário dar suporte às práticas educativas para que elas possam contribuir no saneamento da estrutura econômica, política, cultural e social.

Josué de Castro, fiel às suas concepções, acreditava nas reformas, desde que elas acontecessem de modo a concretizar mudanças substanciais, voltadas para o bem-estar do povo. Assim, não poderiam jamais ser instrumentos para maquiagem os problemas e as falhas do sistema econômico. Apesar de querer a superação do feudalismo, não defende a substituição do capitalismo por outro modelo socioeconômico, mas reformas profundas na estrutura do modelo vigente.

Cabe destacar, todavia, o pioneirismo das ideias e das concepções do autor em um contexto desenvolvimentista: um cenário no qual a massa intelectual estava pensando um projeto de formação de um País independente. Enquanto alguns idealizavam a emancipação do País pelo melhoramento indiscriminado da raça ou, ainda, mediante as concepções malthusianas¹⁶ de controle de natalidade, Josué de Castro pensava no desenvolvimento do povo e, conseqüentemente, do Brasil como nação, sempre tendo como foco a alimentação, seja pela superação da fome, seja pela reforma econômica de teor agrário de fortalecimento do mercado interno.

Em nome do seu conhecimento científico, Josué de Castro assume responsabilidade perante a sociedade, reafirmando a posição de cidadão, deixando explícito, mais uma vez, seu pioneirismo. Nas suas análises científicas, deixa claro que os objetivos diretos de suas observações migram para a realização de uma transformação social. Demonstra, em sua atuação cidadã, o que propaga em seus discursos de crítica ao intelectualismo e à neutralidade. Por acreditar “em um futuro promissor da humanidade” (SILVA, 2009), confiava na formação humana e no fato de que essa formação deveria caminhar junto com a solidariedade, rumo a um futuro próspero dos homens:

Não é possível que alguém que se preocupasse como eu, com o problema da fome, do subdesenvolvimento e da miséria não estivesse sempre com esta ansiedade, esta preocupação e angústia sobre o futuro da humanidade. Por outro lado, como homem de ciência, que procura ver, vislumbrar o que pode trazer a ciência e a técnica à humanidade, ao mesmo tempo que essas a ameaçam, só um homem que tem esperança e que no fundo é um otimista a longo prazo— depois de todas as tormentas porque estamos passando ou iremos

¹⁶ Conceito de que o crescimento da população é que era a explicação da pobreza. Defendia a ideia de que a produção de alimentos cresce numa progressão aritmética enquanto a poluição se desenvolve progressão geométrica.

passar! – acredita que virá certamente uma era de civilização verdadeira para o homem de amanhã (CASTRO apud SILVA, 2009, p.157–158) ¹⁷

O principal indício educativo na obra ora em comento, ante a intrínseca relação entre fome e subdesenvolvimento presente em outros escritos de Josué, está ancorada na importância do esclarecimento profundo das coisas, principalmente na investigação histórica. Para o autor, apenas com suporte em uma análise profunda da história, sem véu, é que poderão ser entendidos, de fato, os acontecimentos e, assim, é possível desenhar reformas.

O esclarecimento de um povo – temática que permeia, ainda que implicitamente, toda a obra de Josué de Castro – é a força motriz de qualquer transformação, seja social ou ideológica. É o contato com a verdade dos fatos que promove a superação de práticas opressoras, manipuladoras, que beneficiam apenas uma parcela dos homens. Josué de Castro defende, portanto, durante toda a sua vida, a tese de que desvendar a história é crucial para a mudança dos homens. O Autor vê sua obra como porta-voz para essas questões:

Um aviso sim! Tenho impressão que é uma espécie de grito de alerta. Quando escrevi a Geografia da Fome em 1946, e depois a Geopolítica da Fome, em 1950, em que denunciei ao mundo o problema da fome, que até então era tabu, do qual não se falava, se tinha medo [...] e a repercussão que teve, através de vinte e cinco traduções, em vinte e cinco línguas diferentes, da Geopolítica da Fome através do eco de interesse e simpatia, com que foi recebida essa revelação (com críticas e acusações severas), mostra bem que foi um grito. (CASTRO apud SILVA, 2009, p. 159).

E ainda que:

[...] foi talvez uma revelação, [...] Só o tempo dirá se essa revelação fez mudar os destinos do mundo ou não. Poucos são os livros que interferiram no mundo. [...]. Não é com livros que se mudam os destinos do mundo, mas pelas atitudes. Os homens de pensamento pesam pouco no centro das decisões políticas daqueles que dirigem a humanidade. Mas, de vez em quando, alguns pensamentos, algumas ideias, têm uma tal força de penetração que fazem com que esses homens, mais preocupados com a ação do que com a reflexão, pensem em pouco e mudem, faça até certo ponto, transformar aquilo que é necessário mudar, que são as estruturas sociais, econômicas e políticas, que hoje emperram a aplicação do progresso, da ciência e da técnica, em benefício da humanidade. (CASTRO apud SILVA, 2009, p. 159).

¹⁷ Segundo Silva (2009, p. 71)) esses trechos foram “extraídos de várias entrevistas concedidas entre 1968 e 1972 e representam os últimos depoimentos de Josué de Castro, evidenciando sua preocupação diante das perspectivas futuras dos rumos da sociedade humana. Neste final de século estamos vivenciando as considerações de suas reflexões baseadas na Prospectiva. Vide: Conversando com Josué de Castro. Seara Nova, Portugal, 1970, p. 4,8 [...]

Suas concepções, portanto, estão ancoradas na ideia emancipatória da população nordestina. Malgrado pesarem menos nas decisões políticas, propõem como possíveis mudanças na humanidade. Por conseguinte, reafirma-se a presença de indícios de uma proposta educativa em sua obra, ancorada na verdade, no esclarecimento e na emancipação das populações, seja por intermédio de uma aproximação da temática da fome e do acesso à alimentação, seja diante de suas descrições profícuas acerca do sofrimento do povo nordestino-brasileiro.

5 UM HOMEM DE PRINCÍPIOS E NÃO DE PARTIDOS: os discursos políticos de Josué de Castro

Neste capítulo, destacam-se alguns aspectos dos discursos de Josué de Castro que apontam uma proposta educativa em sua obra. Privilegiam-se, com efeito, seus discursos, pelo fato de o autor ter tido uma atuação somente no campo das ideias, mas também no terreno das ações, partindo para vida política. Optou-se, então, por analisar alguns dos seus discursos, seja como deputado federal, como professor, em posse de alguma cátedra, ou ainda como presidente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

Para cumprir com tais intentos, elegem-se como fonte de pesquisa os discursos contidos na coletânea *Josué de Castro: Série Perfis Parlamentares*, divulgado pela Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasil, publicado em 2007¹⁸.

O documento reúne entrevistas, artigos de renomeados intelectuais sobre a personalidade pública de Josué de Castro, assim como os principais discursos do Autor proferidos na Câmara durante os seus dois mandatos, iniciados em 1955 e 1959.

Utiliza-se também o discurso proferido pelo autor ao assumir a cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1948¹⁹, publicado pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Encontra-se o referido discurso transcrito do original em Carvalho (2007).

Inicia-se, então, breve prolegômeno do cenário político no período dos mandatos de Josué de Castro e suas filiações partidárias, para assim esboçar alguns trechos dos seus discursos. Propõe-se esse momento – assim como nos outros capítulos – um espaço privilegiado de Josué de Castro. Dar-se-á, portanto, destaque à sua escrita mediante as citações de suas falas de político engajado.

5.1. O Josué de Castro como *deputado federal*

O Brasil vivia, na década de 1950, os resultados do auge desenvolvimentista da política de Juscelino Kubitschek e a efervescência do período democrático. Josué de Castro, ligado a Getúlio Vargas, candidata-se a deputado federal, por Pernambuco, pelo

¹⁸ Não foi possível ter acesso aos discursos originais, portanto usa-se a coletânea citada como fonte de identificação dos discursos de Josué de Castro relacionado com o objetivo da pesquisa.

¹⁹ Discurso se encontra também no livro do autor, *Ensaio de Biologia Social* de 1957.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ingressa nesse terreno da política. Sobre o motivo de vincular-se à política partidária, explica,

Cheguei à conclusão de que as forças de reação se organizam numa articulação ostensiva contra o liberalismo progressista, pretendendo esmagar quaisquer tentativas de se obter um certo progresso social através de medidas de libertação das classes mais pobres do regime de fome em que as mesmas vegetam. Diante disto, tenho a impressão de que não me é possível ficar à margem da luta, depois de ter denunciado nos meus livros a desigualdade social e o desequilíbrio econômico como as causas principais do marasmo desta zona do Brasil onde nasci, e por isto resolvi considerar a possibilidade de candidatar-me a deputado federal no próximo pleito (...) (CASTRO *apud* MELO E NEVE, p.56).

Era um período de efervescência política, de reivindicações populares, de urgência de transformações políticas, sociais e culturais no quadro brasileiro, tanto pelas vias da industrialização como pelo caminho do desenvolvimento humano. Candidata-se, então, Josué de Castro, buscando oportunidades de materializar suas ideias:

Josué de Castro ingressou na vida político-partidária, movido pelo anseio de contribuir com os seus conhecimentos na formulação de propostas para a solução de problemas sociais, econômicos e políticos relacionados à problemática da fome. Como intelectual engajado, ele sempre considerou essas questões nas suas inter-relações estruturais, nacionais e internacionais. Avesso às óticas marcadas pelo localismo e o regionalismo, o mandato de deputado federal apresentou-se como um espaço de atuação compatível. (MELO E NEVE, p. 77).

Nesta perspectiva, sua atuação como parlamentar foi coerente com suas ideias iniciais de escritor e professor:

Em dois mandatos Josué de Castro manteve essa dimensão. Todas as questões específicas trazidas para o debate eram tratadas e contextualizadas por ele nas suas concatenações mais gerais. Traduziam-se em denúncias fundamentadas e análises circunstanciadas em torno do modelo de desenvolvimento econômico dominante, baseado nos desníveis de renda, na concentração da terra, na sujeição a interesses externos, na truculência política e no monopólio do conhecimento. Concretizam-se em propostas de políticas públicas e projetos de lei apoiados na força de uma argumentação tecida por um grau elevado de conhecimento intelectual e factual. Ao lado da condição de pesquisador e da vivência internacional, as experiências de Josué de Castro em instâncias federais de governo como formulador e gestor também contribuíam para qualificar a sua atuação parlamentar. (MELO E NEVE, p. 77).

Josué de Castro argumenta que sua posição no plenário não foi tão confortável, uma vez em que os interesses de desenvolvimento econômico eram buscados a qualquer custo, pautados no lucro em benefício de apenas uma parte da população brasileira. Sua carreira fora constituída em torno do tema da alimentação e da fome. Nesse novo contexto, essas temáticas não foram apreciadas e surtiram pouquíssimo efeito de

convencimento nos demais colegas pela votação de projetos que beneficiassem a maioria da população. Assim, Castro teve que se preparar para tentar transformar seus ideais em projetos:

Quando me candidatei, fi-lo com a grande esperança de poder trazer ao Parlamento Nacional a modesta experiência que tenho dos problemas do nosso povo, das suas condições de vida, que venho estudando há 25 anos, desde que realizei na cidade do Recife o primeiro inquérito sobre as condições de vida das populações do Nordeste, em 1932(...) Aqui chegando, verifiquei minha falta de preparação, a dificuldade de transpor para o campo da legislação aquela experiência e aqueles ímpetos de realização de melhoria das condições de vida que trazia dentro de mim. Foi por isso que, durante um ano, em lugar de apresentar projetos, tratei de aprender, de estudar, de observar e me preparar para realizar, dentro de minhas modestas possibilidades, o que penso fazer este ano: apresentar uma série de projetos independentes sobre os problemas agrários do Brasil.²⁰

Para Melo e Neve (2007), os discursos de Castro estão intrinsecamente relacionados com os *10 pontos para Vencer a Fome* que o autor formulou na década de 1950, quais sejam:

1. Combate ao latifúndio.
2. Combate a monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.
3. Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras, que não resistem a longos transportes sem os recursos técnicos de refrigeração.
4. Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.
5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.
6. Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura, assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.
7. Progressiva diminuição até a absoluta isenção de impostos sobre a terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação.
8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.
9. Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.
10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, a qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene, como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra erosão. (CASTO apud MELO E NEVE, p. 79).

²⁰ CASTRO, Josué de. *O problema da Carestia no Brasil*: discurso pronunciado na Câmara Federal em 23-3-1956. In: *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

È clara no decálogo ora apontado uma articulação do Autor de áreas do conhecimento para planejar ações de enfrentamento da fome. Segundo Castro, é na articulação dessas diversas áreas que é possível empreitar soluções eficientes para o desenvolvimento social. A dimensão interdisciplinar do Autor traz à tona as concepções que imprimiram as ações deste na qualidade de parlamentar ao sugerir projetos para o Brasil.

A trajetória política de Josué de Castro, dessa forma, foi pautada na busca de concretizar suas concepções de uma sociedade sem fome. Destaca-se, com efeito, uma coerência entre o que ele propagava como professor e o que buscava realizar feito político, visto que os seus discursos na Câmara dos Deputados estavam sempre relacionados de alguma forma à questão alimentar. Em decorrência dessa atuação, sua atitude política não foi uma unanimidade, sofrendo, inclusive, sanções dentro do seu próprio partido político. Melo e Neve descrevem que,

Na sua trajetória política, Josué de Castro sempre esteve alinhado às forças de esquerda. Filiado ao PTB, diferenciava-se pelas posições mais avançadas e, não poucas vezes, sofreu sabotagens vindas de moderados e conservadores do seu próprio partido. Próximo de Francisco Julião e das Ligas Camponesas, dos movimentos sindicais e das articulações e campanhas em que estavam envolvidos socialistas e comunistas, ele denunciava firmemente o anticomunismo e, em duas das três eleições em que se candidatou, contou com o apoio do PCB. Mas, definindo-se como “homem de esquerda”, declarava-se não-comunista e acentuava: “ditadura, nem do proletariado” (2007, p. 81).

Nessa perspectiva, as suas “propostas mais audaciosas” no Congresso não tiveram muito sucesso. Essas propostas estavam ligadas à reforma agrária, à “tentativa de estabelecer a indenização de terras desapropriadas pelo valor histórico, e não pelo valor venal” bem como ao embate de “esforço pela estipulação de uma faixa obrigatória e proporcional de terras para a lavoura de subsistência. Perdeu em companhia de todo o povo brasileiro”. (MELO E NEVE, 2007, p.53).

Sua atuação, por conseguinte, foi mais intensa no segundo mandato – que vai de 1959 a 1962, em comparação ao primeiro mandato que foi de 1955-1958 – pois o “autor encaminhou projetos de leis, fazendo pronunciamentos e articulando blocos parlamentares, como a frente parlamentar nacionalista e a frente parlamentar do nordeste”. Seu mandato, todavia, interrompe-se em maio de 1963, pois passa a ser representante do Brasil na Organização das Nações Unidas – ONU. (MELO E NEVE, 2007, p.54).

5.2 Alimentação, fome e educação: uma defesa da coletividade

A coletânea, em parte aqui analisada, traz 61 discursos proferidos por Josué de Castro quando era deputado federal, os quais estão divididos nas seguintes categorias: *Teias da Política; Economia e Nordeste; A questão Agrária; Cultura, Ciência e Educação e Política Internacional*. A pesquisa ora apresentada se detém, principalmente, aos discursos da categoria *Cultura, Ciência e Educação*, embora não se pretenda esboçar os discursos na íntegra, mas apenas trechos que destacam aspectos ligados diretamente à educação.

Com foco nesses aspectos, inicia-se com a análise do discurso “*Greve dos estudantes de engenharia de Pernambuco de 1958*”. Nesse documento, restam claras a concepção de universidade adotada por Josué de Castro, bem como sua defesa do direito à educação universitária de qualidade para os estudantes:

[...] o direito de terem aulas, de estudarem e de aprenderem. Protestaram contra a inoperância da escola, que não lhes dá aulas práticas para o curso de Engenharia, e exigiram que lhes fosse oferecida a possibilidade de reestruturar os cursos de maneira que realmente saíssem de lá engenheiros práticos, e não apenas leitores dos tratados de Engenharia. (...) infelizmente, a reitoria da Universidade de Pernambuco também não deu atenção alguma ao pedido, ficou ausente do problema, numa indiferença característica daqueles que não compreendem o que é universidade e espírito universitário. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p. 93–94)²¹.

O autor segue em seu discurso afirmando que,

Como pernambucano conhecedor dos problemas da universidade do meu estado, trago ao conhecimento do Parlamento e do Brasil o fato de a reitoria de Pernambuco só se ter preocupado com a melhoria de aspectos materiais, obtendo verbas razoáveis que são aplicadas em aprimorar as fachadas dos edifícios, sem tomar interesse no edifício real, no material mais nobre de uma universidade, o material humano, ou seja, os estudantes que lá vão, não para brilhar em casas de alto luxo num país como este, de pauperismo e de miséria, mas sim para aprender a fim de produzir para, produzindo, nos arrancar dessa situação angustiante. (IBID, 2007, p. 93–94)

Destarte, o Autor utilizou-se de oportunidades públicas que tinha para defender suas ideias. Por ser um intelectual e um escritor reconhecido na época, sempre era solicitado para proferir palavras em homenagem a algum “imortal”. Assim, usava essas

²¹ Ver nota de rodapé anterior.

oportunidades para defender os princípios de uma sociedade sem fome, articulada com o desenvolvimento autônomo da sociedade.

Assim, no seu discurso de 22/03/1955, proferido na Câmara de Deputados, em *Homenagem a Alexandre Fleming*, Castro mostra a sua visão de ciência e de aplicabilidade desta em benefício da sociedade. Nas palavras de Josué de Castro,

Entretanto, não basta dizer que Fleming foi um grande cientista, foi um grande investigador, foi um grande descobridor, foi um revolucionário da ciência, porque mais do que isso ele foi um grande homem interessado em que as descobertas e os progressos que ele pôde obter no campo da bacteriologia não se limitasse à simples investigação pelo prazer de descobrir, não se limitasse à ciência do saber pelo saber, mas à ciência do saber para servir, e que estas aquisições fossem levadas ao campo social e aplicadas em benefício da humanidade. E por isto é tão alto dar-lhe tal glória, tal nimbo, idêntica à que ele merece por ter sido um investigador invulgar. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p. 163).

Já no discurso *Universidade Internacional de Estudos Sociais*²², Josué de Castro relata os motivos de não concordar com a contribuição financeira brasileira defendida no projeto nº 4172-A, de 1954 que trata de uma abertura de crédito para as atividades daquela instituição, a ser construída nos Estados Unidos da América. Apesar de defender sempre a universidade como um caminho para o desenvolvimento da sociedade, ele menciona:

Quero falar o assunto para me pronunciar contra o projeto. As razões que me movem a me manifestar contra o projeto são razões de princípios. No momento grave que atravessa o Brasil, de crise social caracterizada, cujas bases assentam nas dificuldades econômicas agravadas por uma série de erros acumulados que conduziram o país a essa situação crítica, nesta emergência, não é possível que o Congresso fique indiferente e aprove verbas que não sejam aquelas necessárias para o [ilegível] mínimo que mantenha a vitalidade do nosso país. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.164).

Josué de Castro aproveita, dessa maneira, para criticar a falta de atitude dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, países industrializados e tidos como desenvolvidos, em não aderir ao projeto de se construir uma reserva alimentar mundial, supranacional, para ajudar os povos famintos no mundo. Alertava, ainda para o fato de, que o Brasil precisava se concentrar em resolver os problemas da sua crise financeira

²² Limitam-se as datas, quem propôs o projeto, e outras questões pelo fato de não ter tido acesso ao discurso na íntegra, mas apenas os transcritos na coletânea eleita aqui como fonte dos discursos do autor. Visto que é uma publicação oficial da Câmara de deputados nos resguarda sobre a veracidade das informações.

interna, haja vista a inflação que assolava o País no período, graças aos desastrosos planos de política interna. Josué de Castro argumenta:

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que na conjuntura atual seria absurdo, seria mesmo um atentado para a economia popular, aprovar a avultada verba de Cr\$ 14.000.000,00 para uma instituição, mesmo que seja de cultura e ensino. (...) Ora, Srs. Deputados, os Estados Unidos e a Inglaterra não têm dinheiro para dar a um fundo internacional de luta contra a fome, mas o Brasil, país de fome, pretende ter dinheiro para entregar a uma instituição internacional de altos estudos, estabelecida nos Estados Unidos. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p. 164).

O autor segue nesse raciocínio e conclui:

É contra este contra-senso econômico que venho solicitar desta tribuna, a atenção do Congresso. Não se trata do projeto em si – nem desejo entrar no mérito da instituição que se quer proteger; trata-se de um princípio essencial, qual seja o de legislarmos para criar no Brasil, em matéria de educação, em matéria de saúde, em matéria de alimentação, uma política social que permita ao povo brasileiro obter o mínimo de conforto necessário, para que ele alcance um nível de produtividade capaz de tirá-lo do atoleiro econômico em que está metido por essa política que não é da previdência social, mas da imprevidência social. (...) (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p. 164).

O pronunciamento de Josué de Castro sobre o recebimento do *Prêmio Internacional da Paz*²³ na Câmara dos Deputados ressaltou suas convicções e seus ideais de um mundo de paz, como também sua luta de combate à fome:

Desejo declarar que sempre trabalhei e continuarei a trabalhar pela paz. Não conheço missão mais digna, mais necessária, mais dignificante da condição humana e da condição por excelência do intelectual do que trabalhar pela compreensão entre os homens, propondo-se dentro de suas limitadas possibilidades a ser sempre um instrumento de ligação, de interpretação, de confiança e de compreensão, numa hora grave como a hora atual do mundo, hora de tremendas tensões sociais que ameaçam afundar o mundo numa conflagração irremediável (...) (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p 166-167).

Destaca ainda no mesmo discurso sobre o papel dos intelectuais na sociedade, valorizando o uso do conhecimento para a emancipação social:

Creio que um dos deveres essenciais dos verdadeiros intelectuais é o de arrasar com os tabus. Os tabus, as interdições tabus são fenômenos primários, fenômenos das estruturas, das culturas primitivas, das culturas pré-científicas, onde se acredita no misterioso, no incompreensível, na força demoníaca do mal, e em outras forças ocultas que envenenam e contaminam as coisas, tornando-as intocáveis: criando os tabus. Enfrentar os tabus para esclarecer, para esvaziá-los do seu sentido tabu e para torná-lo uma coisa simples e pura, uma coisa tocável, uma coisa não contaminada, uma coisa compreensível, uma

²³ Recebe o Prêmio Internacional da Paz, em 1954, do Conselho Mundial da Paz, pela sua obra e sua trajetória como intelectual e cidadão.

coisa explicável. É nesse sentido que eu desejo dizer que trabalharei com convicção para vencer o tabu da paz, como consegui – vencer e me orgulho disso – o tabu da fome. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p 166-167).

Ao se pronunciar sobre a morte de Albert Einstein, na Câmara de Deputados em 26 de abril de 1955 no discurso *Memória de Einstein*, Josué de Castro, aproveita para mencionar suas concepções sobre ciência a cerca do valor do conhecimento científico para uma sociedade que preze pela paz mundial e pela soberania alimentar:

O progresso científico se realiza por dois diferentes caminhos: seja pela descoberta de novos fatos, ou seja, pela concepção de novos sistemas ou mecanismos concebidos á base de fatos já conhecidos. É surpreendente a constatação de que todos os grandes avanços, os grandes marcos da evolução da ciência, foram estabelecidos através desse segundo processo. Sem descobertas de novos fatos isolados, mas pela concepção de novas leis gerais, a partir das quais pode ser deduzida uma imagem representativa do mundo em toda a sua multiplicidade de aspectos. Marco desta categoria foram os sistemas astronômicos de Copérnico, a mecânica da gravitação de Newton, a lei da seleção natural de Darwin, a teoria dos reflexos condicionados de Pavlov e o mecanismo de ação do inconsciente de Freud. E foi também no começo do nosso século a teoria da relatividade concebida por Albert Einstein. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.168).

Defendeu na Câmara de Deputados a diminuição da tarifa dos livros pelos correios em 09 de maio de 1956, no discurso *Livros e tarifas dos Correios*, no qual argumenta:

Apelo para o governo no sentido de que, nessa revisão que se impõe como uma necessidade, em face das contingências atuais, cuide desse problema, a fim de que a carestia de vida não se estenda também aos livros, num país que tem fome não só de alimentos para o corpo, mas também de alimento para o espírito. E ele vai morrer de fome espiritualmente em toda a hinterlândia brasileira, para onde não mais serão enviados livros, desde que os livreiros declaram categoricamente que o serviço de reembolso postal, única maneira de se levar o livro ao interior, está asfixiado, estagnado, paralisado, em virtude das novas e exorbitantes tarifas. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.169).

Com o mesmo intento de defender o conhecimento científico, entrega para apreciação o projeto nº2. 210, de 1956, o qual propunha “autorizar o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$300.000,00 para auxiliar as despesas da II Jornada Brasileira de Bromatologia²⁴, a realizar-se em abril de 1957”. Na justificativa do projeto, Castro explicita:

²⁴ Ciência dos alimentos sobre o assunto ver: SALINAS, R. D. *Alimentos e Nutrição*: Introdução à Bromatologia 3. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

A II Jornada Brasileira de Bromatologia, que visa o debate e a formulação de recomendações sobre os aspectos educacional, técnico-científico e agroindustrial da alimentação, constitui uma iniciativa valiosa que está a merecer o apoio oficial para maior garantia do seu bom êxito. Foi este reconhecimento da valia desta iniciativa que me levou a propor a abertura de um pequeno crédito especial como ajuda material a esta patriótica e fecunda iniciativa. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.170)

Segue o autor asseverando não ser:

[...] necessário esclarecer a importância e a gravidade do problema alimentar brasileiro, cuja solução é um imperativo da consciência nacional. Toda iniciativa que possa contribuir para focalizar este importante problema, para abrir novos rumos a políticas de alimentação e para ampliar os recursos alimentares do país deve merecer o apoio e os aplausos dos poderes públicos, aos quais compete velar pelo bem-estar coletivo. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.170).

Característica marcante da atuação de Josué de Castro como deputado federal foi a insistência na defesa dos encontros científicos, notadamente os que se relacionavam a alimentação, e defendia soluções de enfrentamento do drama da fome, como ele já havia o feito ao propor ações científicas explícitas no item nove descrito aqui no texto na página três. Isso reflete a ação articulada do autor em defesa de uma sociedade sem fome. Como político, elaborava projetos com vistas ao favorecimento e à concretização desses eventos. Exortava a todos a ideia de que, para as entidades científicas recebessem, de fato, ajuda financeira, era necessário se comprometer em publicar os documentos do encontro em anais.

É nesse caminho que, no discurso *Congresso de economistas*, defende um projeto de ajuda financeira para o I Congresso de Economistas do Nordeste, a realizar-se em setembro de 1958. Para Josué de Castro, a ajuda se justifica pela

A crise econômica por que atravessa o Nordeste brasileiro impõe uma revisão objetiva dos problemas dessa região a ser levada a efeito com critérios científicos e imparcialidade. Ninguém melhor equipado para realizar esta tarefa do que os economistas que trabalham na região em contato direto com seus problemas básicos. (...) (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p. 171-172)

Elaborou o projeto sobre o Ensino Superior de Nutrição, por meio do Projeto nº 904, de 1959, o qual “Dispõe sobre o ensino superior de Nutrição, regula o exercício da profissão de Dietista (Nutricionista)”. Daí o grande destaque que o autor tem no campo

da Nutrição: foi um dos defensores dessa profissão, pois, para ele era essencial no desenvolvimento da sociedade.

Além de propor ajuda financeira para eventos científicos, que considerava imprescindíveis para o planejamento estratégico do País, seus escritos denotavam também uma preocupação em defender a cultura. Sendo assim, em seu discurso *Quarto de despejo*, congratula a autora Carolina Maria de Jesus pela obra que, segundo Josué de Castro, “é uma nova literatura que surge no Brasil”.

O livro *Quarto do despejo* é o diário de Carolina, uma catadora de papéis, semianalfabeta, que vivia na favela do Canindé, em São Paulo. A obra é um diário autobiográfico e um documento sobre a vida dos moradores das favelas no período de 1955 a 1960, fase de grande efervescência no País, marcada pela criação da capital brasileira, Brasília. Carolina destaca a miséria, o desperdício de alimentos e o descaso dos políticos em relação àquelas populações, as quais somente eram procuradas e visadas no período eleitoral. Com uma escrita sensível e crítica, a Autora revela os desníveis sociais: enquanto uns continuavam a morrer de fome na favela, outros habitariam as grandes mansões da nova obra arquitetônica do País. Josué de Castro reflete:

Refiro-me ao livro que acaba de aparecer, de Carolina Maria de Jesus, cujo título, *Quarto de despejo*, mostra bem que trata da miséria reinante no país. E não trata dessa miséria como demagogia nem mesmo como interpretação filosófica ou sociológica, mas como um grito de protesto contra essa realidade que tem sido tamponada, escondida, escamoteada por aqueles que se julgam patriotas por encobrir nossa miséria e deixar que ela se prolongue indefinidamente, contra os interesses do nosso povo.

Presto homenagem a essa autora, a essa pobre mulher que viveu a fome e que sofreu a fome, não cerebralmente, como interpretação, mas que sofreu na sua própria carne a fome no seu estômago e não no seu cérebro. A minha homenagem a essa autora, que não fez demagogia, mas faz conhecer aos outros, sem objetivos demagógicos, o que significam a fome e a miséria. (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.173).

Nesta conjuntura cultural, em defesa desse teor de literatura, o Autor, em discurso intitulado *Universidade de Brasília*, em 27 de agosto de 1961, na Câmara dos Deputados, faz uma crítica ao sistema universitário brasileiro:

Tem faltado no Brasil esta consciência integral de sua realidade e os recursos técnicos, os meios de tecnologia científica para o país aproveitar, de maneira racional, as suas possibilidades naturais e emancipar-se do seu estado de subdesenvolvimento. Arriscam-se os países que desejam desenvolver-se sem esta consciência, sem esta base plena de sua realidade, a fazerem importação daquilo que um escritor, economista e sociólogo europeu chamou de “as utopias de exportação”, exportar planos feitos, moldados em outras realidades que não aquelas onde vão ser aplicadas. (...) No fundo, as universidades

brasileiras são escolas profissionais do tempo de Napoleão. Ora, entre Napoleão e os meados do século XX houve um grande progresso, principalmente de natureza científica. (...) (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.174).

Assim almeja o Autor, em seu discurso, sensibilizar a sociedade para a necessidade dessa nova universidade brasileira se comprometer com uma formação humana verdadeira, moderna, apta a apontar caminhos para a solução dos problemas nacionais:

Pois é isso que desejamos: uma universidade autenticamente formada pelos elementos que permitam chamá-la enfaticamente uma universidade. São institutos de formação básica, de formulação de decisões e de pesquisas que permitam ao corpo, que se chama universidade, utilizar esses conhecimentos nos diversos setores das atividades humanas. (...) (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.174).

Com isso, Josué de Castro defende a ideia de que a criação de uma universidade deve considerar a acepção real da palavra Universidade: ter no seu âmbito uma preocupação universal com o conhecimento, a cultura, a educação e a sociedade. Josué de Castro assim exprime:

Isto é que é uma universidade, no sentido universal, globalizadora, totalizadora da cultura. O mais grave no momento atual é que essa cultura que se pulveriza e dispersa constitui um sério perigo que pesa sobre a civilização ocidental. Essa pulverização dos conhecimentos sob a forma de especialização forma o que alguns chamam de novos bárbaros, homens cada vez mais cultos e cada vez mais míopes e limitados, os especialistas, que só vêm o que está no seu campo microscópico, do grão de areia, ignorando o que se passa em torno, no macrocosmo.

Prossegue Josué de Castro:

A universidade deve integrar esses vários campos microscópicos numa visão macroscópica universal da cultura. Isto é que é ser universidade. E isso se planeja para Brasília. (...) É no sentido da defesa da democracia que se impõe a criação de uma universidade desse gênero, não da democracia em termos vagos, daquela que o escritor diz: a democracia não basta como democracia quando o direito que dá é continuar analfabeto, faminto e miserável, morrendo de fome e sem direito a nada mais que vegetar e morrer. Democracia é o direito de viver. E para viver é preciso, antes de tudo, saber, porque o caminho da conquista passa pelo do conhecimento. É como uma casa de formação, de conhecimento e de saber para as próximas gerações brasileiras que desejo ver criada a Universidade de Brasília. (...) (CASTRO apud MELO E NEVE, 2007, p.174).

Ao assumir, em 1947, a cátedra de Geografia Humana, da Faculdade Nacional de Filosofia, ele profere outro discurso com ideias que se coadunam com as descritas há

pouco. Intitulado *A função Social das Universidades*, Josué de Castro inicia seu discurso fazendo alusão ao pensador brasileiro Tristão de Athayde, refletindo sobre um texto deste sobre o verdadeiro humanismo universitário. Josué de Castro utiliza o ensaio de Alceu Amoroso Lima para começar as suas considerações sobre a universidade e o valor social da mesma:

Defendo com muita razão a tese de que é necessária antes de mais nada a re-humanização do ensino universitário hoje tão desumanizado pela técnica e pelo pragmatismo, o Sr. Tristão de Athayde aproxima conceitos de universidade de dois séculos diferentes, mas que ao seu ver traduzem uma mesma aspiração, uma mesma ideia de universidade: o conceito do cardeal Newman em meados do século passado e o conceito de Leavis em meados do nosso século. Para o ilustre crítico brasileiro, só haverá Universidade e verdadeiro espírito universitário, quando suas atividades intelectuais estiverem banhadas por uma onda de humanismo embebida das admiráveis qualidades preconizadas por Newman: a liberdade, o equilíbrio, a calma, a moderação, a sabedoria. Nos tempos que correm, eu gostaria muito que o Sr. Tristão de Athayde tivesse acrescentado à substância universitária mais uma qualidade, que me parece das mais indispensáveis para que se mantenha a dignidade do espírito universitário: a tolerância. Nenhuma falha é mais grave e poderá deturpar mais a fundo o sentido cultural de uma universidade do que a intolerância de qualquer categoria. Nada mais distante do clima cultural universitário do que o sentencioso e o dogmático e nada mais estimulante à sua vida do que a tolerância compreensiva. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.127).

Enfatiza que as universidades precisam ser autônomas, reflexivas, reafirmando seus compromissos com a investigação e o descobrimento; para tanto, seria indispensável que elas fossem libertadas dos sentimentos humanos de intolerância. Nesse sentido, menciona que, porém,

[...] não é apenas a intolerância religiosa que deve ser banida do ensino universitário, mas a intolerância a serviço de qualquer fanatismo, seja ideológico, seja mesmo rigorosamente científico. A verdade é que há também um fanatismo científico que se apresenta muitas vezes com agressiva ferocidade: o fanatismo do cientificismo estreito, detentor de verdades parciais e sempre temeroso de toda aventura da inteligência que possa alterar a disposição clássica e a estrutura do quadro geral do mundo, vindo a mudar o feitiço dos encaixes onde cabiam primitivamente os seus pedacinhos de verdade. (...) (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.128).

Esses ideais se alinham às aspirações da sua época de estudante de Medicina, haja vista que se refere à articulação entre teoria e prática como artifício preponderante no ensino universitário:

Tenho contudo a impressão que as qualidades essenciais, indispensáveis à vida universitária não podem ser adquiridas através de recomendações teóricas, nem mesmo por sua insistente repetição. São qualidades que só podem nascer através da própria experiência universitária. Só se exercitando em suas

elevadas funções a universidade ganha suas qualidades de pureza e de autenticidade e só possuindo estas qualidades pode ela desempenhar autenticamente as suas funções. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.129).

Além de contemplar a experiência como fator basilar para o bom desempenho de qualquer universidade, Josué de Castro exprime o valor que os conhecimentos intelectuais, especializados, modernos e culturais deveriam ter no seio universitário. Para ele, a universidade é espaço privilegiado para esses princípios humanitários:

A universidade deve ser o centro coordenador das mais altas atividades intelectuais. Nela se destila o saber como a essência intelectual da vida de uma cultura. Desta forma, deve a Universidade estar sempre indissolivelmente ligada ao organismo social que a gera e ao qual ela deve servir plenamente. Suas funções básicas são as de criar conhecimentos, de propagá-los e difundir e de defender as suas verdades contra as forças eventuais do obscurantismo. Três, pois, são as suas missões: a de investigação criadora; a de ensino universitário; a de vigilância e de defesa da cultura. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.129).

Critica a falta de criatividade de alguns espaços que se intitulam “universidades”, mas que, em verdade, não o são, por não terem se comprometido com uma investigação autônoma dos conhecimentos em benefício do ser humano. Reforça a ideia de que se um espaço contém um caráter investigativo criador – por mais que trabalhe em associativismo com outras escolas técnicas – poderá se tornar uma universidade. Com isso, Josué de Castro diz que:

A universidade formada pelo simples agrupamento de escolas técnicas profissionais, envolvidas com um pouco de tecido conjuntivo convencional também está longe do sentido autêntico de Universidade. Por outro lado, um simples instituto de tecnologia onde se pratique a investigação original, ganha foros de Universidade, independente do rótulo e da fachada. Infelizmente entre nós não se dava a devida importância aos trabalhos de investigação e ao de formação do espírito do investigador. E a verdade é que sem a pesquisa viva, sofre o ensino uma tremenda degradação. Faz-se uma aprendizagem quase sem a participação do pensamento, como um simples acúmulo, às vezes até prejudicial, de noções de preceitos preestabelecidos. A própria ciência, assim aprendida, torna-se suspeita – é uma pseudociência, instrumental e formularia, muitas vezes perigosamente manejada, com inconsciência e insciência. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.130).

A pesquisa foi outra concepção ardorosamente defendida pelo Autor. Argumenta que o conhecimento científico prova suas indagações sem obscurantismo e afirma, reiteradamente, pelas ações em sua vida e pelo corpo de sua obra, que a pesquisa comprometida com os valores humanos é um caminho de emancipação social.

Ademais, como o crescimento da ciência e da cultura é incessante e se nutre sempre pelas raízes da pesquisa original, a Universidade sem pesquisa é uma árvore morta, com o seu tronco aparentemente ficando num solo fértil, mas separado das raízes que deviam absorver os elementos formadores de sua seiva vital. E logo a árvore definha, murcha e seca, e, ao invés de dar frutos e sombra, permanece apenas como um obstáculo, como um espectro do passado morto. Foi longe de contribuir para a evolução cultural, se constituíram mesmo em barreiras empedernidas ao progresso da humanidade. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.1309.).

O Autor defende o caráter da interdisciplinaridade para enfrentar um problema. Para ele, a associação inter-relacionada de áreas diferentes do conhecimento ajuda a compreender a realidade à luz da ciência. Assim, foi-se desapegando de conhecimentos caducos; seu pioneirismo se demonstra pelo fato do Autor estar sempre atento aos novos conhecimentos, não se filiando a dogmas científicos. Para Josué de Castro, a tolerância, a sensibilidade científica e a humildade intelectual são fatores preponderantes para um cientista comprometido com a sociedade. Sendo assim, criticava o desfacelamento do conhecimento científico e a especialização exagerada, pois essa especialização em vez de possibilitar o esclarecimento do pesquisador, obscurece o seu tato científico:

Nos tempos modernos, os conhecimentos se ampliaram de maneira tão vertiginosa que o dilatado saber humano não mais pôde caber dentro de uma cabeça. Passou a época dos sábios enciclopedistas. Perdeu a erudição o seu prestígio universitário e a ciência tomou a dianteira do ensino superior. Na universidade do século XIX vamos encontrar o ensino não mais visando transmitir uma imagem unitária do mundo, mas fornecer clichês de suas realidades parciais, cientificamente mutiladas. O tremendo impacto do progresso científico acabou por fragmentar a cultura, por pulverizá-la em pequenos grãos de saber. Cada especialista de ciência, agarrando-se com unhas e dentes ao seu grão de poeira, virando-o e revirando-o sob a potente lente do seu microscópio, para penetrar o seu microcosmo, com uma pasmosa indiferença e uma maciça ignorância por tudo mais que se passa em derredor. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.131).

Defende o caráter multidisciplinar do ensino e da ciência, por entender que a especialização deixa o cientista míope. Não se exalta, assim, a experiência do enciclopedismo, em que se sabe de tudo um pouco e nada do real. Josué de Castro, portanto, assevera que apenas um conhecimento articulado com outras ciências, favorecendo um diálogo científico para se entender as diferentes variantes de um objeto, que haja uma ciência verdadeira, garantindo um caráter científico real às instituições de ensino superior.

O ensino de pura especialização científica é uma grave limitação à compreensão e à convivência cultural e a sua instituição atinge não só o futuro do estudante, mas o prejudica mesmo em seu passado, antes que ele atravesse as portas da Universidade. É que os candidatos a este tipo de ensino

universitário começam a se especializar na escola secundária, orientando-se para uma determinada Faculdade e procurando adquirir já nessa fase, o nível mental adequado às exigências do seu ingresso. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.135).

O Autor, dessa feita, encerra o texto defendendo a ideia que, por mais que existam homens de notório saber apontando caminhos para a resolução de problemas, é preciso, antes de tudo, formar homens comprometidos com os valores humanos e que sejam capazes de empreitar medidas de convivência humanitária e de respeito integral ao outro:

As universidades, mais do que oficiais de sábios deve ser fábricas de homem. De homens capacitados a promover a fusão dos seus valores individuais mais significativos, com as aspirações mais profundas das sociedades de que participam. De homens aptos a resolver a crítica circunstância da convivência do homem com o próprio homem. (CASTRO apud CARVALHO, 2007, p.136).

Destacaram-se, neste trabalho, os discursos de Josué de Castro, estritamente aqueles que se referem de alguma forma à educação. Assim, entende-se que, além de cientista engajado, o autor foi um político que pensou e organizou coerentemente suas ideias e práticas.

Mesmo que o espaço que obteve na Câmara dos Deputados tenha sido reduzido – provavelmente por ser um defensor ardoroso do Nordeste, das questões agrárias e dos trabalhadores – Josué de Castro utilizava sua inteligência e oratória para que, na oportunidade de um pronunciamento, a sua fala sempre contivesse as ideias de uma sociedade sem fome.

Pautado nessas concepções, defendeu articulações de entidades científicas em seus encontros, apoiando, defendendo e reivindicando ajuda financeira que favorecesse esse envolvimento científico. Por acreditar no esclarecimento como caminho de emancipação do povo e de uma nação, ressaltou incessantemente a importância de um ensino universitário forte, engajado e científico que garantisse elementos necessários para que os estudantes pudessem empreitar transformações sociais.

A universidade para o autor, é um espaço privilegiado de educação, de produção de conhecimentos e de investigação científica. São esses fatores que ensinam ao homem a responsabilidade da criação para fins de defesa dos interesses de bem-estar da coletividade. É importante destacar, porém que, sem tolerância e humildade, não consegue o cientista agir, segundo o Autor, senão como um mero reprodutor de dogmas científicos. É preciso humildade para reconhecer o novo e tolerância com o outro para se empreitar uma ciência renovadora que dê conta dos problemas enfrentados pelo homem.

Foi por isso que defendeu a greve dos estudantes, o barateamento das tarifas dos livros, a não utilização de recursos financeiros em períodos de crise que não fosse diretamente relacionada aos anseios populares; uma universidade autônoma, científica, investigativa e tolerante com os outros e consigo; o conhecimento popular, sensível e engajado de uma humilde autora, como no caso do *Quarto do despejo*, cuja análise do Autor, com o olhar de deputado federal por Pernambuco, demonstrou o caráter humanista de suas ideias, de suas concepções em prol de uma sociedade melhor, de uma sociedade de homens sábios comprometidos com o bem-estar social da coletividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar indícios de uma proposta educativa nas obras sobre fome e alimentação, de Josué de Castro, foi o objetivo principal da pesquisa. Ao identificar trechos de sua obra que apontem para tal proposta, ensejou-se contribuir para a pesquisa sobre o legado do referido autor e destacar uma das vertentes de suas ideias, com âncora no tema eleito para sua vida: a fome, problema sobre o qual Josué de Castro pensou e articulou o enfrentamento por diversas formas. Acrescenta-se, portanto, com a análise aqui procedida, a dimensão que a educação engendra, segundo ele, como caminho para superação da fome a fim de resolver problemas relacionados á alimentação dos povos.

Com isso, destaca-se, com base nos indícios apontados na pesquisa, que um dos princípios centrais de uma proposta educativa na sua obra está ancorado na relação intrínseca entre educação/esclarecimento aliados à pesquisa científica, evidenciando as ideias educativas e científicas, constantes na obra, como destaque ao perfil científico do autor. Castro era um homem da ciência e, portanto, aliava suas intenções fundamentadas em ações científicas – para ele, sempre o melhor caminho a seguir é aquele que tem um trajeto guiado pela sensibilidade, pesquisa, formação e ação, sinteticamente interpretados com o objetivo de erradicação da fome. Assim, reconstrói-se, iluminado pelas ideias de Josué de Castro, um processo educativo de cunho político-cultural, de tendência humanista, que considera e reafirma os seguintes pressupostos:

- 1) A sensibilidade: *“para construção de uma consciência universal acerca da significação e da expressão social do problema da fome”*;
- 2) A pesquisa como referencial da realidade que permita: *“o conhecimento integral do problema da fome, de suas causas e efeitos, em diferentes quadros geográficos e dos meios mais eficazes de remover os fatores que entretêm esta calamidade social”*;
- 3) A formação e capacitação de agentes de mudança/desenvolvimento: *para enfrentamento das múltiplas tarefas que se impõem aos planos de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas do mundo, onde grassa a fome em massa*;
- 4) Proposição de uma política pública de cunho educativo-intervencionista de proposição de programas e projetos de *âmbito nacional ou regional, visando a incrementar o desenvolvimento econômico e a melhorar as condições de vida e de alimentação de grupos humanos mal alimentados.* (CASTRO, 1960, p. 93).

Nesses princípios, tiveram lugar especial a educação e a pesquisa, demonstrando aqui, novamente a noção de, que um projeto educativo de Castro buscava aliar educação e pesquisa, de forma que juntas esclarecessem as pessoas e o Estado sobre fome no mundo e servissem de terreno para ações de erradicação desse fenômeno. Consoante Josué de Castro, a elucidação pública e a propagação do conhecimento são fatores primordiais no combate à fome-

Os indícios apontados nas obras de Josué de Castro, portanto, apontam uma articulação entre educação, pesquisa e ciência, como alicerces para a busca de uma sociedade sem fome. Ante tais constatações, reúnem-se na sequência possíveis contribuições da pesquisa para diferentes contextos.

1. Para as políticas públicas de combate a fome: como Josué de Castro foi lembrado pelo ex-presidente do Brasil no início do governo de Lula, ao criar o projeto Fome Zero, como apontado na revisão de literatura, retomando a memória de Josué de Castro, destaca-se o fato de que o Autor não concordaria com políticas emergenciais e assistencialistas, pois elas foram combatidas e criticadas duramente nas suas obras. Entende-se que uma proposta educativa castrina está ancorada na relação entre educação/ciência/alimentação/emancipação, sendo necessário que se criem políticas públicas eficientes para que estas populações se emancipem a contento da sua condição de fome. Para isso, é preciso que o governo alimente melhor o seu povo, enseje educação, controle os preços dos alimentos, redistribua a renda, dentre outras ações. É forçoso destacar, porém, o fato de que os atuais mecanismos de transferência financeira do Estado para as populações carentes – por mais que sejam ações importantes, ante as condições de pobreza destas populações – são ações ineficientes e ineficazes para o pleno desenvolvimento dessas populações; não é tratando a população como incapaz de se sustentar e, portanto, dando-lhe qualquer valor financeiro, que se consegue um “país do futuro” próspero. Sendo assim, a pesquisa contribui para aqueles que projetam e executam essas políticas, pois se apresenta uma oportunidade de vislumbrar a ideia de que uma educação articulada à ciência é um caminho profícuo para o desenvolvimento de um país. Destarte, é preciso que o povo esteja ciente de seu direito à alimentação, necessária para o seu pleno desenvolvimento. Longe de ações assistencialistas, exigem-se ações práticas que deem oportunidade às

populações mais carentes de crescimento autônomo, tendo a educação como indescartável ação para esse fim.

2. Para os agentes políticos gestores de leis e projetos: tendo em mente a função social da educação – relacionada diretamente com a possibilidade de emancipação dos sujeitos – bem como ao articular o que Josué de Castro aponta como formação/capacitação, destaca-se que é por meio da educação que se imprimem mudanças para uma sociedade sem fome. De tal modo, é preciso educar a sociedade sobre a questão alimentar, para propiciar sujeitos capazes de empreitar projetos de desenvolvimento social; que erradiquem a fome, que se fomentem ações de eliminação da pobreza, como também se use equilibradamente os alimentos, sendo hoje uma questão de saúde buscar a qualidade e a quantidade de alimentos na ingesta diária. Josué de Castro considerou também quanto a isso, no sentido de que, além de uma educação autônoma ligada à ciência, é importante também uma educação alimentar. Desta forma, a pesquisa aqui apresentada poderá contribuir para a gestão de projetos e ações que vislumbrem essa questão, ancorados nos pressupostos, de Josué de Castro, de uma sociedade sem fome.
3. No plano da Academia: poderá propiciar proposição de ensaios curriculares críticos e que institucionalizem de forma transversal o estudo de temáticas e de obras esclarecedoras da realidade histórica brasileira, de caráter regional, dando destaque a Josué de Castro. É necessário implementar em cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, Geografia, Gastronomia, Engenharia de Alimentos, Nutrição e Agronomia abordagens que levem discussões sobre a fome, assim como é importante reforçar, junto aos pesquisadores dessas ciências, ações de combate à fome e à má alimentação. Entendam que, segundo Castro, somente quando se levar em consideração o contexto social das populações a ciência e a pesquisa, é que se poderá produzir ações de mudanças. Destaca-se, também, a importância de se rediscutir a história do Brasil, levando em consideração o que foi produzido no campo da alimentação e da nutrição no País.

Ademais, destaca-se o fato de que as discussões não se encerram por aqui. Muitas questões foram suscitadas ao longo da pesquisa, mas não respondidas neste trabalho, em razão do período de estudo que, para tais questionamentos, demanda muito mais tempo, sendo o estágio do mestrado insuficiente para tais fins. As questões são demasiadamente complexas para se findarem neste momento, pela necessidade de se arrolarem fontes dispersas geograficamente no País, precisando de tempo para identificar e analisar esse material. As indagações a seguir corroboram esse argumento:

- Como as teorias curriculares à época de produção do Autor interferiram na sua obra, notadamente aquelas vinculadas ao escolanovismo?
- Como a sua experiência como educando engendrou reflexos na sua trajetória que justificam suas proposições de uma educação emancipadora?
- A qual corrente pedagógica poderia se atrelar diretamente a sua concepção educativa?
- Como o seu projeto educativo de combate à fome se articularia hoje em razão da crise da escola e da educação?
- Como se correlacionaria seu projeto educativo de uma sociedade sem fome, ante as atuais discussões e práticas relacionadas ao direito à alimentação e à soberania alimentar dos países?
- Como está articulado no currículo formal dos cursos que tratam diretamente de alimentação o conceito de fome e como esses são ensinados aos seus educandos?

Esses são questionamentos que se intenta pesquisar em outro nível acadêmico de estudos, pois apontam novas diretrizes para os ensaios nas obras de Josué de Castro e que podem fornecer reflexões importantes para a educação.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, José Arimatea Barros. A alimentação torna-se ciência: os caminhos de um saber em busca da autonomia. In: VASCONCELOS, J. G.; GERMANO, A.; FONTELES, J. M. (Orgs.). et al. **Ditos (mau) ditos**. Fortaleza, CE: LCR, 2001, p. 198–206.

_____. **Comer na Escola: significado e implicações**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, CE: UFC, 2002.

_____. Eugenia, Nacionalismo e Higienismo: as bases do Discurso sobre a alimentação da criança na Escola. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano. **Linguagens da História**. Fortaleza, CE: Imprece, 2003, p. 132–143.

_____. et al. Fontes para a História da Educação: considerações acerca da sistematização dos documentos do Fundo da Instrução Pública do Ceará. Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará: História e Educação**, n. 2. Fortaleza, CE: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, p. 9–20.

_____. **Gênese do saber em alimentação e nutrição: emergência, divulgação e aplicação social**. Trabalho de estágio de pós-doutorado. Curitiba, PR: UFPR, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Ação Política e pensamento social em Josué de Castro. Bol. **Mus, Para. Emilio Goeldi, Cienc. Huma**, Belém, 2009, v. 4, n.3, p. 401–420.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto-Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF: MS, 2009.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A Dimensão Populacional na Obra de Josué de Castro**. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP, 2004

_____. A presença na Geografia de Josué de Castro. **Revista Geográfica de América Central. Número especial EGAL**, 2011- Costa Rica. P. 1-23

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos daí hoje!** Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos do Brasil. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2007.

CARDOSO, Tayguara Torres. A memória, a História e a Denúncia entre Homens e Carangueijos: a literatura como elemento eloquente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro. **Cronos**, Natal, v.10, n.1, p.79–83.2009

CASTRO, Ana Maria (Org). **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué. _____. **Documentário do Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937a.

CASTRO, Josué de. **A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937b.

CASTRO, Josué de. **O livro Negro da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, v. 2.

_____. **Homens e Caranguejos**. Brasília, DF: Porto, 1967.

_____. **Ensaio de Geografia Humana**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **Geografia da Fome**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Escola Agnes June Leith**: Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944–1966). Tese de Doutorado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE: UFC, 2010.

ESCUADERO, Pedro. **Alimentação**. Tradução de Helion Póvoa e Waldemar Berardinelli. Rio de Janeiro: Scientifica, 1934.

FAO. **Organização das Nações Unidas para Fome e Alimentação**. 2010. Disponível em: <https://www.fao.org.br/>.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FROZI, D.S.;GALEAZZI, M.A.M. Políticas Públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Debates**, Campinas, SP, V. XI,p. 58-83, dez. 2004

GOFF, Le. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. O sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). **Dossiê**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, mai/ago.2010,p. 158-193

LINHARES, Maria Yedda. De que se alimentam as teorias sobre a fome? **Ciência Hoje**, 1994, vol 17, n. 100, p 45–51.

LIMA, Eronildes da Silva. Quantidade, Qualidade, Harmonia e Adequação: princípios–guias da sociedade sem fome em Josué de Castro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, jan–mar, 2009, v. 16, n.1, p.171–194.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome**: uma (re) leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MARCHI, Dorival Donizeti. **O pensamento geográfico de Josué de Castro**. Dissertação de Mestrado em Educação. Itatiba, SP: Universidade São Francisco, 2004.

MELO FILHO, Djalma Agripino de. Geografia da fome: clinica de paisagens ou epidemiologia critica? **Cad, Saúde Pública**, Rio de Janeiro, nov. 2008, v. 24, n. 11, p. 2698–2703.

MELO, M.M; NEVES, T.C. **Josué de Castro**: série perfis parlamentares. Org- Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **Josué de Castro**: o sociólogo da fome. Dissertação de Mestrado. Brasília, DF: UNB, 2003.

_____. O resgate da obra de Josué de Castro: onde estamos? **Cronos**, Natal, 2009a, v.10, n.1, p.43–50.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. Utopias: Josué de Castro e o Mangue Beat. **Cronos**, Natal– RN, 2009, v. 10, n.1, p. 35–42.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro**: por uma agricultura de sustentação. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado do Ceará**. Tese de (Doutorado). São Paulo: USP, 1999.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro**: por uma poética da fome. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1998.

_____. Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil. **Cronos**, Natal, 2009. v.10, n.1, p.51–77

_____. A construção da Esperança e do Compromisso social no Itinerário de Josué de Castro. Revista **Inter–Legere**. Natal. n.4, p.57–79

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Trad. João Minhoto Marques. Portugal: Gradativa, 2008.

TARANTO, Giuseppe de. **Sociedade e Subdesenvolvimento na Obra de Josué de Castro**. Belém, PA: Edições CEJUP, 1993.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Fome, Eugenia e constituição do campo de nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciência e saúde**– Manguinhos. Rio de Janeiro, ago. 2001. v.8, v. 2, p. 315–339.

VIEITES, Renato Guedes. **A influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na geografia médica de Josué de Castro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.